

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	5

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	6
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	7
Demonstração de Valor Adicionado	8

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	9
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	15
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	105
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	221.158
Preferenciais	100.917
Total	322.075
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	3.559.061	3.580.998
1.01	Ativo Circulante	170.976	126.444
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	78.288	22.973
1.01.03	Contas a Receber	48.396	57.487
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	48.396	57.487
1.01.03.02.01	Títulos a Receber	6.536	7.135
1.01.03.02.02	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Receber	41.860	50.352
1.01.06	Tributos a Recuperar	42.575	44.483
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	42.575	44.483
1.01.06.01.01	IR e CSLL a Recuperar	36.975	35.592
1.01.06.01.02	Outros Tributos a Recuperar	5.600	8.891
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.717	1.501
1.01.08.03	Outros	1.717	1.501
1.02	Ativo Não Circulante	3.388.085	3.454.554
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	486.528	481.170
1.02.01.03	Contas a Receber	22.982	25.073
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	22.982	25.073
1.02.01.06	Tributos Diferidos	256	256
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	256	256
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	460.767	453.318
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	38	38
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	460.729	453.280
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.523	2.523
1.02.01.09.03	Imposto de Renda e Contribuições Sociais a Compensar	2.523	2.523
1.02.02	Investimentos	2.901.552	2.973.379
1.02.02.01	Participações Societárias	2.901.552	2.973.379
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.901.552	2.973.379
1.02.03	Imobilizado	5	5
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5	5

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	3.559.061	3.580.998
2.01	Passivo Circulante	358.327	329.364
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	61	74
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	61	74
2.01.01.02.01	Folha de Pagamento	61	74
2.01.02	Fornecedores	93	98
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	93	98
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.244	6.637
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.244	6.637
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	24	36
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	5.220	6.601
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	351.290	322.389
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	337.869	321.916
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	337.869	321.916
2.01.04.02	Debêntures	13.421	473
2.01.05	Outras Obrigações	1.639	166
2.01.05.02	Outros	1.639	166
2.01.05.02.04	Outros	1.639	166
2.02	Passivo Não Circulante	1.934.647	1.938.454
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.444.136	1.469.535
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.075.195	1.100.772
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	278.521	289.892
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	796.674	810.880
2.02.01.02	Debêntures	368.941	368.763
2.02.02	Outras Obrigações	490.026	468.919
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	478.283	457.075
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	294.501	271.225
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	183.782	185.850
2.02.02.02	Outros	11.743	11.844
2.02.02.02.03	Impostos, Contribuições Sociais e Parcelamentos	2.496	2.800
2.02.02.02.04	Outros	9.247	9.044
2.02.03	Tributos Diferidos	485	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	485	0
2.03	Patrimônio Líquido	1.266.087	1.313.180
2.03.01	Capital Social Realizado	714.552	714.552
2.03.02	Reservas de Capital	657.279	657.279
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	630.794	630.794
2.03.02.07	Transações de Capital	26.485	26.485
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-530.551	-498.796
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	424.807	440.145
2.03.08.01	Reserva de Reavaliação em Controladas e Coligadas	424.807	440.145

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-357	0
3.03	Resultado Bruto	-357	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.119	16.537
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.035	-399
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	6.263	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-84	-67
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-6.263	17.003
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.476	16.537
3.06	Resultado Financeiro	-45.132	-121.035
3.06.01	Receitas Financeiras	55.107	72.300
3.06.02	Despesas Financeiras	-100.239	-193.335
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-46.608	-104.498
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-485	145
3.08.02	Diferido	-485	145
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-47.093	-104.353
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-47.093	-104.353
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,11033	-0,324
3.99.01.02	PN	-0,11033	-0,324

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	60.265	-32.443
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.299	-6.266
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Exercício	-47.093	-104.353
6.01.01.02	Encargos Dívidas Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	38.653	57.970
6.01.01.03	Resultado de Participações Societárias	6.263	-17.003
6.01.01.04	Créditos Tributários Diferidos	485	-145
6.01.01.05	Ajustes a Lei 11.638/2007	2.991	57.265
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	58.966	-26.177
6.01.02.01	Despesas pagas Antecipadamente	159	440
6.01.02.02	Créditos Compensáveis em Recolhimentos Futuros	2.599	-2.319
6.01.02.03	Outros Créditos	2.690	1.776
6.01.02.04	Recebimento de Dividendos Juros sobre Capital Próprio	73.438	3.395
6.01.02.05	Encargos Empréstimos e Financiamentos Pagos	-17.624	-33.645
6.01.02.06	Impostos Contribuições Sociais e Parcelamentos	-2.469	3.685
6.01.02.07	Outros Credores	173	491
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	618	0
6.02.01	No Investimento	618	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.568	33.457
6.03.01	Mútuos com Partes Relacionadas - Líquido	14.328	6.637
6.03.02	Novos Empréstimos e Financiamentos	48.112	52.000
6.03.03	Pagamentos Empréstimos - Principal	-68.008	-25.180
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	55.315	1.014
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	22.973	6.951
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	78.288	7.965

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	714.552	657.279	0	-498.796	440.145	1.313.180
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	714.552	657.279	0	-498.796	440.145	1.313.180
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-47.093	0	-47.093
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-47.093	0	-47.093
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	15.338	-15.338	0
5.06.04	Realização de Reserva de Reavaliação em Controladas	0	0	0	15.087	-15.087	0
5.06.05	Realização de Custos Atribuídos em Controlada	0	0	0	251	-251	0
5.07	Saldos Finais	714.552	657.279	0	-530.551	424.807	1.266.087

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	714.552	4.458	0	-32.684	442.189	1.128.515
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	26.485	0	-128.145	24.376	-77.284
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	714.552	30.943	0	-160.829	466.565	1.051.231
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-104.353	0	-104.353
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-104.353	0	-104.353
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	23.056	-23.056	0
5.06.04	Realização de Reserva de Reavaliação em Controladas	0	0	0	22.803	-22.803	0
5.06.05	Realização de Custo Atribuído em Controlada	0	0	0	253	-253	0
5.07	SalDOS Finais	714.552	30.943	0	-242.126	443.509	946.878

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	6.263	0
7.01.02	Outras Receitas	6.263	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-965	-186
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-880	-105
7.02.04	Outros	-85	-81
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.298	-186
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.298	-186
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	48.844	89.303
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-6.263	17.003
7.06.02	Receitas Financeiras	55.107	72.300
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	54.142	89.117
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	54.142	89.117
7.08.01	Pessoal	425	229
7.08.01.01	Remuneração Direta	425	229
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.802	2.492
7.08.02.01	Federais	1.802	2.489
7.08.02.03	Municipais	0	3
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	99.008	190.749
7.08.03.01	Juros	75.296	131.439
7.08.03.02	Aluguéis	1	1
7.08.03.03	Outras	23.711	59.309
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-47.093	-104.353
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-47.093	-104.353

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	12.767.864	12.640.339
1.01	Ativo Circulante	3.037.157	3.021.438
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	640.012	759.663
1.01.03	Contas a Receber	1.610.522	1.590.943
1.01.03.01	Clientes	1.575.662	1.553.431
1.01.03.01.01	Consumidores	1.575.662	1.553.431
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	34.860	37.512
1.01.03.02.01	Títulos a receber	34.860	37.512
1.01.04	Estoques	46.573	45.158
1.01.04.01	Almoxarifado	46.573	45.158
1.01.06	Tributos a Recuperar	233.553	216.598
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	233.553	216.598
1.01.06.01.01	IR e CSLL a Recuperar	93.022	82.505
1.01.06.01.02	Outros Tributos a Recuperar	140.531	134.093
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	506.497	409.076
1.01.08.03	Outros	506.497	409.076
1.01.08.03.01	Serviços em Curso	140.617	127.804
1.01.08.03.02	Aquisição de Combustível p/conta da CCC	126.649	73.279
1.01.08.03.03	Redução de Receita Baixa Renda	45.759	29.621
1.01.08.03.04	Sub-rogação da CCC	22.618	22.618
1.01.08.03.05	Operações de Swap	3.184	0
1.01.08.03.06	Outros	167.670	155.754
1.02	Ativo Não Circulante	9.730.707	9.618.901
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.961.448	3.866.017
1.02.01.03	Contas a Receber	324.945	327.609
1.02.01.03.01	Clientes	241.579	242.659
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	83.366	84.950
1.02.01.06	Tributos Diferidos	900.976	897.513
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	900.976	897.513
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	466.659	459.805
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	974	1.654
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	465.685	458.151
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.268.868	2.181.090
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	49.390	89.408
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	142.655	135.878
1.02.01.09.05	Imposto de renda e Contrib. Sociais a Compensar	60.771	59.534
1.02.01.09.06	Outros Impostos e Contribuições a Compensar	102.371	97.552
1.02.01.09.07	Sub-rogação da CCC	331.899	304.176
1.02.01.09.08	Ativo Financeiro - Bens da Concessão	1.550.107	1.462.365
1.02.01.09.09	Outros	31.675	32.177
1.02.02	Investimentos	34.623	34.370
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	34.623	34.370
1.02.03	Imobilizado	219.925	219.521
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	219.666	218.894
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	259	627

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1.02.04	Intangível	5.514.711	5.498.993
1.02.04.01	Intangíveis	5.514.711	5.498.993
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	5.142.605	5.124.355
1.02.04.01.02	Outros Ativos Intangíveis - Líquido	372.106	374.638

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	12.767.864	12.640.339
2.01	Passivo Circulante	4.396.828	3.689.391
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	102.119	96.023
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	102.119	96.023
2.01.01.02.01	Folha de Pagamento	21.288	17.927
2.01.01.02.02	Indenizações Trabalhistas	80.831	78.096
2.01.02	Fornecedores	740.860	612.127
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	740.860	612.127
2.01.03	Obrigações Fiscais	681.673	573.678
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	385.041	354.825
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	20.039	18.161
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	365.002	336.664
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	295.448	216.021
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.184	2.832
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.196.252	1.801.798
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.058.544	1.699.746
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.683.009	1.547.475
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	375.535	152.271
2.01.04.02	Debêntures	115.574	81.890
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	22.134	20.162
2.01.04.03.01	Em Moeda Nacional	17.637	15.225
2.01.04.03.02	Em Moeda Estrangeira	4.497	4.937
2.01.05	Outras Obrigações	675.924	605.765
2.01.05.02	Outros	675.924	605.765
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	51.270	61.995
2.01.05.02.04	Consumidores - Devolução Tarifária	21.736	30.128
2.01.05.02.05	Participação dos Administradores	4.566	3.526
2.01.05.02.06	Operações de Swap	169.159	153.286
2.01.05.02.07	Taxas Regulamentares	81.811	55.587
2.01.05.02.08	Obrigações do Programa de Eficiência Energética	101.692	98.581
2.01.05.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	65.816	45.077
2.01.05.02.10	Benefício Pós-Emprego	10.470	11.691
2.01.05.02.11	Outros	169.404	145.894
2.02	Passivo Não Circulante	5.797.023	6.301.383
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.008.596	4.444.982
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.427.408	3.840.668
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.458.906	2.637.723
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	968.502	1.202.945
2.02.01.02	Debêntures	529.966	548.930
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	51.222	55.384
2.02.01.03.01	Em Moeda Nacional	21.462	24.111
2.02.01.03.02	Em Moeda Estrangeira	29.760	31.273
2.02.02	Outras Obrigações	1.216.379	1.266.955
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	184.832	186.885
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	1.088	1.073

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	183.744	185.812
2.02.02.02	Outros	1.031.547	1.080.070
2.02.02.02.03	Fornecedores	3.603	5.929
2.02.02.02.04	Impostos, Contribuições Sociais e Parcelamentos	557.009	513.235
2.02.02.02.05	Consumidores - Devolução Tarifária	0	14.809
2.02.02.02.06	Operações de Swap	116.584	187.215
2.02.02.02.07	Obrigações do Programa de Eficiência Energética	110.686	102.465
2.02.02.02.08	Plano de Aposentadoria e Pensão	13.983	13.983
2.02.02.02.09	Indenizações Trabalhistas	86.361	98.011
2.02.02.02.10	Benefício Pós-Emprego	12.367	13.644
2.02.02.02.11	Outros	130.954	130.779
2.02.03	Tributos Diferidos	483.696	499.822
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	483.696	499.822
2.02.04	Provisões	88.352	89.624
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	88.352	89.624
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	45.851	45.851
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	29.202	30.100
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	13.299	13.673
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.574.013	2.649.565
2.03.01	Capital Social Realizado	714.552	714.552
2.03.02	Reservas de Capital	657.279	657.279
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	630.794	630.794
2.03.02.07	Transações de Capital	26.485	26.485
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-530.551	-498.796
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	424.807	440.145
2.03.08.01	Reserva de Reavaliação em Ativos Próprios	424.807	440.145
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.307.926	1.336.385

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.756.807	1.494.495
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.442.737	-1.230.857
3.03	Resultado Bruto	314.070	263.638
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-155.286	-159.527
3.04.01	Despesas com Vendas	-46.423	-52.830
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-103.295	-95.523
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	7.725	2.636
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-10.761	-11.464
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.532	-2.346
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	158.784	104.111
3.06	Resultado Financeiro	-238.582	-225.761
3.06.01	Receitas Financeiras	200.890	259.415
3.06.02	Despesas Financeiras	-439.472	-485.176
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-79.798	-121.650
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	4.157	15.830
3.08.01	Corrente	-15.433	-15.219
3.08.02	Diferido	19.590	31.049
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-75.641	-105.820
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-75.641	-105.820
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-47.093	-104.353
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-28.548	-1.467
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,11033	-0,324
3.99.01.02	PN	-0,11033	-0,324

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	215.745	50.858
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	224.655	178.338
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Exercício	-47.093	-104.353
6.01.01.02	Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa	3.986	9.992
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	111.470	103.737
6.01.01.04	Encargos Dívidas Juros Variações Monetárias e Cambiais - Líquidas	191.331	159.296
6.01.01.05	Resultado de Participações Societárias	2.532	3.553
6.01.01.06	Baixa do Imobilizado	7.817	5.832
6.01.01.07	Créditos Tributários Diferidos	-19.590	-31.049
6.01.01.08	Participação Minoritários no Resultado	-28.548	-1.467
6.01.01.09	Outros	2.750	32.797
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.910	-127.480
6.01.02.01	Consumidores, Concessionários e Permissionários	-29.802	-17.724
6.01.02.02	Estoques	2.321	12.106
6.01.02.03	Serviços em Cursos	-20.152	217
6.01.02.04	Rendas a Receber	-17.390	-1.683
6.01.02.05	Cauções e Depósitos Vinculados a Litígios	33.347	3.897
6.01.02.06	Despesas Antecipadas	1.302	2.777
6.01.02.07	Créditos Compensáveis em Recolhimentos Futuros	-12.978	-51.333
6.01.02.08	Serv. Prest. Títulos Val. Mobil. Dev. Diversos	-55.496	72.495
6.01.02.09	Fornecedores	119.572	-62.731
6.01.02.10	Pagamentos Encargos, Empréstimos Financiamentos e Debêntures	-117.434	-126.847
6.01.02.11	Consumidores	-25.060	823
6.01.02.12	Folha Pagamento Provisões Trabalhistas	3.263	4.380
6.01.02.13	Impostos Contribuições Sociais e Parcelamentos	132.011	64.528
6.01.02.14	Taxas Regulamentares	29.817	-31.233
6.01.02.15	Obrigações Estimadas	20.739	16.740
6.01.02.16	Entidades Previdência Privada Outras Obrigações	-9.151	22.441
6.01.02.17	Outros Credores	-63.819	-36.333
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-250.008	-47.972
6.02.01	No Imobilizado	-323.502	-239.123
6.02.02	Acréscimo de Obrigações Especiais	73.791	190.654
6.02.03	Outras	-297	497
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-85.388	79.826
6.03.01	Mútuos com Partes Relacionadas - Líquidas	-1.633	-1.074
6.03.02	Novos Empréstimos e Financiamentos	456.048	404.420
6.03.03	Pagamentos Empréstimos e Debêntures - Principal	-538.154	-311.533
6.03.04	Pagamentos de Dividendos	-1.649	-11.987
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-119.651	82.712
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	759.663	413.953
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	640.012	496.665

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	714.552	657.279	0	-498.796	440.145	1.313.180	1.336.385	2.649.565
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	714.552	657.279	0	-498.796	440.145	1.313.180	1.336.385	2.649.565
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	89	89
5.04.08	Diferencial de Dividendos e JCP de Ações PN sobre ON de Minoritários nas Controladas	0	0	0	0	0	0	89	89
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-47.093	0	-47.093	-28.548	-75.641
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-47.093	0	-47.093	-28.548	-75.641
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	15.338	-15.338	0	0	0
5.06.04	Realização de Reserva de Reavaliação em Controladas	0	0	0	15.087	-15.087	0	0	0
5.06.05	Realização de Custos Atribuídos em Controlada	0	0	0	251	-251	0	0	0
5.07	Saldos Finais	714.552	657.279	0	-530.551	424.807	1.266.087	1.307.926	2.574.013

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	2.473.992	2.151.585
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.112.280	1.949.320
7.01.02	Outras Receitas	27.426	3.344
7.01.02.01	Resultado de Alienação/Desativação de Bens e Direitos	-5.251	-1.872
7.01.02.02	Outros resultados	32.677	5.216
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	339.719	208.913
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.433	-9.992
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.363.761	-1.167.467
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-857.136	-768.765
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-154.928	-163.544
7.02.04	Outros	-351.697	-235.158
7.02.04.01	Matéria Prima e Insumo para Produção de Energia Elétrica	-59.924	-57.612
7.02.04.02	Subvenção de Combustíveis - CCC	54.290	50.396
7.02.04.03	Outros	-346.063	-227.942
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.110.231	984.118
7.04	Retenções	-107.835	-100.022
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-107.835	-100.022
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.002.396	884.096
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	198.358	255.862
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.532	-3.553
7.06.02	Receitas Financeiras	200.890	259.415
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.200.754	1.139.958
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.200.754	1.139.958
7.08.01	Pessoal	87.922	83.734
7.08.01.01	Remuneração Direta	70.106	59.633
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.980	4.867
7.08.01.04	Outros	10.836	19.234
7.08.01.04.01	Outros Encargos Sociais (Exceto INSS)	869	588
7.08.01.04.02	Entidade de Previdência Privada	2.953	2.501
7.08.01.04.03	Programa de Incentivo à Aposentadoria e Demissão Voluntária	8	11
7.08.01.04.04	Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT	14.128	9.536
7.08.01.04.05	Convênios Assistências e Outros Benefícios	11.064	6.520
7.08.01.04.06	Diversos	-1.304	2.446
7.08.01.04.07	Custos dos Serviços Prestados	0	18
7.08.01.04.08	Transferências para Ordens em Curso (Intangível)	-16.882	-2.386
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	749.163	681.801
7.08.02.01	Federais	354.543	301.911
7.08.02.02	Estaduais	392.374	378.155
7.08.02.03	Municipais	2.246	1.735
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	439.310	480.243
7.08.03.01	Juros	212.320	298.946
7.08.03.02	Aluguéis	6.403	6.192
7.08.03.03	Outras	220.587	175.105
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-75.641	-105.820

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-75.641	-105.820

Comentário do Desempenho

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. RESULTADO DO SERVIÇO

CONSOLIDADO	31/3/2011 R\$	31/3/2010 R\$	Variação %
Receita operacional	2.477.725	2.162.063	14,60
Fornecimento de energia elétrica	2.037.173	1.869.101	8,99
Suprimento de energia elétrica	76.927	45.124	70,48
Receita de construção	339.719	208.913	62,61
Outras receitas	23.906	38.925	(38,58)
Deduções da receita bruta	(720.918)	(667.568)	7,99
ICMS	(389.314)	(376.475)	3,41
PIS	(35.340)	(32.704)	8,06
COFINS	(162.802)	(150.897)	7,89
Quota reserva global de reversão	(12.615)	(15.619)	(19,23)
Outras	(120.847)	(91.873)	31,54
Receita líquida dos serviços vendidos	1.756.807	1.494.495	17,55
Custo dos serviços de energia elétrica	(857.135)	(768.764)	11,50
Energia elétrica comprada para revenda	(736.072)	(666.007)	10,52
Encargos de uso do sist. de transm. e distribuição	(121.063)	(102.757)	17,81
Custo dos serviços vendidos	(585.602)	(462.093)	26,73
Pessoal	(52.581)	(54.151)	(2,90)
Material	(4.804)	(10.309)	(53,40)
Matéria prima e insumos p/prod. de energia elétrica	(59.923)	(57.612)	4,01
Serviços de terceiros	(81.578)	(78.473)	3,96
Depreciação e amortização	(97.589)	(92.857)	5,10
Aluguéis e arrendamentos	(2.506)	(3.039)	(17,54)
Custo do serviço prestado a terceiros	(81)	(148)	(45,27)
Subvenção CCC	54.290	50.396	7,73
Despesa de construção	(339.719)	(208.913)	62,61
Outros	(1.111)	(6.987)	(84,10)
Resultado do serviço	314.070	263.638	19,13

- 1) A receita líquida dos serviços vendidos atingiu no 1º trimestre de 2011 o montante de R\$ 1.756.807, apresentando um crescimento de 17,55% em relação ao mesmo trimestre do exercício anterior, devido basicamente aos seguintes fatos:
- Incremento de 242,4 mil novos consumidores que contribuiu para o aumento das vendas de energia no 1º trimestre de 2011.
 - Reajustes tarifários concedidos pela ANEEL a partir de abril de 2010 às controladas distribuidoras, cujos aumentos médios variaram de -3,49% a 17,57%.
 - A Receita de construção Apresentou crescimento significativo de 62,61% devido principalmente ao aumento dos gastos feitos pelas controladas distribuidoras com as obras do programa Luz para Todos e do Programa de interligação da ilha do Marajó.
 - As deduções da receita bruta apresentaram uma variação positiva de 7,99% na comparação entre os trimestres devido principalmente ao acréscimo registrado na rubrica de fornecimento de energia elétrica de 7,63%, que forma a base de cálculo da maioria destes tributos.

Comentário do Desempenho

- 2)** O custo dos serviços de energia elétrica apresentou no primeiro trimestre de 2011 um aumento de 11,50% em relação ao mesmo período do exercício anterior, motivado pelos seguintes fatos:
- a) Reajustes tarifários na energia elétrica adquirida pelas controladas distribuidoras a partir de abril de 2010, que contribuiu para o aumento dos custos no trimestre atual.
 - b) Aquisição de maior quantidade de energia elétrica para atender o crescimento da demanda.
- 3)** Os custos dos serviços vendidos cresceram 26,73% no primeiro trimestre de 2011 em relação ao mesmo período do exercício anterior, devido à combinação dos seguintes fatos:
- a) Depreciação e amortização: O acréscimo de 5,10% na comparação entre os trimestres deve-se ao aumento nos investimentos, principalmente, nos ativos operacionais de distribuição.
 - b) Despesa de construção: A variação apresentada nesta rubrica está explicado no item 1 c, (Receita de construção), haja vista que os valores da receita e despesa de construção são equivalentes e gerados em uma mesma base de valores.

Comentário do Desempenho

2. RECEITA OPERACIONAL

Receita bruta de vendas

	Nº de consumidores		MWh		R\$	
	31/3/2011	31/3/2010	31/3/2011	31/3/2010	31/3/2011	31/3/2010
CONSOLIDADO						
Residencial	3.846.428	3.656.941	1.728.981	1.695.944	762.906	715.326
Industrial	42.642	38.638	1.055.502	997.845	353.287	325.291
Comercial, Serv. Outras atividades	368.041	351.371	1.047.573	1.030.257	472.029	447.737
Rural	453.777	424.403	375.491	362.298	103.575	97.800
Poder público	46.704	44.131	253.847	249.723	111.303	104.615
Iluminação pública	3.696	3.469	234.955	228.340	53.809	51.227
Serviço público	5.150	4.975	178.390	168.175	50.919	46.395
Consumo próprio	1.055	1.057	13.942	13.873	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	14.368	7.587
Receita do uso rede elétrica	-	33	-	-	61.192	36.739
Redução receita baixa renda	-	-	-	-	25.076	31.292
Reposição tarifária extraordinária	-	-	-	-	(1.095)	(1.068)
Fornec. não faturado -repos. tarifária	-	-	-	-	32.165	9.961
Provisão redução tarifa irrigação	-	-	-	-	194	(2.051)
Fornecimento não faturado Diferimento Tusd	-	-	-	-	(751)	-
Fornec. não faturado - RTE majoração	-	-	-	-	(1.804)	(1.750)
	4.767.493	4.525.018	4.888.681	4.746.455	2.037.173	1.869.101
Suprimento	-	-	885.007	281.766	76.927	45.124
Receita de construção	-	-	-	-	339.719	208.913
Outras Receitas	-	-	-	-	23.906	38.925
	4.767.493	4.525.018	5.773.688	5.028.221	2.477.725	2.162.063

- a) No 1º trimestre de 2011, o *fornecimento* de energia elétrica foi de 4.874.739 MWh (excluindo o consumo próprio). Esse volume correspondeu a um acréscimo de 3,004% em relação ao mesmo período do ano anterior, motivado basicamente pelo incremento de 242,4 mil novos consumidores, impactando principalmente nas classes residencial e rural, com 189,4 mil e 29,3 mil respectivamente.
- b) A tarifa média de fornecimento no 1º trimestre de 2011 teve o valor de R\$ 391,37/MWh,(excluído o consumo próprio) contra R\$ 377,89/MWh no mesmo trimestre de 2010.

3. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

O resultado financeiro consolidado apresentou crescimento de 6,25% na comparação entre os trimestres, e está composto pelas seguintes contas:

	31/3/2011	31/3/2010	Variação (%)
Renda de aplicação financeira	15.318	5.670	170,16
Juros ativos	67.849	72.636	(6,59)
Variação monetária e cambial - líquidas	19.535	(39.228)	(149,80)
Encargos de dívidas	(190.976)	(139.891)	36,52
Juros e Multas	(63.981)	(61.083)	4,74
Outras despesas financeiras - líquidas	(86.327)	(63.865)	35,17
Resultado Financeiro	(238.582)	(225.761)	5,68

- a) Renda de aplicação financeira: O aumento verificado nesta rubrica deve-se basicamente as aplicações financeiras temporárias de sobras de caixa.

Comentário do Desempenho

b) Juros ativos: A redução registrada na comparação entre os trimestres tem como principal motivo o esforço de negociação feito pelas empresas distribuidoras de energia em 2010, com os consumidores inadimplentes, que aumentou a receita com juros de dívidas renegociadas, impactando mais aquele trimestre do que o atual.

c) Variação monetária e cambial – Líquidas: Apresentou um significativo crescimento devido principalmente a variação cambial positiva do dólar em 2,25% no trimestre atual, gerando despesas financeiras sobre os empréstimos corrigidos por esta moeda, enquanto que no primeiro trimestre de 2010 a variação cambial foi negativa de 2,28% gerando receita naquele período.

d) Encargos de dívidas: O aumento na comparação entre os trimestres, deve-se principalmente a captação de novos empréstimos a partir de abril de 2010

e) Outras despesas financeiras: Apresentou crescimento na comparação entre os trimestres, devido principalmente a dois fatos relevantes: a) A Marcação a Mercado dos bônus perpétuos da Companhia, que geraram despesas de R\$ 4.417 no trimestre atual e R\$ 57.266 no mesmo trimestre de 2010; b) As operações com swap que geraram no trimestre atual uma despesa de R\$ 31.918 contra uma receita gerada em 2010 de R\$ 17.213.

4. EBITDA

	<u>31/3/2011</u>	<u>31/3/2010</u>	<u>Variação (%)</u>
CONSOLIDADO			
Receita Operacional	2.477.725	2.162.063	14,60
Deduções da Receita Operacional	<u>(720.918)</u>	<u>(667.568)</u>	<u>7,99</u>
Receita Operacional Líquida	<u>1.756.807</u>	<u>1.494.495</u>	<u>17,55</u>
Custo de Bens e Serviços Vendidos	<u>(1.442.737)</u>	<u>(1.230.857)</u>	<u>17,21</u>
Despesas Operacionais	<u>(160.479)</u>	<u>(159.817)</u>	<u>0,41</u>
(-) Despesas com Vendas	(46.423)	(52.830)	(12,13)
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(103.295)	(95.523)	8,14
(-) Outras Despesas Operacionais	(10.761)	(11.464)	(6,13)
Depreciação e Amortização	111.470	103.737	7,45
Outros resultados	<u>6.025</u>	<u>3.123</u>	<u>92,92</u>
EBITDA	<u><u>271.086</u></u>	<u><u>210.681</u></u>	<u><u>28,67</u></u>

O EBITDA Consolidado passou de R\$ 210.681 mil no trimestre findo em 31/3/2010 para R\$ 271.086 no trimestre atual, registrando um crescimento de 28,67%. Essa variação positiva deve-se basicamente ao aumento da Receita Operacional que foi impactada pelo crescimento na quantidade da energia elétrica vendida pelas controladas e pelos reajustes tarifários concedidos pela ANEEL a partir de abril de 2010.

Comentário do Desempenho**5. INDICADORES ECONÔMICO – FINANCEIROS**

	<u>31/3/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
1 - Liquidez corrente (ativo circulante/passivo circulante)	0,69	0,82
2 - Liquidez geral (ativo circulante + realizável a longo prazo/exigível total)	0,69	0,69
3 - Endividamento (exigível total/ativo total)	0,80	0,79
4 - Capitalização (patrimônio líquido/ativo total)	0,20	0,21
5 - Valor patrimonial - por lote de mil ações (R\$)	6.030,68	6.207,69

6. INDICADORES OPERACIONAIS

	<u>31/3/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
1 - Número de empregado	7.306	7.123
2 - Consumidor por empregado	653	660

Notas Explicativas

REDE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Rede Energia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, brasileira, com sede na cidade São Paulo – SP.

A DENERGE Desenvolvimento Energético S.A. é a empresa controladora final do grupo, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sua sede na cidade de São Paulo – SP.

Todas as demais Controladas diretas e relativas (indiretas) com as quais a Companhia possui relacionamentos comerciais são empresas com sede no país.

A Companhia atua exclusivamente como uma *holding* controladora de participações societárias, tendo como objetivo principal a participação acionária em empresas controladas e coligadas diretas e relativas (indiretas), vinculada à atividade de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como atividades necessárias ou úteis à consecução do seu objeto social ou a ele relacionadas.

A Companhia e suas Controladas possuem significativo endividamento financeiro, principalmente para investimentos em ativos das operações, no qual a Administração está permanentemente empenhada na reversão da situação. Dentre as ações estão: o acordo de investimento firmado com o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS) que visa investir na construção, modernização, reforma, manutenção, ampliação ou implantação de empreendimentos de infraestrutura; a obtenção de renovação de linhas de crédito com instituições financeiras buscando a troca do endividamento financeiro de curto para longo prazo e redução de encargos; investimentos realizados e a realizar em pesquisa e desenvolvimento, melhorias no sistema e programas de combate a perdas técnicas e não técnicas, com o objetivo de redução de custos e melhoria da qualidade de atendimento nas regiões atendidas pelas Controladas. Ao mesmo tempo em que revisa os investimentos necessários visando economias nos recursos sem perda de eficiência, os volumes de investimentos utilizando-se de maior inteligência aplicada ao manejo das redes e conseqüente otimização da necessidade de novos recursos financeiros. Adicionalmente na Controlada Celpa estamos executando um abrangente re-estudo técnico de suas linhas de sub-transmissão e distribuição, além da revisão e construção de novas sub-estações e do redimensionamento dos alimentadores das regiões da Grande Belém, Castanhal, Marabá e Santarém, com o objetivo de rápido ataque a redução de perdas técnicas e não técnicas e conseqüentemente a partir de fevereiro de 2011 já começam a aparecer os resultados favoráveis na redução de DEC e FEC.

A Companhia vem buscando alternativas, adicionais a celebrada com FI-FGTS, para melhorar sua estrutura de capitais e reduzir seu endividamento financeiro.

1.1. Autorização de conclusão das informações trimestrais

A autorização para emissão das informações trimestrais ocorreu na reunião da Diretoria em 16/5/2011.

Notas Explicativas

2. OFÍCIO CIRCULAR CVM/SNC/SEP/Nº003/2011

As informações trimestrais (ITR) e as notas explicativas da Companhia e Consolidado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 003/2011 de 28/4/2011 e IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. Para a elaboração das informações trimestrais, a Companhia e suas Controladas adotaram a mesma política contábil apresentada nas demonstrações contábeis anuais de 31/12/2010, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), que abrangem os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas, no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas demonstrações financeiras anuais mais recentes, de 31/12/2010, e também devido a imaterialidade das variações durante o 1º trimestre de 2011.

As Demonstrações Financeiras foram publicadas no jornal Valor Econômico do dia 31/3/2011, nas páginas A17 a A32 e divulgada no site da CVM (www.cvm.gov.br) no dia 29/3/2011.

Segue abaixo a relação das notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2010 que não estão sendo apresentadas neste trimestre:

- Nota 3 - Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras (idêntica à divulgada na Demonstração anual);
- Nota 4 - Principais práticas contábeis adotadas (idêntica à divulgada na Demonstração anual);
- Nota 5 - Primeira adoção dos CPCs - Convergentes às IFRS (informações necessárias apenas na demonstração anual);
- Nota 10 - Títulos a receber (não houve alteração no seu contexto, sendo os valores referentes ao trimestre findo em 31/3/2011 considerados imateriais pela Administração da Companhia);
- Nota 17 – Partes relacionadas – item 17.3 Compartilhamento de infraestrutura (não houve alteração no seu contexto, sendo os valores referentes ao trimestre findo em 31/3/2011 considerados imateriais pela Administração da Companhia);
- Nota 23 - Impostos, contribuições sociais e parcelamentos (alteração do título para “Obrigações fiscais”);
- Nota 30 – Obrigações Estimadas (alteração do título para “Obrigações sociais e trabalhistas”);
- Nota 37 - Despesas operacionais (incorporação dos saldos da nota explicativa 38 - Outros Resultados);
- Nota 38 - Outros resultados (reclassificação dos saldos para a nota explicativa 37 - Despesas Operacionais);
- Nota 41 - Participação nos resultados (não houve alteração no seu contexto, sendo os valores referentes ao trimestre findo em 31/3/2011 considerados imateriais pela Administração da Companhia);
- Nota 42 - Revisão tarifária (idênticas à divulgada na Demonstração anual);
- Nota 43 - Plano de aposentadoria e pensão (não houve alteração no seu contexto, sendo os valores referentes ao trimestre findo em 31/3/2011 considerados imateriais pela Administração da Companhia);

Notas Explicativas

- Nota 44 - Seguros (não houve alteração no seu contexto, sendo os valores referentes ao trimestre findo em 31/3/2011 considerados imateriais pela Administração da Companhia);
- Nota 45 - Questões ambientais (idênticas à divulgada na Demonstração anual).

3. DAS CONCESSÕES

As áreas da concessão legal nas atividades de distribuição de energia elétrica de suas Controladas diretas e indiretas são as seguintes:

Controladas diretas	Áreas de concessão	Área em km²	Número aproximado de consumidores atendidos	Número de municípios abrangidos	Vencimento da concessão	Próxima revisão tarifária
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	Região de Presidente Prudente no Oeste do Estado de São Paulo (SP)	9.149	212.314	24	7/7/2015	10/5/2012
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.	Região de Assis no Oeste do Estado de São Paulo (SP)	11.780	160.579	27	8/7/2015	10/5/2012
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	Região de Bragança Paulista no Estado de São Paulo (SP) e Cambuí no Estado de Minas Gerais (MG)	3.493	129.547	15	8/7/2015	10/5/2012
Cia. Força e Luz do Oeste	Município de Guarapuava no Estado do Paraná (PR)	1.200	50.227	1	8/7/2015	29/6/2012
Cia. Nacional de Energia Elétrica	Região de Catanduva e Novo Horizonte no Estado de São Paulo (SP)	4.500	101.554	15	8/7/2015	10/5/2012
Cia. de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	Estado do Tocantins (TO)	277.621	449.243	139	28/6/2019	4/7/2012
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	Estado do Mato Grosso (MT)	903.358	1.054.183	141	11/12/2027	8/4/2012
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - Enersul	Estado do Mato Grosso do Sul (MS)	328.316	820.062	73	4/12/2027	8/4/2012
Controladas relativas (indiretas)						
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	Estado do Pará (PA)	1.247.690	1.789.705	143	28/7/2028	7/8/2011
Subtotal		2.787.107	4.767.414	578		
Rede Comercializadora de Energia S.A.		-	79	-		
TOTAL		2.787.107	4.767.493	578		

As principais concessões nas atividades de geração de energia elétrica da Companhia e de suas Controladas diretas e relativas (indiretas), consolidadas, são as seguintes:

Companhia/UHE	Rio	Capacidade instalada MW	Capacidade utilizada MW	Data da concessão	Data de vencimento
Companhia Nacional de Energia Elétrica: UHE Reynaldo Gonçalves	Ribeirão dos Porcos	1,00	-	1/12/1998	7/7/2015
Tangará Energia S.A.: UHE Guaporé	Guaporé	120,00	46,10	13/3/2000	7/7/2025

Notas Explicativas

Companhia	Concessão / Usinas Termelétricas	Capacidade total instalada MW	Capacidade total utilizada MW	Data da concessão	Data de vencimento
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	Concessão de 5 usinas termelétricas, são elas: Comodoro, Guariba, Paranorte, Rondolândia e Colniza.	12,78	6,89	10/12/1997	10/12/2027
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	Concessão de 11 Usinas Termelétricas, sendo as mais representativas com capacidade instalada acima de 2 MW: Santana do Araguaia, Jacareacanga e Cotijuba.	21,1	10,457	28/7/1998	28/7/2028

De acordo com o artigo 8º da Lei 10.848/04 de 15/3/2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30/7/2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistema elétrico isolados, ou seja, aqueles não interligados ao sistema interligado de transmissão. Embora, possuindo 16 usinas termelétricas e 2 usinas hidroelétricas próprias no sistema isolado, a principal atividade das Controladas é a distribuição de energia elétrica, e a necessidade da manutenção desses ativos de geração é somente para atendimento dessas comunidades isoladas. Portanto, a administração das Controladas considera seu negócio principal a atividade de distribuição de energia elétrica e a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação de todo ativo imobilizado da concessão em ativo financeiro e ativo intangível.

Os contratos de concessão das controladas geradoras e distribuidoras, assinados com a União Federal conferem ampla liberdade na direção de seus negócios, investimentos, pessoal e tecnologia. As controladas obrigam-se a adotar, na prestação do serviço, tecnologia adequada e a empregar equipamentos, instalações e métodos operativos que garantam níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços e a modicidade das tarifas. As obrigações inerentes à prestação do serviço público concedido são:

- fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos pontos de entrega definidos nas normas do serviço, pelas tarifas homologadas pela ANEEL, nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de fornecimento e nos níveis de qualidade e continuidade estipulados na legislação e nas normas específicas; e
- dar atendimento abrangente ao mercado, sem exclusão das populações de baixa renda e das áreas de baixa densidade populacional, inclusive as rurais.

Os contratos têm prazo de vigência de 20 e 30 anos, podendo ser prorrogados por igual período. A concessão para exploração do serviço de distribuição de energia elétrica se extingue:

- a) pelo advento do termo final do contrato;
- b) pela encampação do serviço;
- c) pela caducidade;
- d) pela rescisão;

Notas Explicativas

- e) pela anulação decorrente de vício ou irregularidade constatados no procedimento ou no ato de sua outorga; e
- f) em caso de falência ou extinção da concessionária.

Os contratos de concessão contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

A geração própria de energia elétrica das controladas consolidadas representa aproximadamente 3,35% da energia distribuída, sendo a parcela remanescente fornecida substancialmente pela Duke Energy e AES Tietê, no Estado de São Paulo, CEMIG no Estado de Minas Gerais, ELETRONORTE, Furnas, ELETROBRÁS e Enerpeixe nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Pará, e Copel, no Estado do Paraná, bem como a energia proveniente de leilões efetuados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

Para a prestação dos serviços, objeto das concessões supramencionadas, suas controladas possuíam, em 31/3/2011, um quadro próprio de 7.306 funcionários, 6.223 prestadores de serviços e 187 estagiários.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 36 (R1) - Demonstrações Consolidadas, abrangendo os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Considera-se controlada aquelas entidades sob controle, direto ou relativo (indireto), da Companhia. O controle é evidenciado pela capacidade de controlar as políticas financeiras e operacionais de forma a obter benefícios de suas atividades. Em geral, o controle existe quando a Companhia detém, direta e relativamente (indiretamente), mais de 50% dos direitos de voto, levando em conta potenciais direitos de voto. Entidades adquiridas durante o ano são consolidadas a partir da data em que o controle é adquirido e param de ser consolidados a partir da data em que o controle é perdido. Todos os saldos e transações relevantes entre a Companhia e suas controladas são eliminados na consolidação, incluindo investimentos, contas a receber, dividendos a receber, receitas e despesas entre as companhias.

A participação dos acionistas não controladores está destacada em conta específica em separado dentro do Patrimônio Líquido Consolidado e, no Resultado Consolidado na rubrica “resultado atribuído aos não controladores”.

Os Outros Ativos Intangíveis – Líquido: estão representados por direito de concessão e ágios por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) das controladas e estão registrados nas Demonstrações Financeiras Individuais junto com o respectivo investimento, e nas Demonstrações Consolidadas, no ativo intangível, (vide nota explicativa nº 17.2).

Notas Explicativas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as seguintes Companhias, (vide notas explicativas nº 5.1 e 15.3) :

		Percentual de Participação %	
	Atividade	31/3/2011	31/12/2010
Empresas controladas diretas:			
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	Distribuição	91,45	91,45
Companhia Nacional de Energia Elétrica	Distribuição	98,69	98,69
Companhia Força e Luz do Oeste	Distribuição	97,70	97,70
Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	Distribuição	50,86	50,86
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT (a)	Distribuição	39,92	39,92
QMRA Participações S.A.	Holding	100,00	100,00
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	Distribuição	99,91	99,91
Tangará Energia S.A.	Geração	100,00	100,00
Rede Power do Brasil S.A.	Holding	99,98	99,98
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	Distribuição	100,00	100,00
Empresa de Distrib. de Energia Vale Paranapanema S.A.	Distribuição	100,00	100,00
Rede Comercializadora de Energia S.A.	Comerc. Energia	99,60	99,60
Rede de Eletricidade e Serviços S.A.	Serviços	99,50	99,50
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A.	Agrícola	60,48	60,48
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	Distribuição	10,11	10,11
Empresas controladas relativas (indiretas):			
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	Distribuição	51,26	51,26

(a) A Companhia detém 61,84% do capital votante.

5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O principal gestor das operações da Companhia é o Conselho de Administração, que determina e acompanha os projetos/processos definidos para o Grupo. Visando maior transparência nas informações, foi definida pela Administração a demonstração dos segmentos por empresa, sendo essa a gestão principal de análise dos negócios. Além dessas informações, também são reconhecidas as grandes extensões territoriais de algumas das nossas distribuidoras, com condições ambientais distintas e perfis de investimentos específicos.

A Rede Sul-Sudeste é uma unidade de negócios composta pelas distribuidoras Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. - EDEVP, Cia. Nacional de Energia Elétrica - CNEE, Caiuá Distribuição de Energia S.A. e Cia. de Força e Luz do Oeste - CFLO, que apresentam áreas de concessão menores quando comparadas com as empresas do Centro-Oeste ou Norte e atuam em mercados consolidados com necessidade moderada de investimentos. As distribuidoras ENERSUL, CEMAT, CELTINS e CELPA apresentam grandes áreas de atendimento e com algumas regiões ainda carentes de investimentos em infra-estrutura básica. Contudo, estão em constante expansão econômica, o que significa também relevantes investimentos a serem realizados.

As bases de mensuração reportadas ao principal gestor das operações, são as mesmas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

5.1. Informações sobre ativos, passivos e resultados por segmento reportável

	31/12/2010							
	Distribuição					Outros segmentos		Eliminação
	CEL.PA	CEMAT	ENERSUL	CELTINS	Rede Sul e Sudeste	(a)	Outros (b)	s e ajustes
Total								
Informações sobre a posição financeira:								
Ativo circulante	1.357.507	665.147	437.738	205.121	225.609	61.662	135.160	(66.506)
Ativo não circulante	2.861.740	2.663.182	1.323.625	816.571	1.056.818	297.208	4.744.752	(4.144.995)
Ativo total	4.219.247	3.328.329	1.761.363	1.021.692	1.282.427	358.870	4.879.912	(4.211.501)
Passivo circulante	1.377.368	886.251	348.912	189.649	450.518	152.307	350.752	(66.366)
Passivo não circulante	1.950.220	1.273.468	634.850	276.715	482.390	118.915	2.204.950	(640.125)
Patrimônio líquido	891.659	1.168.610	777.601	555.328	349.519	87.648	2.324.210	(3.505.010)
Passivo total	4.219.247	3.328.329	1.761.363	1.021.692	1.282.427	358.870	4.879.912	(4.211.501)
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras informações:								
Ativo financeiro	275.831	346.770	133.306	278.590	427.868	-	-	-
Ativo intangível	2.053.208	1.618.431	779.528	440.531	232.657	-	-	-
Ativos da concessão (líquido)	2.329.039	1.965.201	912.834	719.121	660.525	-	-	-
Consumidores e títulos a receber (líquido)	641.717	628.060	278.508	121.503	190.305	37.398	32.208	(11.147)
Dívida financeira líquida (c)	1.155.888	1.175.040	552.103	203.607	381.986	169.568	1.848.925	-
Parte relacionadas (líquido)	(28.362)	100.281	22.587	64.258	239.117	6.959	(131.920)	-
Informações sobre o resultado :								
Receita líquida de vendas	2.110.961	1.956.588	1.157.009	580.569	821.392	342.632	-	(108.423)
Lucro bruto	418.127	359.136	266.571	180.513	177.111	34.615	-	(7.251)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	200.906	218.667	178.009	90.818	76.846	23.947	(94.076)	76.777
Lucro (prejuízo) líquido	(100.735)	18.605	85.394	58.652	20.987	(7.361)	(466.193)	21.806
Outras informações:								
Receitas financeiras	293.255	198.354	65.555	44.299	61.254	5.556	379.822	(164.976)
Despesas financeiras	(622.011)	(377.619)	(119.946)	(51.217)	(114.727)	(39.132)	(779.117)	125.329
Resultado financeiro	(328.756)	(179.265)	(54.391)	(6.918)	(53.473)	(33.576)	(399.295)	(39.647)
Amortizações do período	126.308	129.090	74.484	37.736	56.774	7.647	3	-

Notas Explicativas

	31/3/2011							
	Distribuição					Outros segmentos		Total
	CEL.PA	CEMAT	ENERSUL	CELTINS	Rede Sul e Sudeste	(a)	Outros (b)	
Informações sobre a posição financeira:								
Ativo circulante	1.185.053	684.074	490.457	249.727	236.475	71.943	176.105	3.037.157
Ativo não circulante	3.019.149	2.634.061	1.278.299	775.398	1.080.690	320.915	4.643.053	9.730.707
Ativo total	4.204.202	3.318.135	1.768.756	1.025.125	1.317.165	392.858	4.819.158	12.767.864
Passivo circulante	1.661.059	1.081.702	380.589	188.092	506.333	178.678	457.054	4.396.828
Passivo não circulante	1.691.393	1.087.823	649.735	283.407	456.472	124.291	2.126.518	5.797.023
Patrimônio líquido	851.750	1.148.610	738.432	553.626	354.360	89.889	2.235.586	2.574.013
Passivo total	4.204.202	3.318.135	1.768.756	1.025.125	1.317.165	392.858	4.819.158	12.767.864
Outras informações:								
Ativo financeiro	339.864	346.737	138.345	282.538	442.623	-	-	1.550.107
Ativo intangível	2.104.049	1.627.426	782.149	411.937	217.044	-	-	5.142.605
Ativos da concessão (líquido)	2.443.913	1.974.163	920.494	694.475	659.667	-	-	6.692.712
Consumidores e títulos a receber (líquido)	629.664	644.183	287.736	114.320	196.748	46.483	29.517	1.935.467
Dívida financeira líquida (c)	1.354.390	1.139.442	564.340	158.175	361.191	187.218	1.800.080	5.564.836
Parte relacionadas (líquido)	34.746	48.907	7.053	47.985	268.303	24.315	(149.482)	281.827
Informações sobre o resultado :								
Receita líquida de vendas	596.615	411.761	297.160	148.879	221.808	103.232	-	1.756.807
Lucro bruto	69.276	79.290	72.229	26.457	50.146	17.865	(357)	314.070
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	24.357	34.568	46.514	8.555	27.016	15.654	(13.090)	158.784
Lucro (prejuízo) líquido	(39.909)	(19.999)	25.831	(1.702)	4.841	4.043	(63.956)	(47.093)
Outras informações:								
Receitas financeiras	63.802	42.294	25.861	12.115	16.460	1.664	55.886	200.890
Despesas financeiras	(144.179)	(105.306)	(32.513)	(21.791)	(34.221)	(11.042)	(107.612)	(439.472)
Resultado financeiro	(80.377)	(63.012)	(6.652)	(9.676)	(17.761)	(9.378)	(51.726)	(238.582)
Amortizações do período	35.501	30.715	18.373	9.773	14.440	2.667	1	111.470

(a) Referem-se as atividades de Geração, Comercialização, Ativos Biológicos e Serviços;

(b) Referem-se as Holding's;

(c) A dívida financeira líquida representa empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos líquidos de caixas e equivalentes de caixa.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Companhia		Consolidado	
	31/3/2011	31/12/2010	31/3/2011	31/12/2010
Caixa	6.770	1.854	155.527	204.484
Equivalentes de caixa	71.518	21.119	484.485	555.179
Total	78.288	22.973	640.012	759.663

Notas Explicativas

6.1. Equivalentes de caixa

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Taxas %	Companhia	
				31/3/2011	31/12/2010
Banco HSBC	RDB	(*)	100,50 CDI	71.148	20.597
Banco Safra	CDB	(*)	10,00 CDI	4	165
Caixa Econômica Federal	Fundo de investimento	(*)	(**)	366	357
Total				71.518	21.119

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Taxas %	Consolidado	
				31/3/2011	31/12/2010
Banco Bradesco	CDB	(*)	20,00 a 100,00 CDI	9.761	8.370
Banco Bradesco	Debêntures	(*)	100,50 CDI	1.466	1.417
Banco Bradesco	Capitalização	(*)	6,00 a.a. + TR	673	672
Banco da Amazônia	CDB	(*)	100,00 a 100,80 CDI	2.790	4.588
Banco da Amazônia	Capitalização	(*)	6,00 a.a. + TR	5.933	5.186
Banco Daycoval	CDB	(*)	100,00 a 101,20 CDI	130.056	103.070
Banco Daycoval	RDB	(*)	100,00 CDI	20.706	20.201
Banco Daycoval	Fundo Investimento	(*)	(**)	26.000	-
Banco do Brasil	CDB	(*)	100,00 CDI	235	1.137
Banco do Brasil	Poupança	(*)	6,00 a.a. + TR	59	59
Banco do Brasil	Capitalização	(*)	6,00 a.a. + TR	201	120
Banco do Brasil	Fundo Investimento	(*)	(**)	103.221	39.729
Banco do Nordeste	CDB	(*)	99,20 CDI	5.134	5.002
Banco HSBC	CDB	(*)	100,00 CDI	1	1
Banco HSBC	RDB	(*)	100,50 CDI	71.148	20.597
Banco Industrial	CDB	(*)	103,00 e 104,00 CDI	5.778	5.633
Banco Itaú	CDB	(*)	20,00 a 101,20 CDI	3.107	1.984
Banco Máxima	CDB	(*)	105,00 CDI	3.779	3.794
Banco Safra	CDB	(*)	10,00 e 103,50 CDI	3.042	79.738
Banco Santander	CDB	(*)	100,70 CDI	3	3
Banco Votorantim	CDB	(*)	102,00 CDI	8	8
BIC Banco	CDB	(*)	102,50 CDI	18.878	18.376
Caixa Econômica Federal	Fundo Investimento	(*)	(**)	72.506	235.494
Total				484.485	555.179

(*) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorridos. O valor contábil é próximo ao seu valor justo.

(**) Os fundos de investimentos estão concentrados em fundos de renda fixa e compostos por títulos públicos federais e títulos de emissores de baixo risco de crédito, com tendência de variação das taxas de juros pós-fixadas (CDI).

Notas Explicativas

7. CONSUMIDORES E PERDA NO VALOR RECUPERÁVEL

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/3/2011	31/12/2010	31/3/2011	31/12/2010
Consumidores	1.802.604	1.776.387	257.997	259.077
(-) Perda no valor recuperável	(226.942)	(222.956)	(16.418)	(16.418)
Total	1.575.662	1.553.431	241.579	242.659

7.1. Consumidores

Classe de consumidores	Saldos vencidos					31/3/2011	31/12/2010
	Saldos vincendos	até 90 dias	de 91 até 360 dias	mais de 361 dias	Total		
Circulante							
Residencial	257.649	166.285	75.428	125.801	367.514	625.163	622.447
Industrial	158.256	35.810	29.113	90.149	155.072	313.328	290.920
Comércio, serviços e outras atividades	159.656	54.967	28.707	85.063	168.737	328.393	330.139
Rural	37.763	14.884	11.835	21.003	47.722	85.485	80.322
Poder público:					-		
Federal	6.264	3.501	493	758	4.752	11.016	13.873
Estadual	13.796	5.622	5.368	5.896	16.886	30.682	33.701
Municipal	49.827	15.388	11.385	36.749	63.522	113.349	114.515
Iluminação pública	31.113	4.753	1.499	19.819	26.071	57.184	56.630
Serviço público	26.145	8.292	23.831	47.672	79.795	105.940	101.730
(-) Ajuste a valor presente Lei 11.638/07 (c)	(339)	-	-	-	-	(339)	(397)
Recomposição tarifária extraordinária	4.514	-	-	-	-	4.514	4.622
Redução de Uso Sistema de Distribuição	25.123	-	-	-	-	25.123	28.363
Redução de tarifa - irrigação e aquicultura	1.667	-	-	-	-	1.667	1.642
Subtotal - consumidores	771.434	309.502	187.659	432.910	930.071	1.701.505	1.678.507
Participação financeira do consumidor	12.845	304	354	1.861	2.519	15.364	15.904
Comercialização na CCEE (a)	15.997	-	-	-	-	15.997	7.371
Programa emergencial redução do consumo	-	-	-	990	990	990	990
Encargo de uso da rede elétrica	13.158	-	-	-	-	13.158	14.979
Encargos de capacidade emergencial	40	-	-	12.252	12.252	12.292	12.259
Energia livre	6.840	-	-	-	-	6.840	8.682
Concessionárias e permissionárias	3.739	-	-	-	-	3.739	4.185
Outros	7.599	11.962	4.676	8.482	25.120	32.719	33.510
Total	831.652	321.768	192.689	456.495	970.952	1.802.604	1.776.387
Não circulante							
Consumidores	130.588	-	-	-	-	130.588	139.223
(-) Ajuste a valor presente Lei 11.638/07 (c)	(4.339)	-	-	-	-	(4.339)	(4.640)
Recomposição tarifária extraordinária	28.669	-	-	-	-	28.669	28.654
Participação financeira do consumidor	46.866	-	-	-	-	46.866	48.875
Comercialização no CCEE (a)	18.732	-	-	-	-	18.732	20.822
Redução de Tarifa - irrigação e aquicultura (b)	569	-	-	-	-	569	587
Redução de uso do sistema de distribuição	35.250	-	-	-	-	35.250	23.811
Outros	1.662	-	-	-	-	1.662	1.745
Total	257.997	-	-	-	-	257.997	259.077

Do valor total de contas a receber R\$ 372.526 em 31/3/2011 (R\$ 366.110 em 31/12/2010) se referem a renegociações.

(a) Comercialização na CCEE

Notas Explicativas

O saldo da conta de consumidores no consolidado inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia de curto e longo prazo no montante de R\$ 34.729, com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE até o mês de março de 2011.

De acordo com a Resolução ANEEL nº 552, de 14/10/2002, os valores das transações de energia de curto prazo não liquidados nas datas programadas deverão ser negociados bilateralmente entre os agentes de mercado.

As operações de compra e venda de energia elétrica praticadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, após os ajustes divulgados pela CCEE, tiveram seu processo de liquidação concluído em julho de 2003, os pendentes de liquidação serão estão sendo liquidados bilateralmente por meio da CCEE. As demais operações de compra e venda de energia elétrica praticadas no exercício de 2010 estão sendo liquidadas mensalmente.

Os valores da energia no curto prazo e da energia livre estão sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por determinadas empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado em vigor.

(b) Subsídio a Irrigantes

A Resolução Normativa nº 540, de 1/10/2002, implementou a Lei nº 10.438, de 26/4/2002, que estendeu os descontos especiais nas tarifas de energia elétrica de irrigantes ao consumo verificado no horário compreendido entre 21h30 e 6h do dia seguinte.

Esse dispositivo legal ampliou o horário estabelecido na Portaria DNAEE nº 105, de 3/4/1992, das 23h às 5h do dia seguinte, em que eram concedidos descontos especiais para consumidores do Grupo A (alta tensão) e do Grupo B (baixa tensão).

A Resolução Normativa nº 207, de 9/1/2006, que “estabelece os procedimentos para aplicação de descontos especiais na tarifa de fornecimento relativa ao consumo de energia elétrica da atividade de irrigação e na aquicultura”, dispôs no artigo 6º que o valor financeiro resultante dos descontos estabelecido nesta Resolução configura direito da concessionária ser compensada no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração”.

Controlada	Resolução Homologatória	Data	Percentual médio	Nota técnica	Data	Processo 48500.	Valor R\$	Percentual (%)
CEMAT	959	6/4/2010	7,34%	812/2010	30/3/2010	6767/2009-84	(330)	-0,05
CAIUÁ D	978	4/5/2010	6,03%	136/2010	28/4/2010	6769/2009-73	3	0,01
EEB	976	4/5/2010	0,95%	131/2010	27/4/2010	6770/2009-06	(1)	0,00
EDEVP	975	4/5/2010	-5,23%	134/2010	28/4/2010	6745/2009-14	(3)	0,04
CNEE	977	4/5/2010	11,90%	132/2010	28/4/2010	6750/2009-27	(198)	-0,10
ENERSUL	958	6/4/2010	-1,36%	080/2010	30/3/2010	6751/2009-71	(229)	-0,03
CELTINS	1024	29/6/2010	7,43%	211/2010	29/6/2010	1601/2010-13	213	0,18
CELPA	1035	3/8/2010	10,80%	229/2010	26/7/2010	1598/2010-20	(21)	0,00
Total							(566)	

Notas Explicativas

	Consolidado	
	Circulante	Não circulante
Saldo no início do período	1.642	587
Apropriado no exercício	450	180
Amortizado no exercício	(676)	-
Atualizado no exercício	35	18
Transferido do longo prazo	216	(216)
Transferido para o longo prazo	-	-
Saldo no final do período	1.667	569

(c) Ajuste a valor presente

Refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 12,81% a.a., que a ANEEL considera como taxa de retorno adequada para os serviços de distribuição de energia elétrica, cuja metodologia está definida na Nota Técnica ANEEL nº 234/2006, de 25/8/2006. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. Tendo em vista a natureza, complexidade e volume das negociações a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade foi omitido, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.

7.2. Perda no valor recuperável

	Consolidado	
	31/3/2011	31/12/2010
Circulante:		
Residencial	(82.464)	(84.959)
Industrial	(72.140)	(68.166)
Comércio, serviços e outras atividades	(42.081)	(42.045)
Rural	(10.613)	(6.762)
Poder Público	(2.430)	(2.383)
Iluminação Pública	(1.124)	(1.117)
Serviço Público	(2.650)	(2.587)
Outras receitas	(10.530)	(10.580)
Subtotal de consumidores	(224.032)	(218.599)
Diversos créditos	(2.910)	(4.357)
Total	(226.942)	(222.956)
Não Circulante:		
RTE - Perda Receita Racionamento	(16.418)	(16.418)
Total	(16.418)	(16.418)

Notas Explicativas

Movimentação:	31/3/2011	31/12/2010
Saldo no início do período	239.374	302.473
Perdas no exercício	339	(368)
Recuperação de perdas	523	3.205
Complemento de provisão	3.124	26.110
Ajuste de mudança de prática contábil	-	(92.046)
Saldo no final do período	243.360	239.374

O valor de recebíveis vencidos e não provisionados é de R\$ 318.680 em 31/3/2011 (R\$ 335.890 em 31/12/2010).

A perda no valor recuperável foi constituída considerando os critérios a seguir:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias.
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias.
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Após análise criteriosa efetuada pela Administração da Companhia e de suas Controladas, foram excluídas contas vencidas, cuja perda não é considerada como incorrida.

A Companhia e suas Controladas possuem um grupo de profissionais com o propósito de avaliar a qualidade e a possibilidade de recuperação dos créditos em atraso referente ao fornecimento de energia para os diversos segmentos de clientes.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A COMPENSAR

	Companhia			
	Circulante		Não circulante	
	31/3/2011	31/12/2010	31/3/2011	31/12/2010
Imposto de renda (b)	36.975	35.592	-	-
Contribuição social (b)	-	-	2.523	2.523
IRRF - JCP	517	4.038	-	-
ISS	13	13	-	-
PIS	4.376	4.376	-	-
Diversos	694	464	-	-
Total	42.575	44.483	2.523	2.523

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/3/2011	31/12/2010	31/3/2011	31/12/2010
ICMS (a)	115.583	113.018	108.896	115.451
(-) Ajuste a valor presente - Lei 11.638/2007 (a)	(5.367)	(6.116)	(21.133)	(22.485)
	110.216	106.902	87.763	92.966
Imposto de renda (b)	82.333	74.608	46.547	45.539
Contribuição social (b)	10.689	7.897	14.224	13.995
COFINS	2.595	3.268	10.022	-
PIS	10.617	10.821	-	-
IOF	1.124	1.124	-	-
INSS	5.145	4.166	-	-
ISS	743	677	-	-
IRRF - JCP	-	4.038	-	-
IRRF	9.276	1.956	-	-
Lei 11.941/2009	695	464	-	-
Finsocial (c)	1	1	4.586	4.586
Diversos	119	676	-	-
Total	233.553	216.598	163.142	157.086

(a) O ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo imobilizado será recuperado em até 48 meses. As Controladas procederam ao cálculo do AVP – Ajustes a Valor Presente utilizando a taxa de 12,81% a.a., que a ANEEL considera como a taxa de retorno adequada para os serviços de distribuição de energia, cuja metodologia está definida na Resolução ANEEL nº 234 de 31/10/2006.

(b) O imposto de renda e contribuição social apurados na Declaração de Ajuste Anual de 2010 e Anos-Calendários anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior e parceladas, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB e à medida que forem sendo pagas as prestações do parcelamento da Lei nº 11.941/2009 (vide nota explicativa nº 19), e desde que o montante já pago exceda o valor do imposto ou da contribuição, determinados com base no resultado apurado nos respectivos períodos.

(c) Trata-se de Pedido de Restituição do Finsocial que foi recolhido em alíquota superior a 0,5% no período de 11/89 a 03/92. O Acórdão 01-15.534 proferido pela 3ª turma da DRJ/BEL de 3/11/2009, reconheceu parcialmente o direito creditório pleiteado. Em face dessa decisão, a CELPA interpôs Recurso Voluntário que aguarda julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Os tributos que foram objetos de compensação com o crédito discutido nestes autos foram incluídos no parcelamento da Lei nº 11.941/2009 (vide nota explicativa nº 19).

Notas Explicativas

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

9.1. Composição das despesas com impostos

	Companhia	
	31/3/2011	31/3/2010
	Imposto de renda	Contribuição Social
Imposto corrente	-	-
Imposto diferido	(357)	(128)
Receita(Despesa) IR/CS	(357)	(128)

	Consolidado	
	31/3/2011	31/3/2010
	Imposto de renda	Contribuição Social
Imposto corrente	(11.743)	(3.690)
Imposto diferido	12.821	6.769
Receita (Despesa) IR/CS	1.078	3.079

9.2. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	Companhia	
	31/3/2011	31/3/2010
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro(prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(46.608)	(46.608)
Ajustes RTT	1.166	1.166
Lucro tributável	(45.442)	(45.442)
Adições(exclusões) permanentes:		
Resultado de participações societárias	5.027	5.027
Amortização ágio	1.236	
Variação cambial diferida	(18.847)	(18.847)
Efeitos da Lei nº 11638/07	-	-
Outras	-	76
Subtotal	(12.584)	(13.820)
Base de cálculo dos impostos	(58.026)	(59.262)
Alíquotas	25%	9%
Receita(despesa) com impostos	14.507	5.334
Créditos fiscais não constituídos	(14.863)	(5.462)
Despesas com impostos	(357)	(128)

Notas Explicativas

	Consolidado			
	31/3/2011		31/3/2010	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro(prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(79.798)	(79.798)	(121.650)	(121.650)
Ajustes RTT	(3.161)	(3.161)	30.561	30.561
Lucro tributável	(82.959)	(82.959)	(91.089)	(91.089)
Adições(exclusões) permanentes:				
Gratificações e participações	1.554	-	2.191	-
Amortização de ágio	1.236	-	-	-
Variação cambial diferida	(18.847)	(18.847)	19.155	19.155
Multas indedutíveis	28.186	-	3.383	-
Outras despesas indedutíveis	522	522	908	908
Efeitos da Lei 11.638/2007	231	231	(30.561)	(30.561)
Outras	(1.670)	(1.803)	(3.520)	155
Subtotal	11.212	(19.897)	(8.444)	(10.343)
Base de cálculo dos impostos	(71.747)	(102.856)	(99.533)	(101.432)
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Receita(despesa) com impostos	17.937	9.257	24.883	9.129
Créditos fiscais não constituídos	(16.859)	(6.178)	(13.369)	(4.813)
Receita com impostos	1.078	3.079	11.514	4.316

9.3. Ativo fiscal diferido

Os créditos fiscais a seguir detalhados, serão utilizados para redução de carga tributária futura, sendo reconhecidos com base em históricos de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis para o prazo máximo de 10 anos.

Natureza	Companhia			
	31/3/2011		31/12/2010	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Ajustes da Lei 11.638/2007 (d)	753	753	753	753
Base de cálculo dos impostos diferidos	753	753	753	753
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Impostos diferidos não circulante	188	68	188	68

Notas Explicativas

Natureza	Consolidado			
	31/3/2011		31/12/2010	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis (a)	42.501	42.501	43.782	43.782
Provisão para contingências fiscais	45.851	45.851	45.851	45.851
Perda no valor recuperável (a)	336.854	336.854	331.422	331.422
Provisão de benefícios a empregados Del. CVM 600/2009 (a)	13.983	13.983	13.983	13.983
Prejuízos fiscais e base negativa (c)	1.855.849	2.144.577	1.847.394	2.110.906
Amortização de ágio (c)	263.396	220.077	267.378	225.356
Ajustes da Lei 11.638/2007 (d)	26.539	26.539	31.305	31.305
Base de cálculo dos impostos diferidos	2.584.973	2.830.382	2.581.115	2.802.605
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Impostos diferidos não circulante	646.243	254.733	645.279	252.234

Fundamentos para realização do imposto de renda e contribuição social diferida:

- (a) Efetivação da perda
- (b) Efetivação do faturamento
- (c) Realização dos lucros
- (d) Realização dos efeitos da Lei 11.638/2007

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/2002, a Companhia e suas controladas estimam recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

Companhia							Consolidado
2011							Total não circulante
256							
2011	2012	2013	2014	2015	Após 2015		
140.541	141.193	116.810	100.754	94.695	306.983		900.976

9.4. Passivo diferido

Natureza	Companhia			
	31/3/2011		31/12/2010	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Ajustes da Lei 11.638/2007 (d)	1.426	1.426	-	-
Base de cálculo dos impostos diferidos	1.426	1.426	-	-
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Impostos diferidos não circulante	357	128	-	-

Notas Explicativas

Natureza	Consolidado			
	31/3/2011		31/12/2010	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Provisão para passivos regulatórios (a)	48.679	48.679	46.573	46.573
Variação cambial diferida (b)	7.579	7.579	5.430	5.430
Baixa deságio (c)	84.351	84.351	84.351	84.351
Acréscimo moratório (b)	5.657	5.657	4.513	4.513
Ajustes da Lei 11.638/2007 (d)	12.906	12.906	16.979	16.979
Base de cálculo dos impostos diferidos	159.172	159.172	157.846	157.846
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Impostos diferidos não circulante	39.793	14.325	39.462	14.206

Fundamentos para realização do imposto de renda e contribuição social diferida:

- (a) Efetivação do faturamento
- (b) Efetivação da perda
- (c) Perspectiva de realização de ganhos futuros
- (b) Realização dos efeitos da Lei 11.638/2007

Encargos de Reavaliação

	Consolidado			
	31/03/2011		31/12/2010	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Reserva de reavaliação	3.445.557	3.445.557	3.445.557	3.445.557
(-) Reversão de reavaliação anterior	(843.621)	(843.621)	(843.621)	(843.621)
(-) Depreciação / baixas	(1.338.473)	(1.338.473)	(1.289.721)	(1.289.721)
Base de cálculo	1.263.463	1.263.463	1.312.215	1.312.215
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Encargos tributários	315.866	113.712	328.055	118.099

9.5. Variação do saldo do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Companhia	Companhia		
	31/3/2011	31/12/2010	Variação
Impostos diferidos - ativo (diferenças temporárias)	256	256	-
Impostos diferidos - passivo (diferenças temporárias)	(485)	-	(485)
Total	(229)	256	(485)
	Consolidado		
	31/3/2011	31/12/2010	Variação
Impostos diferidos - ativo (diferenças temporárias)	900.976	897.513	3.463
Impostos diferidos - passivo (diferenças temporárias)	(54.118)	(53.668)	(450)
Impostos diferidos - passivo (encargos de reavaliação)	(429.578)	(446.154)	16.576
Total	417.280	397.691	19.589

Notas Explicativas

10. REDUÇÃO DE RECEITA - BAIXA RENDA

Subvenção à baixa renda - tarifa social: O Governo Federal, por meio da Lei nº 10.438, de 26/4/2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, o que causou uma redução na receita operacional das Controladas, compensada por meio do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23/12/2002, em que foram definidas as fontes para concessão e subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 80 kWh ou com consumo entre 80 e 220 kWh, neste último caso desde que atendam a alguns critérios, conforme estabelecido no artigo 5º da Lei nº 10.604, de 17/12/2002.

Segue abaixo a movimentação no exercício:

	Consolidado
Saldo em 31/12/2010	29.621
Valor provisionado	7.607
Valor homologado	17.468
Valor recebido	(8.937)
Saldo em 31/3/2011	45.759

11. SUB-ROGAÇÃO DA CCC

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24/12/2002, foram enquadradas na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC, as controladas CEMAT, ENERSUL e CELPA, pelas Resoluções Autorizativa ANEEL nº 81, de 9/3/2004, nº 331, de 3/10/2005 e nº 1.999, de 7/7/2009 respectivamente.

O enquadramento das controladas é devido à implantação de projetos elétricos que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução do consumo de óleo diesel no processo de geração de energia, proporcionando a redução do dispêndio da CCC o que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18/12/2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009 trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pelas concessionárias, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas.

O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas “223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica”. Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

- **Controlada CEMAT com a implantação dos seguintes projetos:**

Sistemas de Transmissão e Distribuição Brasnorte / Juara / Juína, Campo Novo / Brasnorte, Juara / Juína, Sapezal, Tabaporã, Nova Monte Verde, Baixo Araguaia, Juruena, Sapezal / Comodoro.

Os projetos implantados tiveram o valor sub-rogado aprovado em R\$ 348.437, até 31/3/2011 a CEMAT aplicou R\$ 404.152, do montante sub-rogado a Cia recebeu R\$ 160.471, restando a receber o valor R\$ 187.966.

Notas Explicativas

- **Controlada ENERSUL implantação do projeto:**

Linha de Transmissão e Distribuição de 138 kV de Jardim / Porto Murtinho, valor sub-rogado em R\$ 28.740, projeto concluído integralmente no exercício de 2007, saldo remanescente de recebimento em 31/3/2011 no montante de R\$ 319 (R\$ 319 em 31/12/2010).

- **Controlada CELPA com a implantação do projeto elétrico para a interligação da Ilha do Marajó ao Sistema Interligado Nacional – SIN, em duas fases:**

A primeira fase com os Sistemas de Transmissão e Distribuição Tucuruí / Cametá, Bento / Portel / Breves, Portel / Bagre, Breves / Melgaço, Breves / Curralinho, bem como as Subestações Tucuruí / Vila, Cametá, Portel, Breves, Bagre, Melgaço, Curralinho e Parada do Bento, sendo o valor sub-rogado aprovado no valor de R\$ 184.660.

A segunda fase com os Sistemas de Transmissão e Distribuição Tucuruí / UHE Parada do Bento, Anajás / Afuá, Anajás / Cachoeira do Arari, Breves / Anajás, Cachoeira do Arari / Ponta de Pedras, Cachoeira do Arari / Salvaterra, Salvaterra / Soure, Ponta de Pedras / Muaná, Muaná / São Sebastião da Boa Vista, Afuá / Chaves, Cachoeira do Arari / Santa Cruz do Arari, bem como as Subestações Anajás, Parada do Bento, Tucuruí, Afuá, Chaves, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari, Salvaterra, Soure, Ponta de Pedras, Muaná e São Sebastião da Boa Vista, sendo o valor sub-rogado aprovado no valor de R\$ 288.957.

Do valor sub-rogado, foram aplicados em 31/3/2011, relativos a 1ª fase, o valor de R\$ 166.232 (R\$ 138.509 em 31/12/2010), sendo que a 2ª fase ainda não foi iniciada.

O ressarcimento destes recursos ocorrerá na medida em que ocorra a energização dos projetos, que prevê o retorno no médio e longo prazo de acordo com o plano de investimento da Companhia.

Notas Explicativas

12. OUTROS ATIVOS

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/3/2011	31/12/2010	31/3/2011	31/12/2010
Valores a recuperar de empregados	10.573	11.711	-	-
Adiantamentos a fornecedores	22.011	21.174	-	-
Alienação de bens e direitos	5.647	2.241	-	-
Dispêndios a reembolsar	2.068	1.740	-	-
Convênios de arrecadação	2.932	3.428	-	-
Créditos Contas de Energia Elétrica Mês	3.864	5.413	-	-
Desativação em curso (a)	56.976	41.054	804	804
Garantia liquidação operações CCEE	9.035	24.911	-	-
Títulos a receber	-	-	16.781	15.031
ICMS - créditos adquiridos de terceiros	-	-	11.136	11.136
Prêmios de seguros	4.115	3.526	-	-
Juros parcelamentos conta energia elétrica	16.394	15.151	-	-
Devedores diversos	19.387	8.342	1.127	1.227
Outros	14.668	17.063	1.827	3.979
Total	167.670	155.754	31.675	32.177

(a) Refere-se às desativações relativas às UAR (Unidades de Adição e Retirada), determinadas por motivos técnico-operacionais e sinistros, que se encontram em fase de análise e recuperação para o retorno ao imobilizado ou realização.

13. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas adotam práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas por legislação e regulamentação. A aprovação das operações com partes relacionadas é também submetida à aprovação dos órgãos decisórios da Companhia e suas controladas, conforme regras previstas nos Estatutos Sociais. Ademais, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer acionista ou membro do Conselho de Administração está proibido de votar em deliberação acerca de matéria em que tenha interesses conflitantes com os do grupo.

As operações celebradas pela Companhia e suas controladas com partes relacionadas seguem os padrões de mercado e são amparadas pelas devidas avaliações prévias de seus termos, condições e do restrito interesse da Companhia e suas controladas em sua realização.

O Acordo de Acionistas firmado entre o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FI-FGTS"), representado pela Caixa Econômica Federal (CEF), a DENERGE - Desenvolvimento Energético S.A. ("DENERGE") e a Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. ("EEVP"), ambas controladoras indiretas da Companhia, prevê cláusulas que requerem a manutenção de determinados limites operacionais dentro de parâmetros pré-estabelecidos envolvendo a Companhia.

A Administração da Companhia e de suas Controladas acompanham tempestivamente (mensal) esses limites operacionais, como forma de monitoramento e remediação com o FI-FGTS, quando necessário.

Notas Explicativas

Em 31/3/2011, os limites operacionais do acordo foram atendidos.

13.1. Transações e saldos com empresas relacionadas

		Companhia	
		31/3/2011	31/3/2010
TRANSAÇÕES (MÚTUOS)			
Receitas financeiras		13.558	19.698
Despesas financeiras		(12.989)	(12.498)
SALDOS ATIVOS			
	Relacionamento	31/3/2011	31/12/2010
Circulante			
Dividendos:			
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	Controlada	3.640	3.640
Cia Força e Luz do Oeste - CFLO	Controlada	2.180	2.180
Rede Power do Brasil S.A.	Controlada	15.450	18.829
Rede Eletricidade e Serviços S.A.	Controlada	8.046	8.046
Subtotal		29.316	32.695
Juros sobre capital próprio:			
Cia Nacional de Energia Elétrica - CNEE	Controlada	479	479
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	Controlada	8.647	8.647
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	Controlada	1.986	1.986
Cia Força e Luz do Oeste - CFLO	Controlada	582	582
Emp. de Distribuição de Energia Vale Paranapanema - EDEVP	Controlada	850	850
Emp. Energética do Estado do Mato Grosso do Sul - ENERSUL	Controlada	-	5.113
Subtotal		12.544	17.657
Total		41.860	50.352

Notas Explicativas

	Relacionamento	Companhia	
		31/3/2011	31/12/2010
SALDOS ATIVOS			
Não circulante			
Valores a recuperar:			
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A - EEVP	Controladora direta	673	673
Denerge Desenvolvimento Energético S.A	Controladora relativa	89	89
Caiuá Distribuição de Energia S.A	Controlada	38	38
		<u>800</u>	<u>800</u>
Assunção de dívida, cessão de crédito e outras avenças (a):			
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A - EEVP	Controladora direta	267.553	259.381
Denerge Desenvolvimento Energético S.A	Controladora relativa	69.683	67.555
		<u>337.236</u>	<u>326.936</u>
Conta corrente (b):			
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A - EEVP	Controladora direta	109.575	112.712
Denerge Desenvolvimento Energético S.A	Controladora relativa	13.156	12.870
		<u>122.731</u>	<u>125.582</u>
Total		460.767	453.318

Notas Explicativas

		Companhia	
		31/3/2011	31/12/2010
SALDOS PASSIVOS			
Não circulante			
Valores a reembolsar:			
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - EEVP	Controladora direta	38	38
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	Controlada	715	715
Cia Força e Luz do Oeste - CFLO	Controlada	29	29
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	Controlada	1.124	1.124
Tangará Energia S.A.	Controlada	154	154
Rede Comercializadora de Energia S.A.	Controlada	262	262
Rede Eletricidade e Serviços S.A.	Controlada	9	9
Rede Power do Brasil S.A.	Controlada	9	9
		<u>2.340</u>	<u>2.340</u>
Conta corrente (b):			
Rede Power do Brasil S.A.	Controlada	24.933	24.391
Rede Comercializadora de Energia S.A.	Controlada	24.544	7.133
		<u>49.477</u>	<u>31.524</u>
Conta corrente 31/12/2006 (c):			
Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB	Controlada	161.479	157.938
Cia Nacional de Energia Elétrica - CNEE	Controlada	60.327	59.004
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	Controlada	20.916	20.457
		<u>242.722</u>	<u>237.399</u>
Contrato de venda e compra de ações (d):			
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - EEVP	Controladora direta	131.096	134.568
Denerge Desenvolvimento Energético S.A.	Controladora relativa	52.648	51.244
		<u>183.744</u>	<u>185.812</u>
Total		<u>478.283</u>	<u>457.075</u>

Notas Explicativas

		Consolidado	
TRANSAÇÕES (MÚTUOS)		31/3/2011	31/3/2010
Receitas financeiras		13.717	9.240
Despesas financeiras		(6.355)	(6.097)
SALDOS ATIVOS		31/3/2011	31/12/2010
Relacionamento			
Não circulante			
Assunção de dívida, cessão de crédito e outras avenças (a):			
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.	Controladora direta	267.553	259.381
Denerge Desenvolvimento Energético S.A.	Controladora relativa	69.683	67.555
		<u>337.236</u>	<u>326.936</u>
Conta corrente (b):			
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.	Controladora direta	109.575	112.712
Denerge Desenvolvimento Energético S.A.	Controladora relativa	15.473	15.137
		<u>125.048</u>	<u>127.849</u>
Contrato de venda e compra de ações (d):			
Denerge Desenvolvimento Energético S.A.	Controladora relativa	3.401	3.366
		<u>3.401</u>	<u>3.366</u>
Outros ativos	Coligadas	974	1.654
Total		<u>466.659</u>	<u>459.805</u>
SALDOS PASSIVOS			
Não circulante			
Conta corrente (b):			
Rede Peixe Energia S.A.	Coligada	231	226
		<u>231</u>	<u>226</u>
Contrato de venda e compra de ações (d):			
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.	Controladora direta	131.096	134.568
Denerge Desenvolvimento Energético S.A.	Controladora relativa	52.648	51.244
		<u>183.744</u>	<u>185.812</u>
Outros passivos	Coligadas	857	847
Total		<u>184.832</u>	<u>186.885</u>

(a) Assunção de dívida, cessão de crédito e outras avenças

Como parte do processo de reorganização societária a Companhia, através de instrumento particular de assunção de dívidas, cessão de créditos e outras avenças de 31/3/2006, assumiu as dívidas e os créditos a receber perante terceiros, empresas controladas e instituição financeira existentes nas empresas controladoras EEVP no valor de R\$ 140.689 e Denerge no valor de R\$ 31.575.

O saldo apurado neste contrato deverá ser quitado no prazo máximo de até dez anos, devidamente atualizado pelo CDI acrescido de juros de 2% a.a., vencendo em 31/12/2016.

Em 29/12/2006 a Companhia assumiu, através de instrumento particular de assunção de dívidas e outras avenças, a dívida da QMRA Participações S.A. junto ao BNDES no valor de R\$ 101.408 a ser quitada em 60 parcelas mensais com carência de 36 meses vencendo a 1ª parcela em 30/12/2009.

Em Dezembro/2006 este contrato foi repactuado adotando-se as mesmas condições da renegociação dos contratos junto ao BNDES.

Notas Explicativas

Forma de Pagamento:

- 6,3% em 40 parcelas trimestrais, com vencimento da 1ª parcela para 15/12/2006.
- 93,7% em 05 parcelas trimestrais, com vencimento da 1ª parcela para 15/12/2007.
- Remuneração TJLP mais 2 % a.a.

(b) Conta corrente

- **Contrato Multilateral de Mútuo entre as Holding's e Demais Empresas**

Refere-se à movimentação financeira efetuada entre as empresas do Grupo Rede que na medida de suas necessidades, tomarão ou darão em empréstimos, recursos financeiros, de forma sucessiva e contínua, assumindo, respectivamente, a posição de devedora ou credora conforme o caso.

A remuneração sobre o saldo devedor é calculada com base em 100% do CDI com prazo de 24 meses, vencendo em 30/10/2011, nos termos de contratos de mútuo na modalidade de conta corrente, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

- **Contrato Multilateral de Mútuo entre as Geradoras e Não Concessionárias (Mutuantes) e as Distribuidoras (Mutuarias)**

As empresas Geradoras e Não Concessionárias (mutuantes) darão em empréstimos, recursos financeiros dentro dos limites para o saldo credor estabelecidos no contrato, às Distribuidoras (mutuarias), na medida de suas necessidades de forma sucessiva e contínua, com remuneração sobre o saldo devedor calculado com base em 100% do CDI. Cada empresa tem um limite máximo para o saldo credor, as Distribuidoras, por sua vez, somente poderão realizar operações de conta-corrente na condição de tomadoras dos empréstimos perante as Geradoras e Não Concessionárias.

As mutuantes podem realizar operações de empréstimos financeiros entre si.

A remuneração sobre o saldo devedor é calculada com base em 100% do CDI com prazo de 36 meses, vencendo em 31/8/2011, nos termos de contratos de mútuo na modalidade de conta corrente, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

Este contrato e seus respectivos aditamentos foram devidamente aprovados pela ANEEL por meio de despachos da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira.

- **Contrato Multilateral de Mútuo entre as Distribuidoras**

Refere-se à movimentação financeira efetuada entre as Distribuidoras que na medida de suas necessidades, tomarão ou darão em empréstimos, recursos financeiros, de forma sucessiva e contínua, assumindo, respectivamente, a posição de devedora ou credora conforme o caso, dentro dos limites para o saldo credor estabelecidos no contrato.

A Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA foi incluída no contrato na condição de mutuaria, somente podendo receber recursos das demais distribuidoras.

A remuneração sobre o saldo devedor é calculada com base em 100% do CDI com prazo de 36 meses vencendo em 31/8/2011, nos termos de contratos de mútuo na modalidade de conta corrente, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

Notas Explicativas

Este contrato e seus respectivos aditamentos foram devidamente aprovados pela ANEEL por meio de despachos da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira.

(c) Conta corrente 31/12/2006

Refere-se à consolidação e repactuação dos saldos dos contratos denominados “Conta Corrente até 31/8/2004” que seriam pagos em 120 meses com carência de 18 meses e remunerados a taxa de 100% CDI e do contrato denominado “Conta Corrente após 1/9/2004” que permitia a movimentação financeira entre empresas do grupo com remuneração de CDI mais 2% de juros a.a., com prazo de vencimento de 24 meses, repactuados nas seguintes condições:

- Carência de 24 meses
- Prazo 86 meses
- Remuneração 100% CDI mais 2% Juros a.a.

Esta repactuação foi aprovada pela ANEEL por meio do despacho nº 181 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira de 29/1/2007.

Em fevereiro de 2008, através do 1º aditamento ao Instrumento Particular de Contratos de Repactuação de Dívida de Mútuo, foi repactuado a remuneração do contrato passando a ser de 100% do CDI a partir do saldo de devedor em 31/12/2007. Esta repactuação foi aprovada pela ANEEL por meio do despacho nº 709 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira de 22/2/2008.

(d) Contrato venda e compra de ações

Como parte do processo de reorganização societária a Companhia adquiriu e alienou participações societárias através de instrumentos particulares de venda e compra de ações conforme abaixo:

- Denerge Desenvolvimento Energético S.A.

Alienação:

Rede Peixe Energia S.A: 60 parcelas mensais e sucessivas com carência de três anos vencendo a 1ª parcela em 3/4/2009 acrescidas de 100% do CDI mais 2% a.a. no valor de R\$ 9.973.

Aquisição:

Rede Comercializadora de Energia S.A no valor de R\$ 46.126 e Rede Eletricidade e Serviços S.A no valor de R\$ 19.370: Entrada em 3 parcelas anuais com vencimentos em 30/6/2006; 30/6/2007 e 30/6/2008 e mais 84 parcelas mensais vencendo a 1ª em 30/7/2008 todas acrescidas de 100% CDI mais 2% a.a.

- Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.

Aquisição:

Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.: Entrada em 3 parcelas anuais com vencimentos em 30/6/2006; 30/6/2007 e 30/6/2008 e mais 84 parcelas mensais vencendo a 1ª em 30/7/2008 todas acrescidas de 100% CDI mais 2% a.a. no valor de R\$ 118.496.

13.2. Remuneração dos Administradores

A remuneração total dos administradores da Companhia, para o 1º trimestre de 2011 foi de R\$ 510 (R\$ 275 no 1º trimestre de 2010), que corresponde em sua totalidade a benefícios de curto prazo.

No 1º trimestre de 2011 não existem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

Notas Explicativas

14. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Consolidado	
	31/3/2011	31/12/2010
Tesouro Nacional (a)	42.236	44.284
Bradesco - CDB	178	173
Banco do Brasil - CDB	200	200
Caixa Econômica Federal - FI Caixa (c)	-	37.825
Outros (b)	6.776	6.926
Total	49.390	89.408

(a) Refere-se à caução dada em garantia dos empréstimos com o Tesouro Nacional, a qual é corrigida pela taxa de juros de 0,81% a.a., mais taxa LIBOR semestral e variação cambial, sendo as datas de vencimentos em 11/4/2024 e 15/4/2024.

(b) Refere-se à caução em garantia do contrato de leasing da aeronave junto ao Banco GE, sendo corrigida através da taxa Libor e variação cambial com vencimento em 17/1/2010.

(c) Refere-se a valor na Caixa Econômica Federal – FI Caixa, sendo destinado a investimentos em linhas de distribuição.

15. INVESTIMENTOS

15.1. Composição dos Investimentos

	Companhia	
	31/3/2011	31/12/2010
Participações em controladas	2.901.064	2.972.891
Outros investimentos	488	488
Total	2.901.552	2.973.379

	Consolidado	
	31/3/2011	31/12/2010
Outros investimentos	34.623	34.370
Total	34.623	34.370

Notas Explicativas

15.2. Resultado dos ajustes da equivalência patrimonial

	Companhia		Consolidado	
	31/3/2011	31/3/2010	31/3/2011	31/3/2010
Controlada				
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	937	2.420	-	-
Companhia Nacional de Energia Elétrica	4.073	1.448	-	-
Companhia Força e Luz do Oeste	311	10.894	-	-
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	(724)	1.987	-	-
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	(7.984)	(3.882)	-	-
QMRA Participações S.A.	(23.071)	(3.606)	-	-
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	(4.035)	133	-	-
Tangará Energia S.A.	(1.351)	(589)	-	-
Rede Power do Brasil S.A.	6.207	(898)	-	-
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	(3.865)	(708)	-	-
Emp. de Distrib. de Energia Vale Paranapanema S.A.	3.235	2.665	-	-
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	15.537	5.926	-	-
Rede Comercializadora de Energia S.A.	5.298	3.292	-	-
Rede de Eletricidade e Serviço S.A.	916	456	-	-
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A.	(512)	(189)	-	-
Subtotal	(5.028)	19.349	-	-
Amortização de ágio	(1.235)	(2.346)	(2.532)	(3.553)
Total	(6.263)	17.003	(2.532)	(3.553)

15.3. Investimentos relevantes avaliados pelo método da equivalência patrimonial

	Ações Possuídas (em milhares)		Participação no Capital	Capital	Patrimônio	31/3/2011 Lucro(Prejuízo) Líquido do
Investidas	Ordinárias	Preferenciais	Integralizado	Realizado	Líquido	Período
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	932	140	91,45%	40.948	73.460	1.025
Companhia Nacional de Energia Elétrica	1.927	407	98,69%	28.000	78.544	4.127
Companhia Força e Luz do Oeste	135.673	202.819	97,70%	11.500	30.017	318
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	192.632	-	50,86%	189.367	553.626	(1.701)
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	25.365	22.078	39,92%	710.196	1.148.610	(19.999)
QMRA Participações S.A.	2.408.385	-	100,00%	1.185.838	849.594	(23.071)
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	38.717	462	10,11%	518.932	851.750	(39.909)
Tangará Energia S.A.	48.271	-	100,00%	48.271	64.601	(1.351)
Rede Power do Brasil S.A.	97	-	99,98%	65.178	119.904	6.209
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	111.651	-	100,00%	111.267	50.129	(3.865)
Emp. de Distrib. de Energia Vale Paranapanema S.A.	115.905	-	100,00%	115.905	122.209	3.235
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	58.398.612	-	60,16%	533.468	738.432	25.831
Rede Comercializadora de Energia S.A.	1	-	99,60%	500	(1.245)	5.319
Rede de Eletricidade e Serviço S.A.	1	-	99,50%	630	3.527	921
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A.	15	-	60,48%	25.438	23.007	(846)

Notas Explicativas

Investidas	31/12/2010					
	Ações Possuídas (em milhares)		Participação no Capital	Capital	Patrimônio	Lucro(Prejuízo)
	Ordinárias	Preferenciais	Integralizado	Realizado	Líquido	Líquido do Período
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	932	140	91,45%	40.948	72.435	2.157
Companhia Nacional de Energia Elétrica	1.927	407	98,69%	28.000	74.417	7.415
Companhia Força e Luz do Oeste	135.673	202.819	97,70%	11.500	29.699	13.763
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	192.632	-	50,86%	189.367	555.328	58.652
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	25.365	22.078	39,92%	710.196	1.168.610	18.605
QMRA Participações S.A.	2.408.385	-	100,00%	1.185.838	871.484	(114.048)
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	38.717	462	10,11%	518.932	891.659	(100.735)
Tangará Energia S.A.	48.271	-	100,00%	48.271	65.953	(4.567)
Rede Power do Brasil S.A.	97	-	99,98%	65.178	139.546	16.700
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	111.651	-	100,00%	111.267	53.994	(13.373)
Emp. de Distrib. de Energia Vale Paranapanema S.A.	115.905	-	100,00%	115.905	118.974	11.025
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	58.398.612	-	60,16%	533.468	777.601	85.394
Rede Comercializadora de Energia S.A.	1	-	99,60%	500	(6.564)	(5.994)
Rede de Eletricidade e Serviço S.A.	1	-	99,50%	630	2.606	2.147
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A.	15	-	60,48%	25.438	25.653	1.053

15.4. Movimentação dos investimentos

	Saldo em 31/12/2010	Adição Incorporações	Equivalência Patrimonial	Amortização do Ágio	Dividendos/ JSCP	Saldo em 31/3/2011
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	66.242	-	937	-	-	67.179
Companhia Nacional de Energia Elétrica	73.442	-	4.073	-	-	77.515
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	282.299	-	(724)	-	-	281.575
Companhia Força e Luz do Oeste	29.016	-	311	-	-	29.327
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT (**)	582.352	-	(7.984)	-	-	574.368
QMRA Participações S.A. (**)	940.572	1.181	(23.071)	(987)	-	917.695
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	90.147	-	(4.035)	-	-	86.112
Tangará Energia S.A.	65.952	-	(1.351)	-	-	64.601
Rede Comercializadora de Energia S.A. (**)	23.381	-	5.298	-	-	28.679
Rede Power do Brasil S.A.	139.518	-	6.207	-	(25.844)	119.881
Rede de Eletricidade e Serviço S.A. (**)	16.697	-	916	-	-	17.613
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	53.994	-	(3.865)	-	-	50.129
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. (**)	124.361	-	3.235	(248)	-	127.348
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A.	17.115	(1.800)	(512)	-	-	14.803
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	467.805	-	15.537	-	(39.101)	444.241
Outros	486	-	-	-	-	486
Total	2.973.379	(619)	(5.028)	(1.235)	(64.945)	2.901.552

(*) Mais informações vide nota explicativa 5.1 - Informações sobre ativos, passivos e resultados por segmentos reportável.

(**) Investimentos mais ágio.

Notas Explicativas

16. IMOBILIZADO

A composição dos bens do ativo imobilizado das controladas por natureza está demonstrado abaixo:

				Consolidado
				31/12/2010
			31/3/2011	
	Custo	(-) Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Em serviço:				
Geração	241.962	(39.383)	202.579	201.309
Comercialização	1.647	(545)	1.102	652
Administração	-	-	-	2.355
Não vinculadas a concessão	21.205	(5.220)	15.985	14.578
Subtotal	264.814	(45.148)	219.666	218.894
Em curso:				
Geração	198	-	198	198
Comercialização	51	-	51	429
Administração	-	-	-	-
Não vinculadas a concessão	10	-	10	-
Subtotal	259	-	259	627
Total	265.073	(45.148)	219.925	219.521

Para as taxas de depreciação vide nota explicativa 17.1

17. ATIVO INTANGÍVEL

17.1. Ativo Intangível e Ativo Financeiro dos contratos de concessão

Os bens relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo intangível líquido e ativo financeiro e estão representados como segue:

			Consolidado
			31/12/2010
		31/3/2011	
Ativo intangível		5.142.605	5.124.355
Ativo financeiro		1.550.107	1.462.365
Total		6.692.712	6.586.720

A mutação dos bens da concessão, representados pelo ativo intangível e ativo financeiro está demonstrada abaixo:

Notas Explicativas

	Consolidado			
	31/12/2010	Adições	Baixas	Transferências
31/3/2011				
Em serviço:				
Custo				
Geração	46.886	-	-	351
Distribuição	11.344.136	(2.049)	(62.355)	288.895
Comercialização	65.941	-	-	40
Administração	473.050	-	-	6.045
Não vinculadas a concessão	1.333	-	-	-
Subtotal	11.931.346	(2.049)	(62.355)	295.331
(-) Obrigações vinc. à concessão	(2.508.007)	(1.167)	-	(45.325)
Total do custo	9.423.339	(3.216)	(62.355)	250.006
(-) Amortização				
Geração	(16.222)	(518)	-	(1)
Distribuição	(3.533.838)	(126.835)	17.807	(178)
Comercialização	(27.853)	(1.248)	-	-
Administração	(272.161)	(9.867)	-	179
Não vinculadas a concessão	(1.029)	(12)	-	-
Subtotal	(3.851.103)	(138.480)	17.807	-
Obrigações vinc. à concessão	286.683	26.712	-	-
Total da amortização	(3.564.420)	(111.768)	17.807	-
Total em serviço	5.858.919	(114.984)	(44.548)	250.006
Em Curso:				
Geração	5.437	784	(4)	(318)
Distribuição	1.595.215	347.252	(19.314)	(286.545)
Comercialização	212	13	-	(40)
Administração	73.793	13.068	(743)	(8.428)
Subtotal	1.674.657	361.117	(20.061)	(295.331)
Obrigações vinc. à concessão	(946.856)	(102.073)	26.541	45.325
Total em curso	727.801	259.044	6.480	(250.006)
Total	6.586.720	144.060	(38.068)	-

Notas Explicativas

Os bens referentes aos contratos de concessão estão constituídos em termos da natureza dos ativos que os compõe:

				Consolidado		
				31/3/2011	31/12/2010	
				Valor líquido	Valor líquido	
	Custo	(-) Amortização acumulada	Ativo intangível	Ativo financeiro	Ativo intangível	Ativo financeiro
Em serviço:						
Terrenos	26.044	-	-	52.606	27	52.080
Reservatórios, barragens e adutoras	589	(471)	118	665	125	665
Edificações, obras civis e benfeitorias	280.514	(124.442)	127.215	56.996	123.402	53.779
Máquinas e equipamentos	10.695.937	(4.006.165)	6.089.914	1.743.862	6.063.159	1.658.911
Veículos	96.128	(39.226)	56.901	166	60.727	42
Móveis e utensílios	26.798	(17.951)	8.839	349	8.697	355
Servidões	13.547	(401)	104	14.417	5.427	14.411
Softwares	136.234	(96.518)	37.942	404	38.059	378
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(2.554.499)	313.398	(1.921.747)	(319.358)	(1.903.066)	(318.256)
Subtotal	8.721.292	(3.971.776)	4.399.286	1.550.107	4.396.557	1.462.365
Em curso:						
Terrenos	1.399	-	1.399	-	3.321	-
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	6.078	-	6.078	-	5.805	-
Máquinas e equipamentos	1.208.670	-	1.208.670	-	1.121.579	-
Veículos	16.373	-	16.373	-	19.998	-
Móveis e utensílios	1.431	-	1.431	-	1.525	-
Material em depósito	276.028	-	276.028	-	260.591	-
Servidões	5.584	-	5.584	-	8.186	-
Softwares	56.407	-	56.407	-	48.932	-
Outros	148.412	-	148.412	-	204.720	-
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(977.063)	-	(977.063)	-	(946.859)	-
Subtotal	743.319	-	743.319	-	727.798	-
Total	9.464.611	(3.971.776)	5.142.605	1.550.107	5.124.355	1.462.365

Faixas de servidões: são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão das Controladas, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como estas têm vida útil indefinida não são amortizados, apenas sujeitas a teste de recuperabilidade econômica anualmente.

Software: são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares. Tais itens são amortizados linearmente.

O intangível em curso de contratos de concessão refere-se substancialmente às obras de expansão em andamento do sistema de distribuição de energia elétrica. Incluem itens incorporados por meio de arrendamentos mercantis financeiros, cujos valores são imateriais. O arrendamento financeiro reconhecido na transição da Lei 11.638/2007 encontra-se totalmente depreciado.

Por atividade, os bens que compõe o ativo intangível dos contratos de concessão são constituídos da seguinte forma:

Notas Explicativas

						Consolidado	
						31/3/2011	31/12/2010
	Taxas médias de amortização (*)	Custo	(-) Ativo financeiro líquido	(-) Amortização acumulada	Subtotal	(-) Obrigações vinculadas à concessão líquida	Valor líquido
Em serviço:							
Geração	0,73%	47.237	(8.159)	(16.741)	22.337	(243)	22.094
Distribuição	1,10%	11.568.627	(1.500.225)	(3.643.044)	6.425.358	(2.239.690)	4.185.668
Comercialização	1,93%	65.981	(11.927)	(29.101)	24.953	(928)	24.025
Administração	2,16%	479.095	(29.773)	(281.849)	167.473	(243)	167.230
Não vinculadas a concessão	4,61%	1.333	(23)	(1.041)	269	-	269
Subtotal		12.162.273	(1.550.107)	(3.971.776)	6.640.390	(2.241.104)	4.399.286
Em curso:							
Geração		5.899	-	-	5.899	(26)	5.873
Distribuição		1.636.608	-	-	1.636.608	(976.962)	659.646
Comercialização		185	-	-	185	(55)	130
Administração		77.690	-	-	77.690	(20)	77.670
Subtotal		1.720.382	-	-	1.720.382	(977.063)	743.319
Total		13.882.655	(1.550.107)	(3.971.776)	8.360.772	(3.218.167)	5.142.605

(*) A taxa média é calculada considerando a despesa de amortização do exercício dividida pelo saldo médio anual do intangível.

As taxas de amortização são determinadas com base nas principais taxas anuais de amortização por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 367/2009, sendo as seguintes:

	<u>Taxas anuais de depreciação (%)</u>		<u>Taxas anuais de depreciação (%)</u>
Distribuição		Comercialização	
Banco de capacitores	5,00 - 6,70	Equipamento geral	10,00
Chave de distribuição	3,30 - 6,70	Edificações	4,00
Condutor do sistema	2,50 - 5,00		
Estrutura do sistema	2,50 - 5,00	Administração central	
Regulador de tensão	3,50 - 4,80	Veículos	20,00
Transformador de distribuição	5,00	Equipamento geral	10,00

Dos bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26/2/1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

A partir de 1/1/2007, as Obrigações Vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 8/2/2007, 15/2/2007 e 27/6/2007, respectivamente. Nessas legislações ficou determinado que:

Notas Explicativas

- As baixas do ativo intangível, de bens ou empreendimentos que tenham sido total ou parcialmente constituídos com recursos de terceiros, devem ser refletidas nas Obrigações Vinculadas, de forma a anular os efeitos no resultado do exercício, quando do encerramento da Ordem de Desativação - ODD.

Para fins de baixa dos recursos registrados nas Obrigações Vinculadas, deve ser identificado e utilizado o percentual que o bem ou empreendimento baixado representa em relação ao ativo intangível em serviço da respectiva atividade.

- Os valores registrados nas Obrigações Vinculadas passaram a ser objeto de cálculo de Reintegração – Depreciação e registrados contabilmente de forma que o efeito desta despesa seja anulado no resultado do exercício. O prazo de início da apuração da depreciação acumulada deve ser a partir do 2º ciclo da revisão tarifária.

Para a apuração do valor da reintegração, deve ser utilizada a taxa média de amortização do ativo intangível da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das Obrigações Vinculadas.

A Resolução Normativa ANEEL nº 234, de 31/10/2006, estabeleceu os conceitos gerais, as metodologias e os procedimentos iniciais para a realização do 2º ciclo de revisão tarifária periódica de suas controladas.

Desde 1/1/1996, essas obrigações não estão sendo mais atualizadas pelos efeitos da inflação, tendo a seguinte composição em 31/3/2011 e em 31/12/2010:

	Consolidado					
	Ativo intangível		Ativo financeiro		Total	
	31/3/2011	31/12/2010	31/3/2011	31/12/2010	31/3/2011	31/12/2010
Participação do consumidor	(639.409)	(652.677)	(84.302)	(77.101)	(723.711)	(729.778)
Participação da União	(44.595)	(45.166)	(17.494)	(16.480)	(62.089)	(61.646)
Participação do Estado	(108.199)	(123.768)	(54.612)	(54.559)	(162.811)	(178.327)
Participação dos Municípios	(70.160)	(72.364)	(8.646)	(6.585)	(78.806)	(78.949)
Doações e subv. destinadas a invest. do serv. concedido	(211.348)	(220.676)	(39.599)	(29.753)	(250.947)	(250.429)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(46)	(53)	(6)	(6)	(52)	(59)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(3.659)	(4.609)	(1.530)	(513)	(5.189)	(5.122)
Universalização do serviço público de energia elétrica	(1.614.173)	(1.521.286)	(133.379)	(133.245)	(1.747.552)	(1.654.531)
Outros	(178.109)	(148.507)	(8.901)	(14)	(187.010)	(148.521)
Total	(2.869.698)	(2.789.106)	(348.469)	(318.256)	(3.218.167)	(3.107.362)

Reavaliação

Em atendimento à Deliberação CVM nº 183/1995, item 15, a Companhia e suas Controladas procederam a uma nova avaliação dos bens reavaliados em 2001, como forma de dar continuidade à prática contábil estabelecida para os bens do ativo intangível e financeiro.

A reavaliação abrangeu as usinas hidrelétricas, usinas térmicas, linhas e redes de transmissão, linhas e redes de distribuição, subestações e equipamentos em geral.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/7/2005 aprovou a nomeação das empresas especializadas Moore Stephens Lima Lucchesi Auditores Independentes e Stima Engenharia Ltda. e o respectivo Laudo de Avaliação apresentado pelas empresas, em que constam os novos valores dos bens do ativo intangível e financeiro na data-base de 31/5/2005, conforme detalhado a seguir:

Notas Explicativas

	Laudo de reavaliação	Valor residual	Incremento (redução)
Geração	11.851	4.011	7.840
Distribuição	274.534	162.182	112.352
Comercialização	4.691	3.665	1.026
Administração	5.955	2.637	3.318
Transmissão	335	69	266
Total de incremento ao imobilizado	297.366	172.564	124.802
Impostos diferidos			(41.280)
Reavaliações anteriores			390.719
Provisão de impostos sobre reserva de reavaliação de bens não depreciables			(4.993)
Equivalência patrimonial sobre nova reavaliação			423.257
Realização da reserva de reavaliação líquida de impostos diferidos (depreciação e baixas)			(495.804)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido em 31/3/2011			396.701

O efeito no resultado do exercício oriundo das amortizações, baixas e alienações na Companhia e Consolidado foi de R\$ 15.087 em 31/3/2011 e R\$ 25.408 em 2010.

A controlada Tangará Energia S.A. utilizou o custo atribuído para seu ativo imobilizado, impactando em 1/1/2009 da seguinte forma:

Ativo imobilizado	Valor contábil líquido	Valor justo	Mais Valia
Terrenos	615	1.743	1.128
Reservatórios, Barragens e Adutoras	62.905	66.004	3.099
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	21.312	22.362	1.050
Máquinas e Equipamentos	83.275	123.869	40.594
Outros	82	243	161
Total do imobilizado em serviço	168.189	214.221	46.032
Imobilizado em curso	130	130	-
Total do imobilizado	168.319	214.351	46.032
Impostos diferidos			(14.608)
Realização do custo atribuído			(3.318)
Saldo custo atribuído em 31/3/2011			28.106

O efeito no resultado do exercício oriundo das amortizações, baixas e alienações na Companhia foi de R\$ 251 em 31/3/2011 e R\$ 3.067 em 2010.

Teste de recuperabilidade econômica

Por ocasião do encerramento das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia efetuou o teste de recuperabilidade econômica dos ativos: intangível e financeiro do contrato de concessão de acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos. O ativo intangível foi testado com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa para o período de vigência da concessão. O ativo financeiro, resultante da adoção do OCPC 05 – Contratos de Concessão, teve como principal parâmetro a base de remuneração da última revisão tarifária ajustada. Para as projeções do modelo de caixa, utilizou-se as seguintes principais premissas:

Notas Explicativas

- Relação histórica entre o crescimento da energia vendida (MWh) e o da economia, dado pelo PIB;
- Para o cenário econômico futuro e variáveis macroeconômicas, utilizou-se estudos desenvolvidos por meio de modelos econométricos e outros dados de mercado disponíveis;
- Os fluxos de caixa foram trazidos a valor presente por meio de uma taxa média representativa do custo médio ponderado de capital.

Os valores apurados se mostram suficientes para a cobertura dos ativos intangível e financeiro.

17.2. Outros Ativos Intangíveis Líquido

	Saldo 31/12/2010	Amortização	Consolidado Saldo 31/3/2011
Direito de concessão:			
CEMAT	115.843	-	115.843
EDEVP	5.387	(248)	5.139
QMRA	209.385	(2.284)	207.101
Subtotal	330.615	(2.532)	328.083
Outros:			
Rede Comercializadora	29.919	-	29.919
Rede Eletricidade e Serviços	14.104		14.104
Subtotal	44.023	-	44.023
Total	374.638	(2.532)	372.106

18. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31/3/2011	31/12/2010
Circulante:		
Suprimento de energia elétrica	397.818	335.751
Energia livre - CCEE	27.636	27.777
Aquisição de combustível	126.832	73.279
Encargos de uso da rede elétrica	25.450	24.381
Materiais e serviços	161.066	149.172
Retenção contratual	2.058	1.767
Total circulante	740.860	612.127
Não circulante:		
Energia livre - CCEE	3.603	5.929
Total não circulante	3.603	5.929

Notas Explicativas**19. IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS E PARCELAMENTOS**

	Companhia			
	Circulante		Não circulante	
	31/3/2011	31/12/2010	31/3/2011	31/12/2010
Obrigações fiscais Federais:				
Contribuição social	24	36	-	-
Subtotal	24	36	-	-
Outras obrigações fiscais Federais:				
IRRF	249	543	-	-
IOF	4.364	4.364	-	-
PIS	-	259	-	-
COFINS	-	1.192	-	-
Outros	80	87	-	-
Subtotal	4.693	6.445	-	-
Parcelamentos:				
Parcelamento Lei 11.941/2009 (c) (e)	3.564	3.161	6.343	7.273
PAES	49	49	178	201
Subtotal	3.613	3.210	6.521	7.474
Desverticalização de tributos federais (c) (e)	(3.086)	(3.054)	(4.025)	(4.674)
Total de outras obrigações fiscais Federais	5.220	6.601	2.496	2.800
Total de obrigações fiscais Federais	5.244	6.637	2.496	2.800

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/3/2011	31/12/2010	31/3/2011	31/12/2010
Obrigações fiscais Federais:				
Imposto de renda	12.610	10.375	-	-
Contribuição social	7.429	7.786	-	-
Subtotal	20.039	18.161	-	-
Outras obrigações fiscais Federais:				
IRRF	2.340	7.684	-	-
Previdência social	10.232	12.709	-	-
FGTS	1.989	2.162	175	175
PIS	28.958	24.796	-	-
COFINS	132.308	114.895	-	-
IOF	3.772	4.462	-	-
Outros	323	402	-	-
Subtotal	179.922	167.110	175	175
Parcelamentos:				
Parcelamento Lei 11.941/2009 (c)	126.292	151.307	317.687	394.668
Parcelamento ordinário - PIS (d)	18.419	3.507	30.209	9.810
Parcelamento ordinário - COFINS (d)	42.275	16.020	141.191	45.228
Parcelamento ordinário - CPMF(d)	999	1.595	9.318	9.203
Parcelamento ordinário - INSS(b)	181	179	350	406
Subtotal	188.166	172.608	498.755	459.315
Desverticalização de tributos federais (c) (e)	(3.086)	(3.054)	(4.026)	(4.674)
Total de outras obrigações fiscais Federais	365.002	336.664	494.904	454.816
Total de obrigações fiscais Federais	385.041	354.825	494.904	454.816
Obrigações fiscais Estaduais:				
ICMS	215.820	157.765	1.620	556
Parcelamentos:				
ICMS (a)	79.628	58.256	60.485	57.863
Total de obrigações fiscais Estaduais	295.448	216.021	62.105	58.419
Obrigações fiscais Municipais:				
ISS	1.184	2.832	-	-
Total de obrigações fiscais Municipais	1.184	2.832	-	-
Total de obrigações fiscais	681.673	573.678	557.009	513.235

(a) Parcelamentos de ICMS das controladas junto às receitas estaduais com parcelas entre 24 a 100 meses e com vencimento da última ocorrendo em março de 2014, corrigidas pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC e UFESP.

(b) Refere-se à consolidação de débitos junto ao FNDE no Parcelamento Especial - PAES com vencimentos até 28/2/2003, sobre os quais incidem juros mensais equivalentes à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

(c) Refere-se a saldos remanescentes do Parcelamento Excepcional – PAEX mantidos junto a Receita Federal do Brasil – RFB, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e Previdência Social, em função da adesão, em setembro de 2009, ao novo parcelamento instituído pela Lei nº 11.941, de 27/5/2009, que dispõe sobre o pagamento e o parcelamento de débitos em até 180 meses (15 anos), com reduções que variam de 20% a 100% de multa de mora e ofício, multas isoladas, juros de mora e encargo legal de acordo com o prazo e modalidade de parcelamento vigente.

Notas Explicativas

Os valores de multa de mora ou de ofício, multas isoladas, juros de mora e encargo legal contabilizados como obrigação e baixados contra o resultado do período em decorrência das reduções concedidas, não são computados na base de cálculo do IRPJ, da CSLL, da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para a COFINS.

A Companhia e suas controladas que aderiram aos parcelamentos previstos na Lei nº 11.941/2009, liquidaram valores correspondentes a multas, de mora ou de ofício, e a juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos na DAU, com utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL próprios.

A prestação mínima proveniente do Parcelamento Excepcional de que tratam os arts. 1º e 8º da MP nº 303/2006 será o equivalente a 85% do valor da prestação devida no mês de novembro de 2008 e de R\$ 100,00, no caso dos demais débitos da pessoa jurídica, que vencerão no último dia útil de cada mês. O prazo do parcelamento ficou reduzido, em média, de 78 para 59 parcelas vincendas.

A primeira prestação foi paga no mês em que foi formalizado o pedido de adesão, produzindo efeitos nos requerimentos formulados com o correspondente pagamento da primeira prestação em valor não inferior ao estipulado na Lei.

O valor de cada prestação será acrescido de juros correspondentes à variação da taxa SELIC.

Computadas as prestações pagas durante a vigência do PAEX, os débitos que compõem os saldos remanescentes dos parcelamentos foram restabelecidos à data da solicitação do novo parcelamento, com os acréscimos legais devidos à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, computadas as reduções de juros, multas e do encargo legal assim como da liquidação de juros e multa com créditos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

	Companhia
	Tributos
	RFB
Saldo consolidado em 31/12/2010	2.706
Encargos	769
Amortizações	(679)
Saldo consolidado em 31/3/2011	2.796

	Consolidado			
	Tributos			
	RFB	PGFN	Previdência social	Total
Saldo consolidado em 31/12/2010	442.663	80.174	15.410	538.247
Encargos	7.854	4.512	357	12.723
Reclassificação contábil	(86.173)	-	-	(86.173)
Amortizações	(19.167)	(8.744)	(19)	(27.930)
Saldo consolidado em 31/3/2011	345.177	75.942	15.748	436.867

Notas Explicativas

(d) Parcelamento Ordinário – Parcelamentos concedidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB - referente saldo devedor de PIS e COFINS do ano corrente, protocolados em 25/11/2009, o qual será pago em 60 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia, com o pagamento da primeira parcela em 25/11/2009 e a última está prevista para ser liquidada em 30/10/2014 e CPMF, conforme parecer CDA/PGFN 544/2007, convalidando o parcelamento do tributo segundo as normas da Lei 10.522/2002, inclusive sobre aqueles concedidos com base no artigo 8º da MP 303/2006.

(e) Tributos federais transferidos por responsabilidade solidária à controlada Caiuá - Distribuição de Energia S.A. no processo de desverticalização nos termos da Lei nº 10.848/04 e Resolução Autorizativa ANEEL nº 309, de 5/9/2005.

20. CONSUMIDORES - DEVOLUÇÃO TARIFÁRIA

Nas controladas ENERSUL e EDEVP, a ANEEL por meio de reunião pública ocorrida em 7/4/2010 e do memorando nº 116/2009-SRT/ANEEL, de 8/4/2009, decidiu pela devolução aos consumidores conforme segue:

20.1. ENERSUL

Na reunião pública ocorrida no dia 7/4/2008, a ANEEL decidiu pelo parcelamento da compensação gerada pela redução da Base de Remuneração Regulatória - BRR de 2003 em até 36 meses de forma a anular aumentos tarifários resultantes de repasse de CVA, com base nas simulações realizadas. Se confirmada as premissas, o saldo remanescente será suficiente para evitar que haja aumento tarifário em 2009 e, ainda, para suavizar ou até mesmo evitar que haja elevação tarifária em 2010. Vale ressaltar que as simulações foram feitas levando-se em consideração o cenário mais provável de evolução da média dos custos de geração e de transmissão e com encargos setoriais, além das previsões do Banco Central para os índices de inflação. Essa compensação será remunerada pela taxa SELIC.

O reposicionamento foi o principal resultado da revisão tarifária e decorreu da aferição pela ANEEL dos custos operacionais eficientes, através da metodologia Empresa de Referência - ER, da avaliação dos investimentos prudentes, através da BRR e do reconhecimento de custos não gerenciáveis, Parcela A. No presente caso da ENERSUL, a ER foi mantida como provisória por existir alguns componentes ainda em avaliação pela ANEEL.

O saldo líquido dessa compensação financeira totalizou R\$ 151.122, resultado de R\$ 192.326 referentes ao efeito retroativo da redução da BRR de 2003, deduzidos de R\$ 41.204 relativos à última parcela do diferimento da revisão tarifária de 2003 e não recebidos pela ENERSUL, sendo o valor de R\$ 18.450 aplicado para compensação financeira durante o ciclo tarifário 2008/2009, R\$ 76.522 aplicado para compensação financeira durante o ciclo tarifário 2009/2010 e R\$ 77.950 aplicado para compensação financeira durante o ciclo tarifário 2010/2011.

O saldo da terceira parcela do ajuste financeiro decorrente do recálculo da Revisão Tarifária de 2003, em 31/3/2011 é de R\$ 3.445 (R\$ 24.028 em 31/12/2010).

20.2. EDEVP

Por meio do memorando nº 116/2009-SRT/ANEEL, de 8/4/2009, a Superintendência de Regulação dos Serviços de Transmissão – SRT informou os valores dos encargos de uso da Rede Básica a serem considerados no cálculo do atual reajuste tarifário da Companhia, tendo por base o período de referência de maio de 2008 a abril de 2009 e as tarifas de uso das instalações de transmissão componentes da Rede Básica.

Notas Explicativas

Não foi considerado para este reajuste a parcela financeira referente a amortização dos passivos da cobrança da TUSD-g, devidas pela Duke Energy, atualmente com montante acumulado de R\$ 36.948, segundo o memorando 116/2009 – SRT/ANEEL. O impacto que causaria para a EDEVP caso fosse descontado estes valores da parcela financeira, caso não haja o pagamento da Duke, poderia causar serias conseqüências no equilíbrio econômico-financeiro da Companhia.

No entanto, quanto a parcela a ser cobrada da TUSD-g para os próximos 12 meses, no montante informado pela SRT de R\$ 9.775, foi retirado da base de cálculo, considerando que foi realizado um acordo coletivo entre as transmissoras, e a liminar que impedia a EDEVP cobrar a tarifa da geradora ter caída, normalizando a situação até então encontrada. Porém, para este reajuste será considerado somente 10 meses, visto que o pagamento desta parcela pela Duke deverá ocorrer a partir de julho, somando o montante de R\$ 8.146.

Resolução Homologatória 816/2009 e Nota Técnica 156/2009, foram considerados no ciclo 2009/2010 o valor de R\$ 8.146, na Resolução Homologatória 975/2010 Nota Técnica 134/2010 foram considerados no ciclo 2010/2011 o valor R\$ 15.412.

O saldo da terceira parcela do ajuste financeiro decorrente do recálculo da Revisão Tarifária de 2003, em 31/3/2011 é de R\$ 18.291 (R\$ 20.909 em 31/12/2010).

	ENERSUL	EDEVP	TOTAL
Circulante:			
Saldo em 31/12/2010	24.028	6.100	30.128
Atualizado no exercício	450	-	450
Transferência do não circulante	-	14.809	14.809
Amortizado no exercício	(21.033)	(2.618)	(23.651)
Saldo em 31/3/2011	3.445	18.291	21.736
Não circulante:			
Saldo em 31/12/2010	-	14.809	14.809
Atualizado no exercício	-	-	-
Transferência para o circulante	-	(14.809)	(14.809)
Saldo em 31/3/2011	-	-	-

Notas Explicativas

21. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS

21.1. Composição

	31/3/2011		Companhia 31/12/2010	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional:				
BNDES	25.366	111.520	25.392	117.716
Capital de giro - CDI	262.929	126.614	247.571	123.541
Capital de giro - Pré	50.264	41.200	49.693	49.600
Subtotal	338.559	279.334	322.656	290.857
(-) Custo de transação	(690)	(813)	(740)	(965)
Total moeda nacional	337.869	278.521	321.916	289.892
Moeda estrangeira:				
Bônus perpétuos	-	808.806	-	827.428
Marcação a mercado	-	(12.132)	-	(16.548)
Total moeda estrangeira	-	796.674	-	810.880
Total geral	337.869	1.075.195	321.916	1.100.772
Principal	323.662	1.076.008	311.067	1.101.737
Encargos	14.207	(813)	10.849	(965)

Notas Explicativas

	Consolidado			
	31/3/2011		31/12/2010	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional:				
BNDES - URTJLP	38.681	298.510	30.267	313.885
BNDES - PRÉ	1.542	44.988	56	46.440
Eletrobrás	118.401	768.233	102.242	794.575
FINAME	5.256	5.476	5.389	7.440
Recompra de ações	107.227	17.615	96.222	22.299
Investimento	85.127	21.357	85.216	32.083
Capital de giro - CDI	1.188.914	1.143.008	1.091.744	1.259.570
Capital de giro - IPCA	39.608	42.223	37.763	49.723
Capital de giro - TJLP	7.789	6.510	7.339	7.583
Capital de giro - Pré	94.619	41.675	95.103	56.100
Capital de giro - TR	377	-	971	-
FNO	385	82.718	341	62.598
FDE	807	1.389	795	1.546
Subtotal	1.688.733	2.473.702	1.553.448	2.653.842
(-) Custo de transação	(5.724)	(14.796)	(5.973)	(16.119)
Total moeda nacional	1.683.009	2.458.906	1.547.475	2.637.723
Moeda estrangeira:				
Bônus perpétuos	-	808.806	-	827.428
BID	281.890	88.435	121.583	286.602
Units Notes	19.892	-	21.549	20.106
Capital de giro	63.782	-	-	-
Tesouro Nacional	10.116	83.393	9.308	85.378
Subtotal	375.680	980.634	152.440	1.219.514
(-) Marcação a mercado	-	(12.132)	-	(16.548)
(-) Custo de transação	(145)	-	(169)	(21)
Total moeda estrangeira	375.535	968.502	152.271	1.202.945
Total geral	2.058.544	3.427.408	1.699.746	3.840.668
Principal	1.861.200	3.427.655	1.555.174	3.838.600
Encargos	197.344	(247)	144.572	2.068

Notas Explicativas

21.2. Composição do saldo devedor por moeda/indexador

	Companhia			
	31/03/2011	%	31/12/2010	%
Moeda nacional:				
URTJLP	136.886	22,15	143.108	23,33
CDI	389.543	63,04	371.112	60,49
PRÉ-FIXADO	91.464	14,80	99.293	16,18
	617.893	100,00	613.513	100,00
Custo de Transação	(1.503)		(1.705)	
Subtotal	616.390		611.808	
Moeda estrangeira:				
Dólar norte-americano				
PRÉ-FIXADO	808.806	100,00	827.428	100,00
	808.806	100,00	827.428	100,00
Marcação a mercado	(12.132)		(16.548)	
Subtotal	796.674		810.880	
Total	1.413.064		1.422.688	

	Consolidado			
	31/03/2011	%	31/12/2010	%
Moeda nacional:				
URTJLP	343.078	8,24	350.946	8,34
UFIR	515.933	12,39	515.987	12,26
CDI	2.428.365	58,34	2.457.737	58,42
IGPM	124.842	3,00	118.521	2,82
IPCA	81.830	1,97	87.486	2,08
TR	377	0,01	971	0,02
TJLP	19.959	0,48	21.217	0,50
PRÉ-FIXADO	647.866	15,56	653.486	15,53
FINEL	185	0,00	939	0,02
	4.162.435	100,00	4.207.290	100,00
Custo de Transação	(20.520)		(22.092)	
Subtotal	4.141.915		4.185.198	
Moeda estrangeira:				
Dólar norte-americano				
LIBOR	171.999	12,68	172.761	12,59
PRÉ-FIXADO	1.184.315	87,32	1.199.193	87,41
Subtotal	1.356.314	100,00	1.371.954	100,00
Custo de Transação	(145)		(190)	
Marcação a mercado	(12.132)		(16.548)	
Subtotal	1.344.037		1.355.216	
Total	5.485.952		5.540.414	

Notas Explicativas

21.3. Detalhamento dos empréstimos e financiamentos

Companhia

Moeda nacional:

a. BNDES: Contratos para investimentos em geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, sobre os quais incidem juros à taxa média ponderada de 4,08% ao ano acima da TJLP, com vencimento final em setembro de 2016.

Contrato de confissão, reescalonamento e consolidação de dívidas junto ao BNDES (Vide item a no detalhamento dos empréstimos e financiamentos consolidado).

b. Capital de giro: As operações de capital de giro são pré-fixadas ou indexadas a CDI, com vencimento da última parcela ocorrendo em dezembro/2014.

- Operações pré-fixadas com taxa média ponderada de 15,58% a.a.
- Operações indexadas a CDI com taxa média ponderada de 5,83% a.a.

Dentro destas operações existem contratos com taxa de juros efetiva de 2,55% a.a. que contemplam os custos de transação que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme deliberação CVM nº 556/08. Durante o 1º trimestre de 2011 foram amortizados R\$ 202 (R\$ 254 no 1º trimestre de 2010).

Os custos de transação a serem amortizados são:

Vencimento	31/03/2011	31/12/2010
2011	538	740
2012	532	532
2013	321	321
2014	112	112
Total	1.503	1.705

Moeda estrangeira:

a. Bônus Perpétuos: Emissão no montante de US\$ 575.000, sendo recomprado um montante de US\$ 78.404 (13,64 % do montante emitido) com deságio de 47,11%. O bônus foi emitido com uma taxa de 11,125% ao ano, com pagamentos trimestrais, não possuindo data de vencimento, e poderão, por opção da Companhia, serem resgatados a partir de 2/2/2012, em qualquer data de pagamento de juros pelo valor do principal. O bônus é negociado na Luxembourg Stock Exchange (Bolsa de Valor de Luxemburgo) e apresenta liquidez.

Os títulos da Companhia eram negociados com um percentual de desconto de 2,00% em 31/3/2011 e 2,00% em 31/12/2010.

A Companhia optou por designar o bônus perpétuo como mensurados a valor justo por meio do resultado. Tal designação deve ser feita no momento inicial, todavia, a Deliberação CVM nº 565/2008 que trata da Adoção inicial da Lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09 no seu item 6 autoriza a Companhia a fazer a classificação na data de transição. O referido título quando considerado pelo custo apresenta uma inconsistência entre o reconhecimento do passivo pelo seu valor de face (emissão) e o valor efetivamente negociado, pelo qual a Companhia poderia comprá-lo. O valor de mercado, ou seja, o valor que o título está sendo negociado pode ser considerado como valor justo, pois os preços são

Notas Explicativas

divulgados e negociados em mercado ativo. Assim, não houve necessidade da utilização de modelos internos para sua precificação, pois os preços obtidos neste mercado podem ser considerados adequados. O valor justo é mensurado pelo nível 1 da hierarquia do valor justo. O valor de face destes títulos somente será exigido na hipótese de insolvência da Companhia, o que acaba não representando adequadamente o valor do passivo. Assim, a designação a valor justo deste título, por meio do resultado produz uma informação mais relevante a respeito da posição patrimonial e financeira da Companhia, reduzindo a inconsistência de mensuração, além de ser útil como base para avaliação de riscos e investimentos da Companhia. O valor da marcação a mercado representa a diferença entre o valor contabilizado e o valor de uma possível recompra.

Detalhamento da variação do valor do bônus perpétuo:

	31/3/2011	31/12/2010
Saldo inicial	810.880	661.476
Risco de crédito próprio	22.523	134.000
Risco de mercado	(36.729)	15.404
Saldo final	796.674	810.880

Consolidado

Moeda nacional:

a. BNDES: representados por contratos efetuados na Rede Energia e nas controladas CELPA e ENERSUL, nos montantes de R\$ 136.886, R\$ 241.305 e R\$ 5.530, respectivamente em 31/3/2011, relacionados às seguintes finalidades:

- Rede Energia - Reestruturação financeira: Assunção pela Controladora Rede Energia S.A. em 30/11/2006 conforme Decisão nº DIR1005/2006-BNDES, das dívidas da EEVP e da DENERGE, decorrentes dos contratos de financiamentos nº 97.2.514.31 (EEVP), 03.2.398.3.1 (DENERGE); 04.2.179.3.1 (DENERGE) e do subcrédito "D" (/047) do Contrato de Financiamento nº 98.2.022.3.1 (EEVP), no montante total de R\$ 201.842, bem como sua consolidação e reescalonamento, conforme condições abaixo:

Subcrédito "B": R\$ 185.014

Subcrédito "C": R\$ 16.828

Prazos de amortização:

Subcréditos "B" e "C": em 40 prestações trimestrais, com a seguinte progressividade:

- 15% em 12 prestações trimestrais e sucessivas, cada uma no valor do principal vincendo deste percentual, dividido pelo número dessas prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira em 15/12/2006 e a última em 15/9/2009;

- 85% em 28 prestações trimestrais e sucessivas, cada uma no valor do principal vincendo deste percentual, dividido pelo número dessas prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira em 15/12/2009 e a última em 15/9/2016;

Juros para Subcréditos "B":

4% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP; juros exigíveis com relação ao Subcrédito "B", trimestralmente, a partir 15/12/2006, juntamente com as prestações do principal.

Notas Explicativas

Juros para Subcréditos "C":

5% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP; juros exigíveis trimestralmente, a partir de 15/12/2006, e juntamente com as prestações do principal.

Garantias: penhor de ações das controladas e controladoras.

- CELPA - Empréstimos obtidos em dezembro/2009 com a finalidade de financiamento de obras de Distribuição e Transmissão em sua área de concessão no valor de R\$ 449.277, ao custo máximo de 3,57% a.a. acima da variação da TJLP vencendo a primeira parcela de amortização em janeiro/2012 e a última em dezembro/2019. Até março/2011 foram liberados R\$ 240.385.

- ENERSUL - Empréstimos destinados a financiamento de obras, sobre os quais incidem juros a taxa de 6,30% a. a. acima da TJLP, com vencimento final em junho/2012. Operação contratada através do Banco Alfa.

b. Eletrobrás: substancialmente representados por contratos relacionados às seguintes finalidades:

- Programas Luz no Campo e Luz para Todos, com maior representatividade nas controladas CELPA, CEMAT, CELTINS e ENERSUL, nos montantes de R\$ 328.329, R\$ 392.033, R\$ 72.746 e R\$ 78.506, respectivamente em 31/3/2011, todos com prazo de carência de 24 meses e prazo de amortização em 120 meses acrescidos de taxas de juros entre 5% a.a. e 7,18% a.a., com amortização mensal. Em junho/2010 foi liberado para a controlada CELPA o montante de R\$ 11.324 através do contrato ECF-2812/2010 com carência de 36 meses e vencimento da última parcela em junho/2023 com encargos de 7,0% a.a.

- Programas tomados para expansão dos sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização, na controlada CEMAT, cujo montante em 31/3/2011 é de R\$ 564. O contrato inicial é datado de 1/7/1996 e a data de vencimento do último contrato ocorrerá em agosto/2022, com taxas de juros que variam de 6% a 8,5% a.a.. Todos os contratos com carência de 2 anos.

- IRD's (Instrumento de Reconhecimento de Débito) - Recursos oriundos de repasse do Governo Federal, que constitui financiamento do Fundo Federal de Eletrificação à Concessionária na controlada ENERSUL, cujo montante em 31/3/2011 é de R\$ 5.995, com amortização em 80 parcelas trimestrais iguais e taxa de juros de 8% a.a. e término em maio/2022.

c. Finame: investimentos no sistema de transmissão, distribuição e comercialização contratados substancialmente nas controladas CELPA, CEMAT, CELTINS, nos montantes de R\$ 3.436, R\$ 2.645 e R\$ 2.108, respectivamente em 31/3/2011, com taxa média ponderada de 4,43% a.a., mais a variação da TJLP, a forma de amortização é mensal e com vencimento da última parcela ocorrendo em outubro/2014.

d. Recompra de ações: a controlada Tangara Energia firmou com a ELETROBRÁS acordo de acionistas que estabelece as condições de resgate de 20.000.000 de ações PN Resgatáveis subscritas pela Eletrobrás. O resgate será efetuado em 32 (trinta e duas parcelas) trimestrais, vencendo-se a primeira em 31/3/2005 e a última em 31/12/2012. Os encargos financeiros são de variação do IGPM mais juros fixos de 12,00% a.a..

e. Capital de giro: operações de capital de giro contratadas com taxas pré-fixadas e indexadas a CDI, IPCA, TR e TJLP, com vencimento da última parcela ocorrendo em setembro/2018.

- Operações pré-fixadas com taxa média ponderada de 16,83% a.a..
- Operações indexadas a CDI com taxa média ponderada de 4,60% a.a..

Notas Explicativas

- Operações indexadas a IPCA com taxa média ponderada de 10,87% a.a..
- Operações indexadas a TR com taxa média ponderada de 11,83% a.a..
- Operações indexadas a TJLP com taxa média ponderada de 6,01% a.a..

Dentro destas operações existem contratos com taxa de juros efetiva de 1,88% e 3,11% a.a., que contemplam os custos de transação, que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme deliberação CVM nº 556/2008. Grande parte desses custos de transação referem-se a controlada ENERSUL. Durante o 1º trimestre de 2011 foram amortizados R\$ 1.572 (R\$ 1.882 no 1º trimestre de 2010).

Os custos de transação a serem amortizados são:

Vencimento	31/3/2011	31/12/2010
2011	4.401	5.973
2012	4.921	4.921
2013	3.840	3.840
2014	2.811	2.811
2015	2.058	2.058
2016	1.447	1.447
2017	826	826
2018	216	216
Total	20.520	22.092

f. Investimentos

A controlada CEMAT firmou contratos de empréstimo cujos recursos destinam-se para investimentos conforme abaixo:

- contrato, empréstimo ponte com o Bradesco, assinado em julho/2007, com a finalidade de construção de linhas de transmissão e ampliação de subestações, conforme elenco de obras sub-rogados com recursos da CCC através da resolução 906, de 2/5/2007, com taxas de juros de 2,00% a.a. mais a variação de CDI, com pagamentos de juros ocorrendo em abril, agosto e outubro de 2008, e amortização das parcelas de principal mais encargos em 42 meses vencendo a primeira em janeiro/2009 a última em junho/2012;
- contrato, empréstimo ponte com o Banco Santander, assinado em março/2008, com a finalidade de construção de linhas de transmissão e ampliação de subestações, conforme elenco de obras sub-rogados com recursos da CCC através da resolução 897 de 2/5/2007, com taxas de juros de 1,55% a.a. mais a variação de CDI, com a amortização das parcelas de principal e encargos em 48 meses vencendo a primeira em janeiro/2009 a última em dezembro/2012;
- contrato, empréstimo ponte com o ITAÚ BBA, assinado em dezembro/2008 e março/2009, com a finalidade de Interligação da região de Jurueña ao Sistema Interligado Nacional - SIN, com taxas de juros de 4,3% a.a. mais a variação de CDI, com pagamento único para quitação em junho/2010, no valor R\$ 40.000. Através de aditivos, foi prorrogado o vencimento para maio/2011 e a taxa passou a ser de 4,35% a.a. mais a variação de CDI;
- contrato, empréstimo ponte com o Banco Fibra, assinado em agosto/2010, com a finalidade de construção de linhas de transmissão e ampliação de subestações, conforme elenco de obras sub-rogadas com recursos da CCC através da Resolução 1.877, de 7/4/2009 com taxas de juros de 4,43%

Notas Explicativas

a.a. mais a variação do CDI, com a amortização das parcelas de principal e encargos em 45 meses vencendo a primeira em dezembro/2011 e a última em agosto/2015.

A controlada Enersul, em novembro de 2001, firmou contrato para financiamentos de obras com recursos do FCO - Fundo Constitucional do Centro Oeste, através do Banco do Brasil, sendo liberado R\$ 30.000, a ser amortizado em 108 parcelas mensais iguais consecutivas, com juros de 11,20% ao ano e término em novembro de 2013, com garantias em aval da controladora e interveniência bancária.

Moeda estrangeira:

a. Units Notes: as controladas Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA e Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT, efetuaram uma emissão de US\$ 100.000 em 14/2/2006, sendo US\$ 50.000 de responsabilidade da CELPA e US\$ 50.000 da CEMAT. As "Units Notes", assim definidas, terão prazo total para liquidação de 6 (seis) anos, sendo 3 (três) anos de carência e 3 (três) anos para amortização do principal. Em agosto de 2007, as Companhias anteciparam pagamentos no montante de US\$ 31.899, correspondente a R\$ 61.231 para cada empresa.

O custo da captação foi 9,5% ao ano, acrescido da variação cambial, com pagamento de juros semestrais. A operação tem uma taxa efetiva de juros de 10,065% a.a.. Esta taxa contempla os custos de transação que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme a Deliberação CVM nº 556/2008. Durante o 1º trimestre de 2011 foram amortizados R\$ 45 (R\$ 62 no 1º trimestre de 2010).

Os custos de transação a serem amortizados são:

Vencimentos	31/3/2011	31/12/2010
2011	124	169
2012	21	21
Total	145	190

Cabe acrescentar que o montante do principal dessa operação foi protegido contra as oscilações da variação cambial, por meio de instrumentos derivativos (vide nota explicativa nº 27).

b. BID: a controlada Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT - saldo devedor em 31/3/2011 de R\$ 121.220. Em junho/06, toma empréstimos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Entre os anos de 2006 a 2008 foram liberados US\$ 114.500 dos recursos dos empréstimos aprovados. Do total liberado, US\$ 75.000 são provenientes de recursos próprios do BID (denominados como "A Loan" ou parte "A") e US\$ 39.500 são provenientes de um sindicato de bancos (club deal) composto pelo Banco Société Générale e Banco Itaú Europa, ou parte "B". A parte "A" do financiamento terá o prazo total de nove anos para liquida  o, sendo três anos de carência e mais seis para amortiza  o do principal. A parte "B" terá o prazo total de seis anos para liquida  o, sendo três anos de carência e mais três anos para amortiza  o. As amortiza  es tanto do principal quanto dos encargos serão trimestrais. O custo da parte "A"    de Libor acrescida de spread de 4,3% a.a. e a parte "B" de Libor acrescida de spread de 3,9% a.a. mais varia  o cambial. O principal da opera  o foi protegido contra as oscila  es da varia  o cambial, por meio de instrumentos derivativos (vide nota explicativa n   24).

c. BID: a controlada Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA - saldo devedor em 31/3/2011 de R\$ 135.211. Em junho/2006, assinou contrato de US\$ 135.000 provenientes de empréstimos aprovados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sendo US\$ 75.000 provenientes de recursos próprios do BID (denominados como "A Loan", ou parte "A") e US\$ 60.000 de um sindicato de bancos (club deal) composto pelo Banco Société Générale e Banco Itaú Europa, ou parte "B". A parte "A" do financiamento terá o prazo total de 9 (nove) anos para liquida  o, sendo 3 (três) anos de carência e mais 6 (seis) para amortiza  o do principal. A parte "B" terá o prazo total de 6 (seis) anos para

Notas Explicativas

liquidação, sendo 3 (três) anos de carência e mais 3 (três) anos para amortização. As amortizações serão pagas trimestralmente e durante o período de carência ocorrerão pagamentos trimestrais dos encargos. O custo da parte "A" é de Libor acrescida de spread de 3,87% a.a. e a parte "B" de Libor acrescida de spread de 3,5% a.a.. O principal referente a primeira liberação da operação foi protegido contra as oscilações da variação cambial, por meio de instrumentos derivativos (vide nota explicativa nº 24).

d. BID: a controlada Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS - saldo devedor em 31/3/2011 de R\$ 113.894. Em abril/2007, toma empréstimos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, sendo liberados US\$ 80.000 dos recursos dos empréstimos aprovados. Do total liberado, US\$ 60.000 são provenientes de recursos próprios do BID (denominados como "A Loan" ou parte "A") e US\$ 20.000 são provenientes de um sindicato de bancos (club deal) composto pelo Banco Société Générale e Banco Itaú Europa, ou parte "B". A parte "A" do financiamento terá o prazo total nove anos para liquida  o, sendo três anos de carência e mais seis para amortiza  o do principal. A parte "B" terá o prazo total de seis anos para liquida  o, sendo três anos de carência e mais três anos para amortiza  o. As amortiza  es tanto do principal quanto dos encargos serão trimestrais. O custo da parte "A"    de Libor trimestral acrescida de spread de 3,7% a.a. e a parte "B" de Libor acrescida de spread de 3,3% a.a. mais varia  o cambial. 60% do principal foi protegido contra as oscila  es da varia  o cambial, por meio de instrumentos derivativos (vide nota explicativa n   24).

e. Tesouro Nacional: reestrutura  o de dívida externa, nas controladas CEMAT e CELPA e ENERSUL, como segue:

CEMAT: acordos estruturados em 18/3/1998 e 22/9/1999, com taxas de juros que variam de 6,02% a 8,20% a.a., mais taxa Libor semestral e varia  o cambial. O vencimento da última parcela ocorrerá em abril/2024. A forma de amortiza  o    semestral.

CELPA: acordo estruturado em 31/12/1997, com taxas de juros que variam de 4,3% a 11% a.a., mais taxa Libor semestral e varia  o cambial. O vencimento da última parcela ocorrerá em abril/2024. A forma de amortiza  o    semestral e final.

ENERSUL: acordo estruturado em março de 1997, com taxas de juros que variam de 6,20% a 8,20% a.a., mais taxa Libor acrescida de 0,81% a 0,88% a.a e varia  o cambial. O vencimento da última parcela ocorrerá em abril/2024. A forma de amortiza  o    semestral.

21.4. Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por aliena  o fiduciária dos bens financiados, notas promissórias, avais dos acionistas controladores e receitas futuras de fornecimento de energia elétrica.

Notas Explicativas

21.5. Vencimentos das parcelas do não circulante (principal e encargos)

Vencimento	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Custo Transação	Companhia	
				31/03/2011	31/12/2010
2012	127.947	-	(380)	127.567	138.937
2013	63.236	-	(321)	62.915	62.916
2014	44.782	-	(112)	44.670	44.670
2015	24.782	-	-	24.782	24.782
2016	18.587	-	-	18.587	18.587
Subtotal	279.334	-	(813)	278.521	289.892
Bônus perpétuo	-	808.806	-	808.806	827.428
Marcação a mercado	-	(12.132)	-	(12.132)	(16.548)
Total	279.334	796.674	(813)	1.075.195	1.100.772

Vencimento	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Custo transação	Consolidado	
				31/3/2011	31/12/2010
2012	642.358	24.850	(3.598)	663.610	973.335
2013	522.883	25.126	(3.841)	544.168	576.905
2014	353.275	19.517	(2.811)	369.981	414.510
2015	247.099	19.515	(2.058)	264.556	288.747
2016	227.586	10.505	(1.447)	236.644	234.902
2017	200.780	-	(826)	199.954	197.167
2018	139.988	-	(215)	139.773	136.923
2019	64.409	-	-	64.409	64.642
2020	33.188	-	-	33.188	29.925
2021	23.955	-	-	23.955	21.362
2022	10.205	-	-	10.205	11.122
Após 2022	7.976	72.315	-	80.291	80.248
Subtotal	2.473.702	171.828	(14.796)	2.630.734	3.029.788
Bônus perpétuo	-	808.806	-	808.806	827.428
Marcação a mercado	-	(12.132)	-	(12.132)	(16.548)
	2.473.702	968.502	(14.796)	3.427.408	3.840.668

Notas Explicativas**21.6. Movimentação de empréstimos, financiamentos e encargos**

	Companhia			
	Moeda nacional		Moeda estrangeira	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2010	321.916	289.892	-	810.880
Ingressos	18.556	29.555	-	-
Encargos	19.238	-	22.836	-
Variação monetária e cambial	51	-	(224)	(18.622)
Transferências	41.078	(41.078)	-	-
Pagamentos de principal	(45.396)	-	-	-
Pagamentos de juros	(17.624)	-	(22.612)	-
Marcação a mercado	-	-	-	4.416
Transferência de custo de transação	(152)	152	-	-
Apropriação de custo de transação	202	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2011	337.869	278.521	-	796.674

	Consolidado			
	Moeda nacional		Moeda estrangeira	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.547.475	2.637.723	152.271	1.202.945
Ingressos	197.464	190.294	65.001	-
Encargos	115.983	8.954	32.768	-
Variação monetária e cambial	1.706	918	(5.042)	(26.530)
Transferências	380.306	(380.306)	212.350	(212.350)
Pagamentos de principal	(454.014)	-	(71.648)	-
Pagamentos de juros	(106.159)	-	(10.189)	-
Marcação a mercado	-	-	-	4.416
Transferência de custo de transação	(1.323)	1.323	(21)	21
Apropriação de custo de transação	1.571	-	45	-
Saldo em 31 de março de 2011	1.683.009	2.458.906	375.535	968.502

Notas Explicativas

22. DEBÊNTURES

22.1. Movimentação

	Companhia		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	473	368.763	369.236
Encargos	12.951	-	12.951
Transferência de custo de transação	(178)	178	-
Amortização de custo de transação	175	-	175
Saldo em 31 de março de 2011	13.421	368.941	382.362
Principal	-	370.000	
Encargos	13.421	(1.059)	

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	81.890	548.930	630.820
Ingressos	-	-	-
Encargos	24.478	230	24.708
Transferência	19.372	(19.372)	-
Pagamentos de principal	(7.142)	-	(7.142)
Pagamentos de juros	(3.021)	-	(3.021)
Transferência de custo de transação	(178)	178	-
Amortização de custo de transação	175	-	175
Saldo em 31 de março de 2011	115.574	529.966	645.540
Principal	77.071	531.025	
Encargos	38.503	(1.059)	

Notas Explicativas**22.2. Composição do saldo devedor por moeda/indexador**

	Companhia			
	31/03/2011	(%)	31/12/2010	(%)
Moeda nacional:				
CDI	384.138	100,00	371.187	100,00
	384.138	100,00	371.187	100,00
Custo da transação	(1.776)		(1.951)	
	382.362		369.236	

	Consolidado			
	31/03/2011	(%)	31/12/2010	(%)
Moeda nacional:				
CDI	472.812	73,04	467.008	73,80
IPCA	174.504	26,96	165.763	26,20
Total	647.316	100,00	632.771	100,00
Custo da transação	(1.776)		(1.951)	
	645.540		630.820	

22.3. Detalhamento das debêntures**Consolidado:**

Rede Energia - Distribuição pública de 370.000 (trezentas e setenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária com garantia fidejussória, em série única, de emissão da Rede Energia S.A. com valor nominal de R\$ 1 perfazendo o montante de R\$ 370.000. A emissão foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 23/10/2009 e a oferta foi registrada na CVM em 22/12/2009, sob o nº CVM/SER/DEB/2009/025.

A remuneração das debêntures é de CDI mais 3,40% a.a., e o pagamento será feito semestralmente, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em junho/2010 e o último pagamento em dezembro/2014.

A amortização das debêntures será realizada em 6 (seis) parcelas semestrais iguais no valor de R\$ 61.666, sendo que o primeiro vencimento ocorrerá em junho/2012 e o último em dezembro/2014.

Esta operação tem taxa efetiva de 3,697% a.a em função dos custos de transação pagos antecipadamente e apropriados ao resultado mensalmente, conforme deliberação CVM nº 556/2008. Durante o 1º trimestre de 2011 foram amortizados R\$ 175 (R\$ 172 no 1º trimestre de 2010).

Os custos de transação a serem amortizados são:

Notas Explicativas

Vencimento	31/03/2011	31/12/2010
2011	539	714
2012	650	650
2013	414	414
2014	173	173
Total	1.776	1.951

CEMAT - Em 22/4/2010 em Assembléia Geral Extraordinária, a controlada CEMAT deliberou pela distribuição pública de debêntures simples da 2ª emissão, não conversíveis em ações, em 13 séries totalizando R\$ 250.000. A emissão será composta de 250 debêntures simples com o valor nominal unitário de R\$ 1.000.

A emissão foi realizada nos termos da Instrução CVM nº 476/2009 (Oferta Restrita) e foi automaticamente dispensada de registro na CVM (Artigo 6º da referida Instrução).

O prazo de vencimento das debêntures é de 4 anos. A primeira série (série CDI) tem carência de pagamento de principal pelos primeiros seis meses e será liquidada a partir de então em 42 prestações mensais. As debêntures da segunda à décima terceira séries (séries IPCA) terão pagamentos nas suas respectivas datas de aniversário (a primeira delas, portanto, terá o seu primeiro pagamento no décimo segundo mês e assim sucessivamente para as demais séries) totalizando também 48 meses a partir da data de emissão, definida como 15/4/2010.

A remuneração das debêntures da 1ª série é de CDI mais 2,75% a.a. e das demais séries são de IPCA mais 9,15% a.a..

Em função da imaterialidade das despesas incorridas para emissão das Debêntures e pagas antecipadamente, as taxas efetivas se equiparam as taxas contratadas. Estas despesas já foram reconhecidas em sua totalidade no resultado da Companhia não tendo, portanto nenhum valor a ser apropriado.

A amortização do principal, para a 1ª série, será mensal a partir do 7º mês da data de emissão. A primeira amortização do principal para as demais séries sucedem-se do 12º ao 23º meses a partir da data de emissão, repetindo-se assim sucessivamente para as demais séries IPCA. A amortização dos juros para a 1ª série será mensal a partir da data de emissão e as demais séries anualmente na mesma data da amortização do principal.

Os recursos obtidos por meio desta emissão serão destinados ao refinanciamento de obrigações financeiras, reforço do capital de giro e investimentos da controlada.

Notas Explicativas**22.4. Vencimento das parcelas do longo prazo (principal e encargos)**

Vencimento	Companhia	
	31/03/2011	31/12/2010
2012	123.333	123.333
2013	123.333	123.333
2014	123.334	123.334
Total	370.000	370.000

Vencimento	Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010
2012	181.262	200.404
2013	200.404	200.404
2014	149.359	149.359
Total	531.025	550.167

23. FINANCIAMENTO POR ARRENDAMENTO FINANCEIRO**23.1. Composição**

	Consolidado			
	31/03/2011		31/12/2010	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional:				
Arrendamento mercantil	17.637	21.462	15.225	24.111
Total moeda nacional	17.637	21.462	15.225	24.111
Moeda estrangeira:				
Arrendamento mercantil	4.497	29.760	4.937	31.273
Total moeda nacional	4.497	29.760	4.937	31.273
Total geral	22.134	51.222	20.162	55.384
Principal	21.701	51.222	19.675	55.384
Encargos	433	-	487	-

Notas Explicativas

23.2. Composição do saldo devedor por moeda e indexador

	<u>31/03/2011</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>%</u>
Moeda nacional:				
CDI	37.275	95,33	37.216	94,61
PRÉ-FIXADO	1.824	4,67	2.120	5,39
Total moeda nacional	39.099	100,00	39.336	100,00
Moeda estrangeira:				
Dólar norte-americano				
LIBOR	1.401	4,09	1.552	4,29
PRÉ-FIXADO	32.856	95,91	34.658	95,71
Total moeda estrangeira	34.257	100,00	36.210	100,00
Total geral	73.356		75.546	

23.3. Detalhamento dos arrendamentos

a. Arrendamento mercantil moeda nacional: contratos de arrendamento mercantil em moeda nacional, com taxa média ponderada de 3,28% a.a acrescido de CDI, amortização mensal e vencimento da última parcela em março/2014. A dívida total dos contratos de arrendamento mercantil em 31/3/2011 é de R\$ 39.099 (R\$ 39.336 em 31/12/2010) e seu valor corresponde ao valor presente nesta data.

Os valores de pagamentos futuros estão distribuídos da seguinte forma:

<u>Vencimento</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
2011	13.452	15.225
2012	16.760	15.358
2013	8.423	7.598
2014	464	1.155
Total	39.099	39.336

b. Arrendamento mercantil moeda estrangeira : contrato efetuado pela controlada CEMAT de arrendamento mercantil de aeronaves sendo uma com custo de Libor trimestral acrescido de 3,5% a.a. e a outra ao custo de 6,75% a.a. ambas acrescida da variação cambial, com amortizações trimestrais de principal e juros, sendo que a data do último vencimento será em setembro/2020. e, contrato efetuado pela controlada CELTINS junto a Raytheon Aircraft Corporation, com taxa de 3,53% a.a mais Libor trimestral, amortização trimestral e vencimento da última parcela em setembro/2012. A dívida total dos arrendamentos mercantis em 31/3/2011 é de R\$ 34.257 (R\$ 36.210 em 2010) e seu valor corresponde ao valor presente nesta data.

Os valores de pagamentos futuros estão distribuídos da seguinte forma:

Notas Explicativas

Vencimento	31/03/2011	31/12/2010
2011	3.595	4.937
2012	3.512	3.189
2013	2.787	3.159
2014	2.356	2.410
2015	2.519	2.577
2016	2.693	2.756
2017	2.880	2.946
2018	3.079	3.150
2019	3.293	3.369
2020	7.543	7.717
Total	34.257	36.210

23.4. Movimentação

					Consolidado
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	15.225	24.111	4.937	31.273	75.546
Ingressos	27	3.262	-	-	3.289
Encargos	1.073	-	577	-	1.650
Variação monetária e cambial	101	8	(102)	(702)	(695)
Transferências	5.919	(5.919)	811	(811)	-
Pagamentos de principal	(4.200)	-	(1.148)	-	(5.348)
Pagamentos de juros	(508)	-	(578)	-	(1.086)
Saldo em 31 de março de 2011	17.637	21.462	4.497	29.760	73.356

23.5. Arrendamentos mercantis operacionais

No 1º trimestre de 2011 as Controladas pagaram um montante de R\$ 9.556 referente a arrendamentos mercantis operacionais, reconhecidos como despesa do exercício nas rubricas Outros Custos de Operações e Despesas Gerais e Administrativas. Os valores de pagamentos futuros estão distribuídos da seguinte forma:

Vencimento:	R\$
Até 1 ano	7.942
de 1 a 5 anos	7.587
Total	15.529

Notas Explicativas

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A contratação de instrumentos derivativos objetiva proteger a exposição das obrigações da Companhia e suas controladas ao risco de mercado, principalmente, riscos de variação cambial, que possam resultar em perda financeira. Esses contratos são celebrados em mercado de balcão diretamente com instituições financeiras de primeira linha. As operações com derivativos da Companhia e de suas Controladas não possuem verificadores nem chamada de margens, sendo liquidados integralmente no vencimento.

a. Política de utilização de instrumentos derivativos

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de resultado, com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas, por intermédio das superintendências financeiras de acordo com a estratégia previamente aprovada pelos gestores da Companhia e de suas controladas.

b. Obrigações expostas a variação cambial

Através da aplicação de procedimentos de avaliação da estrutura do endividamento e sua exposição a variação cambial, foram contratados pela Companhia e suas Controladas CEMAT, CELPA, CELTINS e ENERSUL, instrumentos financeiros derivativos, contratos de Swap, objetivando mitigar significativamente os riscos de eventuais perdas financeiras nos empréstimos: Unit Notes, BID, Capital de Gira e Giros sobre Bônus Perpétuos.

Notas Explicativas

c. Composição dos saldos registrados em contas patrimoniais de outros ativos e passivos

				Consolidado			
Operações passivas				Custo amortizado		Valor justo	
Objetivo de hedge de risco de mercado (a)	Indexadores	Vencimento	Valor nocional 2011	31/3/2011	31/12/2010	31/3/2011	31/12/2010
Swap BID							
Banco Société Générale		Mai/11 a Mai/12	36.575	(34.696)	(38.449)	(34.831)	(37.743)
Ponta ativa	USD + 0%			27.149	33.174	28.761	34.334
Ponta passiva	IGPM + 4,88%			61.845	71.623	63.592	72.077
Banco Itaú BBA S.A.		Mai/11 a Mai/15	80.340	(75.224)	(79.848)	(75.117)	(78.076)
Ponta ativa	USD + 0%			59.368	69.970	64.132	73.552
Ponta passiva	IGPM + 4,49%			134.592	149.818	139.249	151.628
Unibanco S.A.		Mai/11 a Mai/15	58.819	(54.870)	(52.393)	(55.186)	(51.744)
Ponta ativa	USD + 0%			43.661	46.584	49.313	50.953
Ponta passiva	IGPM + 4,60%			98.531	98.977	104.499	102.697
JP Morgan S.A.		Mai/11 a Mai/15	50.416	(46.351)	(44.801)	(46.363)	(44.014)
Ponta ativa	USD + 0%			37.424	39.929	42.269	43.674
Ponta passiva	IGPM + 4,49%			83.775	84.730	88.632	87.688
HSBC Bank Brasil S.A.		Mai/11 a Nov/11	70.955	(3.995)	(2.584)	(2.461)	(2.408)
Ponta ativa	USD + 0%			67.700	72.880	71.501	75.694
Ponta passiva	80% a 82% do CDI			71.695	75.464	73.962	78.102
Total BID				(215.136)	(218.075)	(213.958)	(213.985)
Swap Unit Notes (b)							
Unibanco S.A.		fev/12	35.587	(37.132)	(67.642)	(37.747)	(67.384)
Ponta ativa	USD + 0%			27.266	55.540	29.302	57.032
Ponta passiva	IGPM + 5,70%			64.398	123.182	67.049	124.416
Merrill Lynch		fev/12	35.635	(32.542)	(60.148)	(32.198)	(58.783)
Ponta ativa	USD + 0%			27.266	55.540	29.302	57.032
Ponta passiva	IGPM + 4,20%			59.808	115.688	61.500	115.815
Total Unit Notes				(69.674)	(127.790)	(69.945)	(126.167)
Swap capital de giro							
Banco ABC S.A.		Abr/11 a Nov/11	21.597	(13)	(3)	(242)	(349)
Ponta ativa	CDI + 5,41%			22.907	26.759	25.243	27.809
Ponta passiva	CDI + 7,19%			22.920	26.762	25.485	28.158
HSBC Bank Brasil S.A.		jan/12	65.001	(2.513)	-	3.184	-
Ponta ativa	USD + 4,31%			64.212	-	71.133	-
Ponta passiva	128,00% do CDI			66.725	-	67.949	-
Banco Pine S.A.		Abr/11 a Fev/15	10.000	(65)	-	(110)	-
Ponta ativa	CDI + 4,50%			10.097	-	10.882	-
Ponta passiva	IGPM + 17,60%			10.162	-	10.992	-
Swap juros bônus perpétuos							
HSBC Bank Brasil S.A.		Abr/11 a Out/11	69.556	(2.914)	-	(1.488)	-
Ponta ativa	USD + 0%			67.485	-	69.947	-
Ponta passiva	76,00% do CDI			70.399	-	71.435	-
Total capital de giro e bônus				(5.505)	(3)	1.344	(349)
TOTAL GERAL				(290.315)	(345.868)	(282.559)	(340.501)
Ativo circulante						3.184	-
Passivo circulante						(169.159)	(153.286)
Passivo não circulante						(116.584)	(187.215)

(a) Para maiores informações sobre as dívidas em questão vide nota explicativa nº 21.

(b) Devido ao pagamento antecipado da dívida, o valor nocional do swap é superior a dívida . Vide nota explicativa nº 21.3.

Notas Explicativas

Vencimento das parcelas do não circulante:

Vencimento	31/03/2011	31/12/2010
2012	38.538	117.113
2013	29.170	25.868
2014	32.202	29.074
2015	16.674	15.160
Total	116.584	187.215

d. Valor justo dos instrumentos derivativos

A Companhia e suas controladas possuem apenas operações de Swap, não possuindo outros instrumentos derivativos. Para a apuração do valor justo foi estimado seu valor presente utilizando-se de uma metodologia comumente empregada pelos participantes do mercado. A metodologia utilizada para o cálculo do valor justo baseia-se na estimativa do valor presente dos pagamentos por meio da utilização de curvas de mercado divulgadas pela BM&FBovespa. A mensuração é considerada nível 2 na hierarquia do valor justo.

Arrendamento Mercantil - Corresponde a 2 contratos de arrendamento mercantil de aeronaves que estão expostos a variação do dólar, sendo que uma delas possui o custo de Libor + 3,5% a.a. e a outra ao custo de 6,15% a.a, com amortização trimestral de juros e principal. O saldo em 31/3/2011 era de R\$ 34.257.

Em razão do prazo e dos valores das parcelas, a Administração está acompanhando o mercado com o objetivo de verificar a necessidade de contratar *hedge* para esses contratos.

e. Exposição cambial sem contratação de instrumentos financeiros derivativos

Tesouro Nacional - Corresponde a reestruturação da dívida externa (ver nota explicativa nº. 14), atualizados de acordo com a variação das taxas Libor, Taxa Pré-fixada e variação do dólar, com amortização mensal e vencimento em abril de 2024.

Os administradores da Companhia e suas controladas não contrataram instrumentos financeiros derivativos por possuírem investimentos em Bônus de Descontos e Bônus ao Par (Bônus emitidos pela União) que estão expostos a variação do dólar, possuem vencimentos idênticos ao valor da dívida e serão utilizados para quitar a dívida. Os referidos estão contabilizados no ativo não circulante, na rubrica cauções e depósitos vinculados.(ver nota explicativa nº 14)

f. Teste de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008 é apresentado a seguir o quadro da análise de sensibilidade de todas as posições com derivativos abertas dos contratos de Swap em 31 de março de 2011. Os Swaps da Companhia e de suas controladas, em sua maioria, celebram uma troca de fluxos de caixa, onde ela se compromete a pagar a variação do CDI ou IGP-M, recebendo a variação do dólar.

Notas Explicativas

Como estas operações visam proteger dívidas vinculadas a moeda estrangeira, a ponta cambial não apresenta riscos significativos, pois eventuais alterações serão compensadas pela dívida subjacente. Logo, a variável que pode gerar prejuízos e que será sensibilizada é o CDI ou IGP-M, embora a liquidação, quando ocorrer, será pela diferença entre as pontas.

Devido a natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada.

A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável é utilizada as condições consideradas como prováveis pela Administração, estas foram definidas com base nas taxas divulgadas pela BM&FBovespa para cada vencimento, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração de 25% e 50% respectivamente nas variáveis.

31/3/2011				
Objetivo de <i>hedge</i> de risco de mercado	Risco	Cenário provável	Cenário possível (alta de 25%)	Cenário remoto (alta de 50%)
Swap BID				
Banco Societe Generali	IGPM + 4,88%	(3.129)	(3.880)	(4.630)
Banco Itaú BBA S.A.	IGPM + 4,49%	(12.691)	(15.359)	(18.028)
Unibanco S.A.	IGPM + 4,60%	(20.366)	(24.274)	(28.184)
J.P. Morgan	IGPM + 4,49%	(17.268)	(20.581)	(23.895)
HSBC Bank of Brasil S.A.	80% a 82% do CDI	(1.712)	(2.707)	(3.702)
Total BID		(55.166)	(66.801)	(78.439)
Swap notes units				
Unibanco S.A.	IGPM + 5,70%	(4.645)	(5.671)	(6.697)
Merril Lynch	IGPM + 4,20%	(4.260)	(5.201)	(6.143)
Total notes		(8.905)	(10.872)	(12.840)
Swap capital giro				
HSBC Bank of Brasil S.A.	128% do CDI	(3.561)	(4.585)	(5.608)
Banco ABC S.A.	CDI + 6,79%	(26)	(26)	(26)
Total capital giro		(3.587)	(4.611)	(5.634)
Swap juros Bônus Perpétuo				
HSBC Bank of Brasil S.A.	76% do CDI	(1.042)	(1.528)	(2.013)
Total capital giro		(1.042)	(1.528)	(2.013)
Total geral		(68.700)	(83.812)	(98.926)

24.1. Gerenciamento dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado através de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Companhia.

a. Valor de mercado

Notas Explicativas

Alguns instrumentos financeiros têm seu custo amortizado substancialmente próximo ao valor de mercado, como contas a receber, empréstimos de capital de giro e operações específicas sem liquidez, assim o valor de mercado é considerado o próprio custo amortizado. Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado.

Companhia					
		31/3/2011		31/12/2010	
	Nota	Categoria	Contábil	Valor de mercado	Valor de mercado
Ativos Financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	6	Recebíveis	78.288	78.288	22.973
Títulos a receber	-	Recebíveis	29.518	29.518	32.208
Partes relacionadas	13.1	Recebíveis	460.767	460.767	453.318
Passivos Financeiros					
Fornecedores	18	Mensurado pelo custo amortizado	93	93	98
Empréstimos e financiamentos	21.1	Mensurado pelo custo amortizado	995.782	995.782	810.880
Bônus Perpétuo	21.1	Valor justo através do resultado	796.674	796.674	980.571
Partes relacionadas	13.1	Mensurado pelo custo amortizado	478.283	478.283	457.075

		Consolidado				
		31/3/2011			31/12/2010	
	Nota	Categoria	Contábil	Valor de mercado	Contábil	Valor de mercado
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	6	Recebíveis	640.012	640.012	759.663	759.663
Consumidores	7	Recebíveis	2.060.601	2.060.601	2.035.464	2.035.464
Títulos a receber	-	Recebíveis	212.924	212.924	214.508	214.508
Partes relacionadas	13.1	Recebíveis	466.659	466.659	459.805	459.805
Sub-rogação CCC	11	Recebíveis	354.517	354.517	349.412	349.412
Ativo financeiro - bens da concessão	17.1	Recebíveis	1.550.107	1.550.107	1.462.366	1.462.366
Sw aps	24	Valor justo através do resultado	3.184	3.184	-	-
Passivos Financeiros						
Fornecedores	18	Mensurado pelo custo amortizado	744.463	744.463	618.056	618.056
Empréstimos e financiamentos	21.1	Mensurado pelo custo amortizado	4.689.278	4.688.283	4.729.534	4.723.286
Bônus perpétuo	21.1	Valor justo através do resultado	796.674	796.674	810.880	810.880
Debêntures	22	Mensurado pelo custo amortizado	645.540	645.540	630.820	630.820
Leasing	23	Mensurado pelo custo amortizado	73.356	73.356	75.546	75.546
Indenizações trabalhistas	29	Mensurado pelo custo amortizado	167.192	167.192	176.107	176.107
Partes relacionadas	13.1	Mensurado pelo custo amortizado	184.832	184.832	186.885	186.885
Sw aps	24	Valor justo através do resultado	285.743	285.743	340.501	340.501

24.2. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia e suas controladas possuem procedimentos de controles preventivos e detectivos que monitoram sua exposição aos riscos de crédito, de mercado, liquidez.

Notas Explicativas

a. Gerenciamento dos riscos de crédito

Risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia e de suas controladas é o valor das contas a receber mencionadas anteriormente como consumidores (vide nota explicativa nº 7). O valor do risco efetivo de eventuais perdas encontra-se apresentado como perda no valor recuperável (vide nota explicativa nº 7). A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos analíticos de monitoramento das contas a receber de consumidores, ações de cobrança e corte no fornecimento de energia. Outro fator que minimiza o risco de crédito é o perfil da carteira de crédito, que é pulverizada em um número expressivo de consumidores.

b. Gerenciamento de risco de mercado

Risco de mercado é a eventual perda resultante de mudanças adversas nos preços de mercado. Esses riscos de mercado, que estão além de nosso controle, envolvem principalmente a possibilidade de que mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio e inflação, que possam afetar negativamente o valor de nossos ativos financeiros, fluxos de caixa e rendimentos futuros. A mitigação destes riscos ocorre através da aplicação de procedimentos de avaliação da exposição dos ativos e passivos ao risco de mercado e, conseqüentemente, contratação de hedge junto à Instituições Financeiras.

As operações de hedge cambial estão atreladas, em sua maioria, ao IGP-M e ao CDI. A Administração se utiliza desta estratégia de mitigação de risco de mercado devido ao IGP-M ser o índice de atualização da receita da Companhia e de suas Controladas. O risco cambial advindo da exposição ao dólar está com saldo menor que o swap cambial, isto se deve pelo pagamento antecipado de parte do Unit Notes (vide nota explicativa nº 21).

Os principais riscos de mercado que podem afetar o resultado da Companhia e suas controladas é o risco de variação no dólar e nos indexadores da dívida.

A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável são utilizadas as condições consideradas como prováveis pela Administração, as quais foram definidas com base nas taxas divulgadas pela BM&FBovespa, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração de 25% e 50% respectivamente nas variáveis.

Para os ativos e passivos financeiros, exceto os instrumentos derivativos, foi fixado um período de um ano para verificação do impacto nas despesas financeiras, sendo desconsiderado os pagamentos do período. Já para os instrumentos derivativos, representados por swaps, é utilizada a cotação para cada um dos vencimentos, sendo que a variável que não a cambial tem seus valores baseados sempre no cenário provável.

Notas Explicativas

Risco Cambial

	Consolidado		
	Cenário provável	Cenário possível (alta de 25%)	Cenário remoto (alta de 50%)
Ativos Financeiros			
Recebíveis	4.553	17.987	31.420
Passivos Financeiros			
Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	(53.857)	(212.763)	(371.668)
Passivo financeiro mensurado pelo valor justo através do resultado	42.562	168.141	293.721
Total	(6.742)	(26.635)	(46.527)

Risco de indexadores

	Companhia		
	Cenário provável	Cenário possível (alta de 25%)	Cenário remoto (alta de 50%)
Ativos Financeiros			
Recebíveis	453	2.661	4.869
Passivos Financeiros			
Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	(5.099)	(32.103)	(59.106)
Total	(4.646)	(29.442)	(54.237)

	Consolidado		
	Cenário provável	Cenário possível (alta de 25%)	Cenário remoto (alta de 50%)
Ativos Financeiros			
Recebíveis	2.982	17.544	32.105
Passivos Financeiros			
Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	(10.008)	(115.544)	(221.081)
Total	(7.026)	(98.000)	(188.976)

c. Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia e de suas controladas enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiro. A Companhia e suas controladas monitoram o risco de liquidez mantendo caixa e investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos e, também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

As análises quanto aos passivos financeiros, por faixas de vencimento, encontram-se em suas respectivas notas explicativas.

Notas Explicativas

d. Gerenciamento de risco de pagamento antecipado

Condições Restritivas Financeiras (*covenants*): Determinados contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia e de suas controladas estão sujeitos a condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos.

A Administração acompanha tempestivamente esses indicadores, como forma de monitoramento e remediação com as instituições financeiras envolvidas, quando necessário.

Exceto quanto aos índices financeiros descumpridos mencionados abaixo, os demais foram atendidos em 31 de março de 2011.

Em 31/3/2011, a controlada CELPA não atendeu os indicadores de Dívida Total/EBITDA menor que 3,50; Dívida Total/(Dívida Total + Patrimônio Líquido) menor que 0,60; Dívida Total de Curto Prazo/EBITDA menor que 0,75, referentes ao contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) cujo montante é de R\$135.211. A CELPA tomou providências imediatas, no entanto não recebeu a carta de consentimento (*waiver*) em tempo hábil ao encerramento destas informações trimestrais, vindo a recebê-la em 6/5/2011 com as pertinentes aprovações.

Em 31/3/2011, a Controlada CEMAT não atendeu o indicador de Dívida Total de Curto Prazo / EBITDA menor que 0,75, referente ao contrato de empréstimo com o BID, cujo montante é de R\$ 121.220. A Controlada CEMAT tomou providências imediatas, no entanto não recebeu a carta de consentimento (*waiver*), em tempo hábil ao encerramento destas informações trimestrais.

Em 31/3/2011, a Controlada CEMAT não atendeu aos indicadores: Dívida Total / EBITDA menor que 3,5, EBITDA / Despesas Financeiras e Pagamentos Programados em Relação a Dívida Total maior que 1 e Dívida de Curto Prazo / EBITDA menor que 0,75 referente ao contrato de Swap com o J.P. Morgan S.A., cujo montante a valor justo é de R\$ 46.363. A Controlada CEMAT tomou providências imediatas, no entanto não recebeu a carta de consentimento (*waiver*), em tempo hábil ao encerramento destas informações trimestrais.

24.3. Gerenciamento de riscos relacionados à companhia e suas operações:

Nossas receitas operacionais podem ser afetadas positivamente ou negativamente por decisões da ANEEL com relação às nossas tarifas. As tarifas que cobramos pela venda de energia aos consumidores são determinadas de acordo com os contratos de concessão celebrados com a ANEEL e estão sujeitas à discricionariedade regulatória da ANEEL. A mitigação desse risco ocorre pelo monitoramento e aplicação de todas as normas e procedimentos definidos pela ANEEL e um criterioso gerenciamento de custos operacionais.

Gerenciamento de riscos de escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

Risco de não renovação das concessões

Notas Explicativas

As controladas da Companhia possuem concessões para exploração dos serviços de geração e distribuição de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renovadas mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia ("concessão onerosa") ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

25. TAXAS REGULAMENTARES

	Consolidado	
	31/3/2011	31/12/2010
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	4.017	4.018
Compensação Financeira Utilização Recursos Hidricos - CFURH	240	152
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	15.605	10.473
Quota da Conta de Consumo de Combustível - CCC	45.900	30.023
Taxa de fiscalização - ANEEL	185	185
Conta Desenvolvimento Energético - CDE	15.324	10.194
Outras	540	542
Total	81.811	55.587

26. OBRIGAÇÕES DO PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O contrato de concessão das controladas estabelece a obrigação em aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas estão definidas pelas Leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15/3/2004 e 28/3/2007, respectivamente.

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/3/2011	31/12/2010	31/3/2011	31/12/2010
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	1.836	1.637	-	-
Ministério de Minas e Energia - MME	896	797	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	34.434	34.315	43.280	40.289
Programa de Eficiência Energética - PEE	64.526	61.832	67.406	62.176
Total	101.692	98.581	110.686	102.465

A atualização das parcelas referentes aos PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28/11/2005, nº 219, de 11/4/2006, nº 300, de 12/2/2008 e nº 316, de 13/5/2008, e Ofício Circular nº 1644/2009-SFF/ANEEL, de 28/12/2009.

Notas Explicativas

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24/10/2006, com validade a partir de 1/1/2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética. Dentre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

A realização das obrigações com o PEE e P&D, através da aquisição de ativo intangível tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

27. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Consolidado	
31/3/2011	31/12/2010
Provisões sobre folha de pagamento	44.755
Provisão de impostos sobre folha de pagamento	12.088
Outros	8.973
Total	65.816
	45.077

28. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Está representada da seguinte forma:

	Consolidado					
	31/3/2011			31/12/2010		
	Provisão			Provisão		
	No exercício	Saldo acumulado	Depósitos judiciais	No exercício	Saldo acumulado	Depósitos judiciais
Cíveis - Consumidores (a)	(374)	13.299	19.797	(1.629)	13.673	18.002
Trabalhistas (b)	(898)	29.202	60.285	(5.582)	30.100	55.311
Fiscais: (c)						
COFINS	-	-	3.149	-	-	3.149
PIS	-	45.662	46.046	(189)	45.662	46.749
Imposto de renda	-	-	2.087	-	-	2.087
Contribuição social	-	-	-	-	-	39
Previdência social	-	-	3.190	-	-	3.190
ICMS	-	-	5.499	-	-	5.499
Outros	-	189	2.602	189	189	1.852
Subtotal	-	45.851	62.573	-	45.851	62.565
Total	(1.272)	88.352	142.655	(7.211)	89.624	135.878

Notas Explicativas

	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Fiscais</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2010	13.673	30.100	45.851	89.624
Constituição	425	7	-	432
Baixas/reversão	(914)	(1.407)	-	(2.321)
Atualização	115	502	-	617
Saldo em 31/3/2011	13.299	29.202	45.851	88.352
Contingências passivas possíveis de perda (d):	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
31/12/2010	59.802	32.474	149	92.425
31/3/2011	65.156	34.463	150	99.769

(a) As ações judiciais de natureza cível referem-se, de maneira geral, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; a cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos medidores de energia elétrica ou decorrentes de variações na tensão elétrica ou de falta momentânea de energia; bem como ações em que consumidores pretendem a devolução de valores, em razão do aumento das tarifas de energia determinado pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, no período de congelamento de preços do Plano Cruzado.

(b) As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a discussões de ex-empregados pretendendo recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente no trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas Companhias reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias.

- Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais cíveis e trabalhistas com chances prováveis de perda pelas companhias, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estimamos em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso pelas companhias dos valores provisionados, na hipótese de as Companhias serem vencidas nas ações.

(c) Na controlada CEMAT, dos processos em curso, o processo administrativo decorrente de Auto de Infração e Imposição de Multa – AIIM nº 16741001600003200516 foi julgado parcialmente procedente, cancelando parte da penalidade. O saldo remanescente foi objeto de pedido de compensação que aguarda análise da Secretaria da Fazenda do Estado do Mato Grosso. O AIIM nº 16741001600012200811 tem por objeto os valores de ICMS sobre a demanda contratada que deixaram de ser recolhidos por força de liminares concedidas em ações ajuizadas por usuários de energia. Os Autos de Infração AIIM nº 16741001600008200810 e 117956001600001200712 referem-se a crédito supostamente indevido do diferencial de alíquota de ICMS relativo à aquisição de mercadorias destinadas ao ativo permanente da empresa. Se a CEMAT não sair vencedora nesses processos administrativos, ingressará com ação judicial para anular os referidos autos de infração. Estas infrações têm probabilidade de perda remota para a CEMAT.

A controlada CELTINS sofreu autuação pela Secretaria da Receita Federal, com a aplicação de multa isolada por alegada compensação de tributos de forma não autorizada pela legislação. Foram apresentados impugnação e recurso que aguardam julgamento na esfera administrativa e estimamos em aproximadamente 3 anos o julgamento. Se a CELTINS não sair vencedora nesse processo administrativo, ingressará com ação judicial para anular o referido auto de infração. Esta infração tem probabilidade de perda remota para a CELTINS.

Notas Explicativas

A controlada EEB sofreu autuação pela Secretaria da Receita Federal, em razão de considerar dedutíveis determinadas despesas financeiras decorrentes de empréstimos financeiros. Foi apresentada impugnação que aguarda julgamento na esfera administrativa e estima-se em aproximadamente 3 anos a decisão final administrativa. Após apresentados todos os recursos, caso a decisão final na esfera administrativa seja desfavorável, a EEB ingressará com ação judicial visando à anulação da autuação. Esta infração tem probabilidade de perda remota para a EEB.

O Mandado de Segurança Coletivo nº 71805305012977-8 foi impetrado pelo SIESP (Sindicato da Indústria da Energia no Estado de São Paulo), representando as controladas Caiuá, CNEE, EDEVP e EEB, com o objetivo de afastar a exigência indevida do ICMS incidente sobre as parcelas da Subvenção Econômica Baixa Renda, recebidas de acordo com a Lei nº 10.604/2002. Os valores em discussão estão sendo depositados em juízo, de acordo com o recebimento das respectivas parcelas. A segurança foi denegada em primeira instância. Atualmente, aguarda-se o julgamento pelo Tribunal de Justiça de São Paulo do recurso de apelação interposto pelo SIESP.

As ações judiciais de natureza tributária da controlada ENERSUL possuem depósito judicial. Dentre elas, destaca-se a ação sobre PIS, que discute a inconstitucionalidade de sua cobrança, em vista do disposto no parágrafo 3º do artigo 155 da Constituição Federal, cujo valor também está depositado judicialmente.

(d) As controladas também apresentaram os valores de suas contingências passivas cujas chances de êxito são possíveis. Por entendermos razoáveis as chances de êxito, não houve provisionamento dos referidos valores e, caso as referidas contingências venham a representar perda, estimamos em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que haja o desembolso pelas Controladas. A natureza dos principais processos judiciais é similar aos itens (a) e (b) mencionados anteriormente. As ações judiciais de natureza trabalhista e cível cujas chances de êxito são possíveis referem-se, em sua grande maioria as discussões mencionadas nos itens (a) e (b) acima.

29. INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS - CONSOLIDADO

			Circulante	
			Total	
Vencimento	Plano Bresser	PCCS	31/3/2011	31/12/2010
2011	60.594	15.588	76.182	81.950
2012	4.713	5.196	9.909	-
Ajuste a valor presente (a)	(3.957)	(1.303)	(5.260)	(3.854)
Total	61.350	19.481	80.831	78.096

			Não circulante	
			Total	
Vencimento	Plano Bresser	PCCS	31/3/2011	31/12/2010
2012	76.572	15.588	92.160	108.259
Ajuste a valor presente (a)	(4.947)	(852)	(5.799)	(10.248)
Total	71.625	14.736	86.361	98.011

(a) A controlada CELPA procedeu ao cálculo do AVP projetando as parcelas da dívida pela taxa INPC/IBGE e descontando pela taxa SELIC projetada segundo a expectativa apresentada no boletim FOCUS. Foi elegida a taxa SELIC projetada como taxa de desconto por se considerar que esta reflete

Notas Explicativas

os juros compatíveis com a natureza, riscos da dívida, levando em conta as taxas de mercado praticadas na data da transição da Lei nº 11.638/2007.

Plano Bresser

Em 21/12/2004 a controlada CELPA e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará firmaram acordo referente à ação judicial que transitava na 4ª Vara Trabalhista de Belém do Pará, movida pelo Sindicato que pleiteava 26,06% de reajuste sobre os salários congelados em junho de 1987, denominado Plano Bresser, homologado em todos os termos da petição.

O valor homologado no acordo corresponde ao montante de R\$ 370.000, sujeito à atualização pela variação acumulada do INPC/IBGE, pagáveis mensalmente até 25/8/2012.

No 1º trimestre de 2011 o impacto no resultado da Controlada CELPA relativo à atualização monetária foi de R\$ 2.889 (R\$ 4.741 no 1º trimestre de 2010).

Plano de Classificação de Cargos e Salários (PCCS)

Em 18/12/2008 foi homologado o acordo entre a CELPA e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará referente à ação judicial que transitava na 12ª Vara Trabalhista de Belém do Pará, movida pelo Sindicato que pleiteava a anulação das alterações feitas na estrutura do Plano de Classificação de Cargos e Salários (PCCS), homologado em todos os termos da petição.

O valor homologado no acordo corresponde ao montante de R\$ 75.000, sujeito a atualização anual pela variação acumulada do INPC/IBGE nos doze meses anteriores, pagáveis mensalmente até 20/12/2012.

30. OUTROS PASSIVOS

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/3/2011	31/12/2010	31/3/2011	31/12/2010
Convênios de arrecadação	5.838	5.501	-	-
Taxa de iluminação pública	55.668	42.880	-	-
Conta paga em duplicidade	12.990	13.574	-	-
Adiantamento de consumidores	9.739	20.233	17.780	21.204
ELETOBRÁS - principal e juros empréstimo compulsório	786	786	-	-
Encargos tarifários (a)	15.032	15.034	-	-
Aquisição de acervo	56	56	2.938	2.938
Sindicato dos Trab. Ind. Urbanas do Pará	6.987	-	-	-
Reserva para reversão/amortização (b)	-	-	8.249	8.249
Rede Lajeado Energia S.A.	3.252	3.679	15.942	15.942
Juruena Energia S.A.	2.089	-	-	-
C. R. Almeida S.A. - Engenharia e Construções (c)	27.682	24.807	14.774	18.357
Encargos ex-isolados	2.540	3.992	-	-
Uso do Bem Público	-	-	2.610	-
Subvenção PIS - CCC	-	-	6.808	6.161
Subvenção COFINS - CCC	-	-	31.360	28.379
Valores e encargos a recuperar tarifa - TUSD	-	-	12.201	12.201
Entidades seguradoras	4.217	3.855	-	-
Outros credores	22.528	11.497	18.292	17.348
Total	169.404	145.894	130.954	130.779

(a) Refere-se a encargos de capacidade emergencial no consolidado e encargos de aquisição de energia elétrica.

Notas Explicativas

(b) Refere-se a recursos das controladas aplicados até 31/12/1971, na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica, nos termos do regulamento da legislação vigente.

(c) Refere-se ao parcelamento da controlada CELPA da ação ordinária de indenização de autos nº 193.1.002606-0 junto a C.R. Almeida S.A. – Engenharia e Construções, a ser pago em 50 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pelo IGP-M acrescidas de juros de 6% ao ano.

31. PATRIMÔNIO LÍQUIDO – COMPANHIA

31.1. Capital social

O capital social da Companhia, em 31/3/2011 e 31/12/2010 é de R\$ 714.552 e sua composição é a seguinte:

Acionistas	Número de ações em milhares					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Emp. de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.	174.772	79,03	16.163	16,02	190.935	59,28
Denerge - Desenvolvimento Energético S.A.	43.614	19,72	6.680	6,62	50.294	15,62
Outros	2.772	1,25	78.074	77,36	80.846	25,10
	221.158	100,00	100.917	100,00	322.075	100,00

Em 16/8/2010, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), o aumento de capital da Companhia no valor mínimo de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) e máximo de R\$ 806.663.131,00 (oitocentos e seis milhões, seiscentos e sessenta e três mil, cento e trinta e um reais), mediante a emissão de, no mínimo, 99.630.685 (noventa e nove milhões, seiscentas e trinta mil, seiscentas e oitenta e cinco) novas ações, sendo 68.412.918 (sessenta e oito milhões, quatrocentas e doze mil, novecentas e dezoito) novas ações ordinárias e 31.217.767 (trinta e um milhões, duzentas e dezessete mil, setecentas e sessenta e sete) novas ações preferenciais, e de, no máximo, 133.947.335 (cento e trinta e três milhões, novecentas e quarenta e sete mil, trezentas e trinta e cinco) novas ações, sendo 91.976.963 (noventa e um milhões, novecentas e setenta e seis mil, novecentas e sessenta e três) novas ações ordinárias e 41.970.372 (quarenta e um milhões, novecentas e setenta mil, trezentas e setenta e dois) novas ações preferenciais ("Aumento de Capital Máximo"), todas nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 6,022241 por ação ordinária e/ou ação preferencial ("Aumento de Capital").

Conforme previsto no artigo 170, §1º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, os preços de emissão das referidas ações corresponde à perspectiva de rentabilidade das ações da Companhia. Em razão do Aumento de Capital, foi assegurado aos demais acionistas da Companhia o direito de subscrição de novas ações ordinárias e novas ações preferenciais de emissão da Companhia, na proporção da participação acionária que detinham no capital social da Companhia em 16/8/2010, ou seja, 0,415888038 ação ordinária e/ou ação preferencial para cada ação ordinária e/ou ação preferencial existente. Os acionistas da Companhia puderam exercer seu direito de preferência na subscrição das ações objeto do Aumento de Capital no prazo compreendido entre 18/8/2010 e 16/9/2010, inclusive. A Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. (EEVP), acionista controladora da Companhia, subscreveu, dentro do prazo supramencionado, 68.412.917 (sessenta e oito milhões, quatrocentas e doze mil, novecentas e dezessete) ações ordinárias e 11.098.104 (onze milhões, noventa e oito mil, cento e quatro) ações preferenciais, representativas do Aumento de Capital, integralizando-as em moeda corrente nacional no valor de R\$ 478.834.536,60 (quatrocentos e setenta e oito milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, quinhentos e trinta e seis reais e sessenta centavos), incluindo as ações objeto de cessão de direitos de preferência de outros acionistas à EEVP.

Notas Explicativas

Após o término do referido período para exercício do direito de preferência, restaram 49.942.559 (quarenta e nove milhões, novecentas e quarenta e duas mil, quinhentas e cinquenta e nove) ações não subscritas, sendo 19.564.021 (dezenove milhões, quinhentas e sessenta e quatro mil e vinte e uma) ações ordinárias e 30.378.538 (trinta milhões, trezentas e setenta e oito mil, quinhentas e trinta e oito) ações preferenciais, as quais foram objeto de rateio entre os acionistas da Companhia que manifestaram nos respectivos boletins de subscrição sua intenção de subscrever eventuais sobras de ações não subscritas, nos termos da alínea “b”, do §7º do artigo 171, da Lei das Sociedades por Ações. No rateio de Sobras, a EEVP subscreveu 550.188 (quinhentas e cinquenta mil, cento e oitenta e oito) ações ordinárias e 20.119.663 (vinte milhões, cento e dezenove mil, seiscentas e sessenta e três) ações preferenciais, perfazendo o valor de R\$ 124.478.825,67 (cento e vinte e quatro milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, oitocentos e vinte e cinco reais e sessenta e sete centavos). Assim, verificou-se a subscrição total pela EEVP de 68.963.106 (sessenta e oito milhões, novecentas e sessenta e três mil, cento e seis) ações ordinárias e 31.217.767 (trinta e um milhões, duzentas e dezessete mil, setecentas e sessenta e sete) ações preferenciais, perfazendo o valor de R\$ 603.313.362,27 (seiscentos e três milhões, trezentos e treze mil, trezentos e sessenta e dois reais e vinte e sete centavos).

Após a subscrição das sobras, restaram ainda 19.009.607 (dezenove milhões, nove mil, seiscentas e sete) ações ordinárias (“Ações Ordinárias”) e 10.193.741 (dez milhões, cento e noventa e três mil, setecentas e quarenta e uma) ações preferenciais (“Ações Preferenciais”, e, em conjunto com as “Ações Ordinárias”, “Ações” ou Sobras”).

A posição acionária a seguir representa as subscrições de Ações e de Sobras acima referidas em 31/3/2011:

Acionistas	Número de ações em milhares					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Emp. de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.	243.736	82,87	47.380	35,71	291.116	68,21
Denerge - Desenvolvimento Energético S.A.	43.614	14,83	6.680	5,03	50.294	11,78
Outros	6.775	2,30	78.634	59,26	85.409	20,01
	294.125	100,00	132.694	100,00	426.819	100,00

Em atendimento ao artigo 171, §7º, “b” da Lei das Sociedades por Ações, e, com base no artigo 6º da Instrução da CVM nº 400, de 29/12/2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), e na Instrução da CVM nº 168, de 23/12/1991, conforme alterada (“Instrução CVM 168”), as Sobras serão ofertadas pela Companhia em leilão a ser realizado na BM&FBOVESPA (“Leilão”), nas condições, termos e data a serem oportunamente divulgados. O Leilão será efetuado ao preço mínimo de R\$ 6,022241 por ação ordinária e/ou por ação preferencial (“Preço Mínimo”), determinado com base na perspectiva de rentabilidade das ações da Companhia, apurado conforme laudos de avaliação elaborados por instituições de reconhecida reputação no mercado, conforme previsto no artigo 170, §1º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

O leilão realizou-se em 18/2/2011 e não houve subscrição de ações.

Após a realização do Leilão, a Companhia concede aos seus acionistas, que subscreveram ações no âmbito do Aumento de Capital, o prazo de 30 (trinta) dias para que confirmem suas decisões de investimento.

No dia 24/3/2011 encerrou-se o prazo para que os acionistas confirmassem suas subscrições. Verificou-se então desistência de subscrição no montante de R\$ 1.371.703,88, representativas de 227.773 ações, sendo 212.057 ações preferências e 15.716 ações ordinárias.

Notas Explicativas

A Companhia procederá à homologação do capital social e cancelamento de sobras de ações não subscritas por meio de convocação de Assembleia Geral a realizar-se no segundo trimestre deste exercício.

A posição acionária a seguir, representará a posição acionária final do capital final da Companhia após a homologação do aumento de capital:

Acionistas	Número de ações em milhares					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Emp. de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.	243.736	82,87	47.380	35,76	291.116	68,24
Denerge - Desenvolvimento Energético S.A.	43.614	14,83	6.680	5,04	50.294	11,79
Outros	6.760	2,30	78.422	59,19	85.182	19,97
	294.110	100,00	132.482	100,00	426.592	100,00

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado. Os dividendos pagos às ações preferenciais correspondem a 10% superiores àqueles pagos às ações ordinárias.

Nas Assembleias Gerais, cada ação ordinária dá direito a um voto.

As Ações Preferenciais serão inconversíveis em ações ordinárias e não terão direito de voto nas Assembleias Gerais. Cada ação preferencial fará jus a:

- Recebimento de dividendos não cumulativos, no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos às ações ordinárias;
- Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da sociedade, e depois de reembolsadas as ações ordinárias, participação igualitária com essas últimas no rateio do excesso do patrimônio líquido que se verificar;
- Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição, pela sociedade, de lucros, bonificações ou outras vantagens, inclusive nos casos de aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas.

31.2. Adiantamento para futuro aumento de capital

Os valores subscritos, conforme mencionado acima foram registrados na rubrica "Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC" aguardando a finalização do processo, e a efetiva homologação.

A composição do AFAC está demonstrada no quadro abaixo:

Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total	R\$
Emp. de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.	68.963.106	31.217.767	100.180.873	603.313
Outros	4.004.250	558.864	4.563.114	27.481
	72.967.356	31.776.631	104.743.987	630.794

Notas Explicativas

31.3. Transações de capital

	31/3/2011	31/12/2010
Ajustes de avaliação patrimonial em controlada Tangará Energia S.A.	26.485	26.485
	26.485	26.485

31.4. Outros resultados abrangentes

	31/3/2011	31/12/2010
Reserva de reavaliação	396.701	411.788
Custo atribuído	28.106	28.357
	424.807	440.145

Notas Explicativas**32. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E RESULTADO DO SERVIÇO**

A receita líquida de vendas possui a seguinte composição:

CONSOLIDADO	31/3/2011 R\$	31/3/2010 R\$	Variação %
Receita operacional	2.477.725	2.162.063	14,60
Fornecimento de energia elétrica	2.011.711	1.869.101	7,63
Suprimento de energia elétrica	76.927	45.124	70,48
Receita de construção	339.719	208.913	62,61
Outras receitas	49.368	38.925	26,83
Deduções da receita bruta	(720.918)	(667.568)	7,99
ICMS	(389.314)	(376.475)	3,41
PIS	(35.340)	(32.704)	8,06
COFINS	(162.802)	(150.897)	7,89
Quota reserva global de reversão	(12.615)	(15.619)	(19,23)
Outras	(120.847)	(91.873)	31,54
Receita líquida dos serviços vendidos	1.756.807	1.494.495	17,55
Custo dos serviços de energia elétrica	(857.135)	(768.764)	11,50
Energia elétrica comprada para revenda	(736.072)	(666.007)	10,52
Encargos de uso do sist. de transm. e distribuição	(121.063)	(102.757)	17,81
Custo dos serviços vendidos	(585.602)	(462.093)	26,73
Pessoal	(52.581)	(54.151)	(2,90)
Material	(4.804)	(10.309)	(53,40)
Matéria prima e insumos p/prod. de energia elétrica	(59.923)	(57.612)	4,01
Serviços de terceiros	(81.578)	(78.473)	3,96
Depreciação e amortização	(97.589)	(92.857)	5,10
Aluguéis e arrendamentos	(2.506)	(3.039)	(17,54)
Custo do serviço prestado a terceiros	(81)	(148)	(45,27)
Subvenção CCC	54.290	50.396	7,73
Despesa de construção	(339.719)	(208.913)	62,61
Outros	(1.111)	(6.987)	(84,10)
Resultado do serviço	314.070	263.638	19,13

(a) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo a receita de construção igual a custo de construção.

Notas Explicativas

33. DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

	Companhia					
	Despesas gerais e administrativas		Outras receitas operacionais		Outras despesas operacionais	
	31/3/2011	31/3/2010	31/3/2011	31/3/2010	31/3/2011	31/3/2010
Administradores	510	275	-	-	-	-
Serviço de terceiros	523	105	-	-	-	-
Arrendamentos e aluguéis	1	1	-	-	-	-
Seguros	-	14	-	-	-	-
Tributos	-	4	-	-	-	-
Outros	1	-	6.263	-	84	67
Total	1.035	399	6.263	-	84	67

	Consolidado							
	Despesas com vendas		Despesas gerais e administrativas		Outras receitas operacionais		Outras despesas operacionais	
	31/3/2011	31/3/2010	31/3/2011	31/3/2010	31/3/2011	31/3/2010	31/3/2011	31/3/2010
Pessoal	(13.480)	(9.396)	(31.445)	(26.836)	-	-	-	-
Administradores	-	-	(7.830)	(7.259)	-	-	-	-
Material	(293)	(249)	(5.955)	(3.250)	-	-	-	-
Serviço de terceiros	(25.844)	(31.665)	(35.590)	(39.648)	-	-	-	-
Compensação Fin. Utiliz. Rec. Hídricos - CFURH	-	-	-	-	-	-	(431)	(351)
Depreciação e amortização	-	-	(9.427)	(7.111)	-	-	(820)	(54)
Arrendamentos e aluguéis	(36)	(40)	(3.861)	(3.113)	-	-	-	-
Seguros	(55)	(62)	(421)	(1.419)	-	-	-	-
Tributos	(1.891)	(673)	(1.171)	(1.602)	-	-	(61)	(3.013)
Provisão (líquida de reversão)	(5.433)	(9.992)	-	-	-	-	1.272	(3.760)
Doações, contribuições e subvenções	-	(200)	(15)	(86)	-	-	(1.106)	(1.079)
Ganho na alienação de bens e direitos	-	-	-	-	81	19	-	-
Perda na desativação de bens e direitos	-	-	-	-	-	-	(5.801)	(2.150)
Perda na alienação de bens e direitos	-	-	-	-	-	-	(1)	(126)
Perdas	-	-	-	-	-	-	-	(739)
Outros	609	(553)	(7.580)	(5.199)	7.644	2.617	(3.813)	(192)
Total	(46.423)	(52.830)	(103.295)	(95.523)	7.725	2.636	(10.761)	(11.464)

Despesas com pessoal:	Consolidado			
	Despesas com vendas		Despesas gerais e administrativas	
	31/3/2011	31/3/2010	31/3/2011	31/3/2010
Remuneração	(11.374)	(7.244)	(32.462)	(21.138)
Encargos sociais - INSS	(2.872)	(1.530)	(4.377)	(3.493)
Encargos sociais - FGTS	(824)	(458)	(1.311)	(1.347)
Encargos sociais - Outros	(21)	(32)	(221)	(185)
Progr. de inc. a aposent. e dem. voluntária	-	-	-	(256)
Contribuição como mantenedor da fundação	(309)	(103)	(444)	(233)
Indenização sobre o saldo do FGTS	(107)	(29)	(151)	(173)
(-) Transferências para ordens em curso	2.027	-	7.521	(11)
Total despesas com pessoal	(13.480)	(9.396)	(31.445)	(26.836)

Notas Explicativas**34. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

	<u>31/3/2011</u>	<u>31/3/2010</u>
CONSOLIDADO		
Receitas Financeiras:		
Renda de aplicação financeira	15.318	5.670
Juros ativos	26.944	47.244
Acréscimos moratórios - energia vendida	40.905	25.392
Variação monetária	40.879	91.135
Outras receitas financeiras	76.844	89.974
Total das receitas	<u>200.890</u>	<u>259.415</u>
Despesas Financeiras:		
Encargos de dívidas	(190.976)	(139.891)
Variação monetária	(21.344)	(130.363)
Juros e Multas	(63.981)	(61.083)
Outras despesas financeiras	(163.171)	(153.839)
Total das despesas	<u>(439.472)</u>	<u>(485.176)</u>
Resultado Financeiro	<u>(238.582)</u>	<u>(225.761)</u>

35. PREJUÍZO POR AÇÃO

Cálculo do prejuízo por ação (em milhares, exceto valor por ação):

	<u>31/3/2011</u>	<u>31/3/2010</u>
Resultado básico por ação:		
Numerador		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		
Para acionistas preferenciais	(14.641)	(32.697)
Para acionistas ordinários	(32.452)	(71.656)
	<u>(47.093)</u>	<u>(104.353)</u>
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações preferenciais	132.694	100.917
Média ponderada de número de ações ordinárias	294.125	221.158
	<u>426.819</u>	<u>322.075</u>
Resultado básico por ação		
Ação preferencial	-0,1103	-0,3240
Ação ordinária	-0,1103	-0,3240

Notas Explicativas

36. FATO RELEVANTE

A Controlada **CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA**, através de comunicado ao mercado efetuado em 16 de maio de 2011, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Controlada iniciou, na presente data, uma oferta de títulos de dívida (“Bonds”), a serem emitidos pela Controlada, os quais serão destinados à colocação no mercado internacional, conforme deliberado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de maio de 2011. Para emissão destes Bonds, contratamos a assessoria financeira de instituições nacionais e estrangeiras.

A distribuição dos Bonds será realizada junto a investidores institucionais qualificados, nos Estados Unidos da América, nos termos da *Rule 144A*, e fora dos Estados Unidos da América, nos termos do *Regulation S*, ambos editados pela *Securities and Exchange Commission* (“SEC”), ao amparo do *Securities Act* de 1933, dos Estados Unidos da América. Os Bonds não foram e não serão registrados na Comissão de Valores Mobiliários no Brasil, na SEC ou qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais dos Estados Unidos da América ou do Brasil.

Os recursos decorrentes desta captação deverão ser utilizados principalmente na amortização de parte do endividamento da Controlada.

As características finais dos Bonds, bem como o resultado final da distribuição serão divulgados ao mercado oportunamente.

A oferta acima referida não constitui uma oferta de compra nem uma solicitação de oferta de venda de títulos ou valores mobiliários da Controlada. A proposta emissão de Bonds pela Controlada ainda não foi realizada.

37. EVENTO SUBSEQUENTE

37.1. Reajuste Tarifário – Controlada ENERSUL

Através da Resolução Homologatória nº 1.128, de 5/4/2011 e da Nota Técnica nº 71/2011-SRE/ANEEL, de 30/3/2011, a ANEEL homologou o resultado do “IRT” Índice de Reajuste Tarifário Anual de 2011 da Controlada ENERSUL fixando o reajuste médio em 12,33% (doze vírgula trinta e três por cento), sendo 7,95% (sete vírgula noventa e cinco por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico, 4,38% (quatro vírgula trinta e oito por cento) relativos aos componentes financeiros pertinentes ao processo tarifário e a quarta parcela do ajuste financeiro decorrente do recálculo da Revisão Tarifária de 2003, de -R\$ 636.607,22 (menos seiscentos e trinta e seis mil, seiscentos e sete reais e vinte e dois centavos), correspondendo a um efeito médio de 17,49% (dezessete vírgula quarenta e nove por cento) a ser percebido pelos consumidores cativos.

As tarifas que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste estarão em vigor no período de 8/4/2011 a 7/4/2012.

37.2. Reajuste Tarifário – Controlada CEMAT

Através da Resolução Homologatória nº 1.131, de 5/4/2011 e da Nota Técnica nº 67/2011-SRE/ANEEL, de 30/3/2011, a ANEEL homologou o resultado do “IRT” Índice de Reajuste Tarifário Anual de 2011 da Controlada CEMAT fixando o reajuste médio em 18,06% (dezoito vírgula zero seis por cento), sendo 10,98% (dez vírgula noventa e oito por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico e 7,08% (sete vírgula zero oito por cento) relativos aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a

Notas Explicativas

um efeito médio de 12,89% (doze vírgula oitenta e nove por cento) a ser percebido pelos consumidores cativos.

As tarifas que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste estarão em vigor no período de 8/4/2011 a 7/4/2012.

37.3. Emissão de Debêntures – Controlada CEMAT

Em 31/3/2011 em Reunião do Conselho de Administração, a controlada CEMAT deliberou pela distribuição pública de debêntures simples da 3a emissão, não conversíveis em ações, em série única no montante de R\$ 98.000. A emissão será composta de 98 debêntures simples com o valor nominal unitário de R\$ 1.000.

A emissão foi realizada nos termos da Instrução CVM nº 476/2009 (Oferta Restrita) e foi automaticamente dispensada de registro na CVM (Artigo 6o da referida Instrução).

A data de emissão das debêntures está fixada em 7/4/2011 e o prazo de vencimento é de 5 anos, ou seja, 7/4/2016. O valor nominal de cada uma das debêntures será pago em 54 parcelas mensais e sucessivas. As primeiras 53 parcelas, cada uma no valor correspondente a 1,8518% do valor nominal, têm a primeira parcela devida em 7/11/2011, com seis meses de carência, e a última em 7/3/2016. A 54a parcela corresponde ao saldo devedor do valor nominal e será devida na data de vencimento das debêntures, ou seja, 7/4/2016.

O valor nominal de cada uma das debêntures não será atualizado. A remuneração das debêntures é de CDI mais 3,90% a.a. e será paga mensalmente a partir da data de emissão, ocorrendo o primeiro pagamento de encargos financeiros em 7/5/2011 e o último na data de vencimento.

Os recursos obtidos por meio desta emissão serão destinados ao refinanciamento de obrigações financeiras, reforço do capital de giro e investimentos da controlada.

37.4. Captação – Controlada CEMAT

Em 01/4/2011 a Controlada CEMAT contratou operação no valor de R\$ 200.000 junto ao Banco Bradesco S.A., pelo prazo de 5 anos, sendo 6 meses de carência e 54 meses para amortização. A primeira parcela vencerá em 28/10/2011 e a última em 7/3/2016, sendo o custo de CDI + 3,10% a.a.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório de revisão dos auditores independentes

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rede Energia S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Rede Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, e não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao período anterior

Em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados. A BDO Auditores Independentes auditou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatório datado de

2 de março de 2011, que não conteve modificação.

São Paulo, 16 de maio de 2011

KPMG Auditores Associados (nova denominação social da BDO Auditores Independentes)
CRC 2SP013439/O-5

Luiz Carlos de Carvalho
Contador CRC 1SP197193/O-6